



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
INSTITUTO DE ESTUDOS EUROPEUS

**A Crise Económica e Financeira na Europa e o seu reflexo na
Política de Segurança Coletiva: As novas iniciativas
desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE – “Smart Defence” e
“Pooling and Sharing”**

Sofia Morais Vieira da Silva Lobão

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estudos Europeus

Orientador: Professor Doutor Adriano Moreira

Coorientador: Vice-Almirante António Rebelo Duarte

Lisboa, Junho 2014

A Crise Económica e Financeira na Europa e o seu reflexo na
Política de Segurança Coletiva: As novas iniciativas
desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE – “Smart Defence” e
“Pooling and Sharing”

**A Crise Económica e Financeira na Europa e o seu reflexo na
Política de Segurança Coletiva: As novas iniciativas
desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE – “Smart Defence” e
“Pooling and Sharing”**

- A n e x o s -

Resumo

Sendo a Segurança e Defesa um dos pilares necessários ao normal funcionamento de uma qualquer sociedade, é fundamental nos dias de hoje dar a conhecer todos os aspetos relativos ao funcionamento e aos custos incorridos com a defesa, particularmente com as Forças Armadas. Pois os custos da defesa são elevados, mas os custos da sua inexistência são de longe muito superiores.

Considerando a crise económica e financeira que afeta a Europa desde 2008, a qual levou a situações extremas de alguns países não conseguirem financiar as suas economias nos mercados financeiros, tendo necessidade de recorrer a ajuda externa através da assinatura de memorandos de entendimento com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional), procedeu-se no presente trabalho à análise dos indicadores da crise, indicadores que caracterizam o défice excessivo, relativamente aos países que constituem a Aliança Atlântica e os Estados-Membros da União Europeia. Para os países referidos foi feita uma análise exaustiva da despesa pública na área da defesa, quer a preços correntes, quer constantes, passando pelos diversos orçamentos.

De seguida foram identificadas as várias soluções/iniciativas desenvolvidas pela OTAN e UE, no sentido de fazer mais com menos, ou seja, obter sinergias no desenvolvimento, na produção e utilização das capacidades militares, como forma de combater a crise. Foram apresentados os vários projetos associados à “*Smart Defence*” (OTAN) e “*Pooling and Sharing*” (UE).

No âmbito da “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, foram identificadas as soluções/iniciativas acolhidas por Portugal e por último validado o desenho de investigação descrito na metodologia.

Palavras-Chave: Crise Económica e Financeira; Segurança Coletiva; Organização do Tratado do Atlântico Norte; União Europeia; Despesa Pública; Defesa Nacional; Despesas na Área da Defesa; Projetos; Capacidades; “*Smart Defence*”; “*Pooling and Sharing*”.

Abstract

Being the Security and Defence one of the necessary pillars for the normal functioning of any society, it is essential, in these days, to disclose all aspects related to the functioning and costs incurred in the defence, particularly the Armed Forces. Because the costs of defence are high, but the costs of their absence are far superior.

Considering the economic and financial crisis affecting Europe since 2008, which led to extreme situations of some countries that cannot fund their savings in financial markets, having the need for outside help by signing Memorandum of Understanding with the Troika (European Commission, International Monetary Fund and European Central Bank), in this work was proceeded the analysis of the indicators of crisis, indicators that characterize the excessive deficit, for countries that constitute the Atlantic Alliance and the Member States of the European Union. For the refered countries a comprehensive analysis of public expenditure was made in the area of defence, either current prices or constant, passing through the various budgets.

Then were identified the various solutions/initiatives undertaken by NATO and the EU in order to do more with less, that is to say, achieving synergies in the development, production and use of military capabilities as a way to combat the crisis. Various projects related to “*Smart Defence*” (NATO) and “*Pooling and Sharing*” (EU) were presented.

In the framework of the “*Smart Defence*” and “*Pooling and Sharing*”, were identified solutions/initiatives taken up by Portugal and finally validated the research design described in the methodology.

Keywords: Economic and Financial Crisis; Collective Security; Organization of the North Atlantic Treaty; European Union; Public Expenditure; National Defence; Expenditure in the Defence Area; Projects; Capabilities; “*Smart Defence*”; “*Pooling and Sharing*”.

Agradecimentos

A realização de uma dissertação de mestrado, embora sendo uma tarefa individual, tem implicações na vida de diversas pessoas, quer aquelas que nos estão mais próximas, quer as que com o seu conhecimento contribuem e orientam o autor na realização do trabalho, para além das que aceitam partilhar o seu saber associado à posição institucional que ocupam.

Das que estão mais próximas agradeço ao meu pai e à minha mãe, sempre presentes e disponíveis para todo o apoio necessário, quer de âmbito familiar e afetivo, quer na troca de opiniões com a finalidade última de questionar os caminhos e conclusões a que chegava a cada momento no presente trabalho.

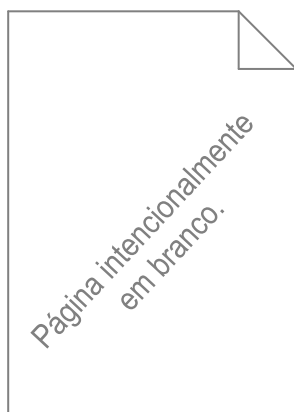
Ao meu orientador, Senhor Professor Doutor Adriano Moreira, em primeiro por ter aceitado o desafio da minha orientação e por todo o tempo despendido o qual sempre visou chegar ao melhor resultado, face a sua experiência académica e profissional.

Ao meu coorientador, Senhor Vice-Almirante António Rebelo Duarte pelo incentivo constante e pelos alertas que foi colocando ao longo do período de realização do trabalho, face a conceitos que necessitam ser delimitados e especificados.

Às diversas entidades que me concederam as entrevistas, permitindo através das mesmas conhecer a realidade prática destas questões, bem como perceber o funcionamento dos fora onde este tipo de assuntos são tratados. Além da concessão das entrevistas agradeço a disponibilização para leitura de correção. Termino agradecendo também a todos os colaboradores mais próximos das diversas entidades, os quais não se pouparam a esforços para agendar, recalendarizar, receber e enviar informação relacionada com as entrevistas.

A todos,

o meu maior e mais sincero muito obrigado.



Sumário

1	Introdução	2
1.1	Objecto de Estudo	2
1.2	Propósito da Investigação e Quadro Teórico	6
1.3	Questões de Investigação	8
1.4	Estrutura da Dissertação e Resultados a Alcançar	9
1.5	Metodologia	11
2	Revisão da Literatura	16
2.1	Breve Introdução	16
2.2	A Crise Económica e Financeira na Europa	17
2.3	A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no Período de 2005 a 2010 no âmbito da UE e 1990 a 2011 no âmbito da OTAN	27
2.3.1	A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no âmbito da UE (2005 a 2010)	28
2.3.2	A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no âmbito da OTAN (1990 a 2011)	31
2.4	A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no Período de 2001 a 2012/2013/2014 em Portugal	41
2.4.1	Nota Introdutória	41
2.4.2	Análise da Despesa	42
2.4.2.1	Despesas da Defesa a Preços Correntes e Constantes	44
2.4.2.2	Variação Anual das Despesas da Defesa em Percentagem	45
2.4.2.3	Despesas da Defesa, Despesas Públicas e PIB, a Preços Correntes e Constantes	47
2.4.2.4	Peso das Despesas da Defesa nas Despesas Públicas e no PIB em Percentagem	48
2.4.2.5	PIB por Habitante e Despesas da Defesa por Habitante a Preços Correntes e Constantes	49
2.4.2.6	Natureza das Despesas da Defesa – Despesas Globais	51
2.4.2.7	Distribuição das Despesas por Capítulos do MDN	53
2.4.3	Análise do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)	56
2.4.4	Análise da Lei de Programação Militar	58
2.4.5	Análise da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares	64
3	As Iniciativas Desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE	66
3.1	A Cimeira de Chicago	66
3.2	Iniciativas Desenvolvidas	68
3.2.1	No âmbito da OTAN	68
3.2.2	No âmbito da UE	75
3.3	Aspetos a Salientar Associados às Iniciativas Desenvolvidas	89
4	A Participação Portuguesa no âmbito da “Smart Defense” e “Pooling and Sharing”	92
4.1	Enquadramento Prévio	92

4.2	O Plano de Entrevistas e Respetivo Guião	92
4.3	O Posicionamento da Estrutura Política e Militar – Análise das Entrevistas	95
4.4	Projetos em que Participa Portugal	104
4.5	Projectos que Portugal Pretende Liderar/Lidera	111
5	Conclusões	114
5.1	Resumo das Principais Conclusões	114
5.2	Contribuições Teóricas e Práticas a Salientar	118
5.3	Limitações do Estudo e Sugestões para Futura Investigação	120
	Bibliografia.....	122
	Anexo A1 - Entrevista realizada ao Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional – Dr. Nuno Pinheiro Torres – Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 17 de Janeiro de 2014, 17H00.....	1
	Anexo A2 - Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas – General Luís Evangelista Esteves de Araújo – Estado-Maior General das Forças Armadas, Av. Ilha da Madeira, Restelo, 20 de Janeiro de 2014, 17H00.	5
	Anexo A3 - Entrevista realizada ao Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa – Major- General Manuel de Matos Gravilha Chambel – Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 06 de Fevereiro de 2014, 11H30.	9
	Anexo A4 - Entrevista realizada ao Tenente-General João Luis Ramirez Carvalho Cordeiro, Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia, OTAN Headquarters, Bruxelas, 13 de Fevereiro de 2014, 15H00.....	17
	Anexo A5 – Entrevista realizada a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional – Dr. José Pedro Aguiar-Branco, Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 17 de Fevereiro de 2014, 12H45.....	21
	Anexo A6 – Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea - General José António de Magalhães Araújo Pinheiro – Estado-Maior da Força Aérea, Av. da Força Aérea Portuguesa, Alfragide, 18 de Fevereiro de 2014, 09H00.....	31
	Anexo A7 – Entrevista realizada ao Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Dr. José de Matos Correia, Assembleia da República, Palácio de São Bento, Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014, 11H00.	35
	Anexo A8 – Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneau Macieira Fragoso, Terreiro do Paço, Lisboa, 26 de Março de 2014, 17H00.....	41

Índice de figuras

Fig. 1 - As diferentes etapas do método Quivy e Campenhoudt	15
Fig. 2 - Lista dos países membros da União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte	28
Fig. 3 - Comparação das despesas da defesa a preços correntes e constantes, em milhões de euros	45
Fig. 4 - Comparação das despesas da defesa a preços correntes e constantes, em milhões de euros	45
Fig. 5 - Representação gráfica da variação anual das despesas da defesa	46
Fig. 6 - Representação gráfica da variação anual das despesas da defesa	47
Fig. 7 - Representação gráfica das despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros	48
Fig. 8 - Representação gráfica das despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros	48
Fig. 9 - Representação do peso das despesas da defesa nas despesas públicas e no PIB a preços correntes, em percentagem	49
Fig. 10 - Representação do PIB, por habitante, em euros	50
Fig. 11 - Representação das despesas da defesa por habitante, em euros	51
Fig. 12 - Representação gráfica da percentagem das despesas da defesa por natureza – despesas globais a preços correntes, em percentagem	53
Fig. 13 - Representação gráfica da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em milhares de euros	55
Fig. 14 - Representação gráfica da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços constantes, em milhares de euros.....	55
Fig. 15 - Representação gráfica da percentagem da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em percentagem	56
Fig. 16 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012 a preços correntes e constantes, em milhares de euros.....	57
Fig. 17 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012 a preços correntes e constantes, em milhares de euros.....	58
Fig. 18 - Gráfico relativo à comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012, em milhares de euros.....	60
Fig. 19 - Gráfico relativo à comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012, em milhares de euros.....	60
Fig. 20 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros.....	63
Fig. 21 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros.....	63
Fig. 22 - Grau de realização da LPIM no período de 2009 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros	65
Fig. 23 - Comparação entre a dotação corrigida e a despesa realizada a preços correntes, em milhares de euros.....	65

Índice de quadros

Quadro 1 - Questões derivadas e hipóteses.....	9
Quadro 2 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria A: Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	21
Quadro 3 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria B: Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	22
Quadro 4 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria C: Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	23
Quadro 5 - Evolução do Produto Interno Bruto a preços de 2005 nos Países da OTAN: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	24
Quadro 6 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equiparados – Países pertencentes à Categoria A: Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	29
Quadro 7 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equiparados – Países pertencentes à Categoria B: Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	30
Quadro 8 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equiparados – Países pertencentes à Categoria C: Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011).....	31
Quadro 9 - Evolução das despesas da defesa dos países da OTAN a preços correntes: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	33
Quadro 10 - Evolução das despesas da defesa dos países da OTAN a preços constantes – Base 2005: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	34
Quadro 11 - Evolução das despesas da defesa em percentagem do PIB a preços de constantes – Base 2005: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	35
Quadro 12 - Percentagem das despesas da defesa em relação ao PIB, a preços constantes – Base 2005: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	36
Quadro 13 - Produto Interno Bruto e despesas da defesa por habitante, em dólares americanos: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	37
Quadro 14 - Evolução das despesas com o pessoal: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	38
Quadro 15 - Evolução das despesas com equipamento: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	39
Quadro 16 - Evolução das despesas com infraestruturas: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	40
Quadro 17 - Evolução de outras despesas: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047).....	41
Quadro 18 - Despesas da defesa a preços correntes e preços constantes, em milhões de euros.....	44
Quadro 19 - Variação anual das despesas da defesa, em percentagem.....	46
Quadro 20 - Despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros.....	47
Quadro 21 - Peso das despesas da defesa nas despesas públicas e no PIB a preços correntes, em percentagem.....	49
Quadro 22 - PIB por habitante e despesas da defesa por habitante a preços correntes e constantes, em euros.....	50

Quadro 23 - Natureza das despesas da defesa – despesas globais a preços correntes, em milhares de euros.....	52
Quadro 24 - Natureza das despesas da defesa – despesas globais a preços constantes, em milhares de euros	52
Quadro 25 - Percentagem das despesas da defesa por natureza – despesas globais a preços correntes, em percentagem	53
Quadro 26 - Distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em milhares de euros.....	54
Quadro 27 - Distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços constantes, em milhares de euros.....	54
Quadro 28 - Percentagem da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em percentagem	56
Quadro 29 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012, em milhares de euros	57
Quadro 30 - Comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros	60
Quadro 31 - Comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012 a preços Constantes, em milhares de euros	62
Quadro 32 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros	62
Quadro 33 - Grau de realização da LPIM no período de 2009 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros Fonte: CGE 2010, 2011, 2012; OE 2013 e Proposta de LO 2014	65
Quadro 34 - Listagem, objectivos e participantes nos projectos incluídos no “Tier 1” (SD)	74
Quadro 35 - Entrevistas inicialmente planeadas na área política.....	92
Quadro 36 - Entrevistas inicialmente planeadas na área militar	92
Quadro 37 - Questões que constituem o guião das entrevistas	94
Quadro 38 - Entidades seleccionadas/contactadas para entrevista na área militar	94
Quadro 39 - Entrevistas realizadas/respostas obtidas na área política.....	95
Quadro 40 - Entrevistas realizadas/respostas obtidas na área militar	95
Quadro 41 - Resultado da análise das entrevistas utilizando um conjunto de atributos	103
Quadro 42 - Explicitação do trabalho realizado pelo autor relativamente às diversas etapas do modelo seguido	118
Quadro 43 - Validação da metodologia definida	120

Lista de abreviaturas

AAR	Air-to-Air Refuelling
ACO	Allied Command Operations (Comando Aliado das Operações)
ACT	Allied Command Transformation
ADAPT	Alliance Defence Analysis and Planning for Transformation
ALB	Albânia
AUS	Austrália
AUT, AT	Áustria
BEL, BE	Bélgica
BENELUX	Belgium, Netherlands, Luxembourg
BGR, BG	Bulgária
BRIC	Brasil, Rússia, Índia, China
BTIDE	Base Tecnológica e Industrial de Defesa
CAN	Canadá
CBRN	Chemical, Biological, Radiological and Nuclear Defence
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

CFI	Conneted Forces Initiative
CNAD	Conference National Armaments Directors
CSDP	Common Security and Defence Policy
CY	Chipre
CZE, CZ	República Checa
DAAM	Deployable Air Activation Modules
DAS	Defensive Aids Suite
DEU, DE	Alemanha
DGAIED	Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa do Ministério da Defesa Nacional
DGPDN	Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional
DNK, DK	Dinamarca
DPP	Departamento de Prospetiva e Planeamento do Ministério das Finanças e Administração Pública
E&IT	Tecnologia Electrónica e Informática
EDA	European Defence Agency
EID	Empresa de Investigação e Desenvolvimento de Electrónica, S.A.
EM	Estado-Membro
EMGFA	Estado-Maior-General das Forças Armadas
ENVC	Estaleiros Navais de Viana do Castelo

EPAF	European Participation Air Forces
ESDP	European Security and Defence Policy
ESP, ES	Espanha
EST, EE	Estónia
ETOC	Education and Training Opportunities Catalogue
EUA	Estados Unidos da América
EUROMARFOR	European Maritime Force
FIN, FI	Finlândia
FRA, FR	França
FRI	Força de Reacção Imediata
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
GBR, UK	Reino Unido
GEO	Geórgia
GRC, EL	Grécia
HEP	Helicopter Exercise Programme
HRV, HR	Croácia
HUN, HU	Hungria
HVE2015	High View Exercise 2015
I&D	Investigação e Desenvolvimento

IED	Improvised Explosive Devices
ISAF	International Security Assistance Force
ISR	Intelligence, Surveillance and Reconnaissance
ITA, IT	Itália
ITD	Infraestrutura Tecnológica de Defesa
ITE	Immersive Training Environments
JHQ	Joint Headquarters
JLSG HQ	Joint Logistics Support Group
KAZ	Cazaquistão
KUW	Kuwait
LC	Logistics Committee’s
LCEG	Logistics Committee Executive Group
LOE	Lei do Orçamento de Estado
LOI	Letter of Intent
LPIM	Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares
LPM	Lei de Programação Militar
LTU, LT	Lituânia
LUX, LU	Luxemburgo
LVA, LV	Letónia
MDN	Ministério da Defesa Nacional

MILREP	Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da OTAN e da UE
MLCC	Multinational Logistics Coordination Centre
MoU	Memorando de Entendimento
MRAP	Mine-Resistant Ambush Protected
NAEW	NATO Airborne Early Warning
NAMSA	NATO Maintenance and Supply Agency
NATO STANAG	Standardization Agreement
NCIA	NATO Communications and Information Agency
NETMANATO	Eurofighter and Tornado Management Agency
NLD, NL	Holanda
NOR, NO	Noruega
NORDEFKO	Nordic Defence Cooperation
NPO	NATO Procurement Organisation
NRFC	National Reserve Forces Committee
NSPA	NATO Support Agency
NZ	Nova Zelândia
OE	Orçamento de Estado
OSC/MDN	Orgãos e Serviços Centrais do MDN
OTAN/NATO	North Atlantic Treaty Organization
P&S	Pooling and Sharing

PA	Programme Arrangement
PCDN	Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PME	Pequenas e Médias Empresas
POL, PL	Polónia
PRT, PT	Portugal
PSCoop	Permanent Structured Cooperation
QAT	Qatar
QC	Questão Central
QD	Questões Derivadas
RFOC	Response Forces Operations Command
ROU, RO	Roménia
RTO	NATO Research and Technology Organization
RUS	Rússia
SD	Smart Defence
SEDM	South-eastern Europe Defence Ministerial Countries
SFN	Sistema de Forças Nacional

SICP	System Interface Control Plan
SVK, SK	Eslováquia
SVN, SI	Eslovénia
SWE, SE	Suécia
TA	Acordos Técnicos
TC	Tribunal de Contas
TCE	Tratado da Comunidade Europeia
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
TI	Tecnologia da Informação
TUE	Tratado da União Europeia
TUR	Turquia
UAV	Unmanned aerial vehicle
UE	União Europeia
USA	Estados Unidos da América
USD	Dólares Americanos
WEAG	Western European Armaments Group
WEAO	Western European Armaments Organization
WEU	Western European Union

A segurança é uma questão essencial para todos os estados e depende de todos enquanto um todo, como disse o Presidente Truman no Senado em Abril de 1949, citado por Hammond (2012), *“The security and welfare of each member of this community depends upon the security and welfare of all. None of us alone can achieve economic prosperity or military security. None of us alone can assure the continuance of freedom.”*¹

¹Discurso do Secretário de Estado de Defesa do Reino Unido no Conselho Atlântico em Washington no dia 5 de Janeiro de 2012: <http://www.atlanticcouncil.org/en/news/transcripts/transcript-nato-the-case-for-collective-defense-in-the-21st-century>.

1 Introdução

1.1 Objeto de Estudo

A segurança e defesa são questões sensíveis a serem tratadas, uma vez que são elementos primordiais e intrinsecamente ligados à soberania de um Estado. Desde há vários séculos que um Estado para ser considerado como tal, ou seja, “*nação organizada politicamente*”², tem de possuir três elementos essenciais, povo, soberania e território. Tendo em conta este último elemento, o Estado necessita de meios e capacidades para defender o espaço geográfico onde reside a sua população, pois só assim evitará que outros Estados tentem conquistar esse território. Vários exemplos ocorreram no decorrer dos anos, desde as várias cidades que deram origem ao Império Romano, passando pelas cidades-estado da Grécia Antiga, pelo Estado feudal da Idade Média até ao atual “*Estado moderno*” que hoje em dia conhecemos.

Um Estado enquanto Estado soberano é detentor de poder, ou seja, capacidade de realizar os seus interesses/objectivos, podendo reflectir-se em *soft power*³ ou *hard power*⁴. Neste caso, e tendo em conta que nos encontramos na esfera da segurança e defesa e do desenvolvimento de capacidades, estamos perante o uso de *hard power*, e como afirmou o ministro da Defesa da Estónia Mart Laar, *soft power* não substitui as capacidades militares, ainda que hoje em dia, seja inaceitável agressões militares como meio de expansão de territórios (Laar, 2012).

²Dicionário da Língua Portuguesa (2003), 1ª edição. Porto: Porto Editora.

³ Conceito da Teoria das Relações Internacionais desenvolvido por Joseph Nye no seu livro *Soft Power: The Means to Success in World Politics* para descrever a habilidade de um Estado persuadir/influenciar outro Estado sem exercer força ou coerção.

⁴ Conceito da Teoria das Relações Internacionais, principalmente usado pela corrente realista, referindo-se ao poder nacional que vem de meios militares e económicos, ou seja, a capacidade de um Estado coagir ou induzir outro Estado a executar um curso de acção.

A defesa é muitas vezes vista como um negócio remoto e antiético (Lawrence, 2011) originando a crítica por parte da sociedade relativamente aos gastos realizados em guerras como do Iraque ou Líbia, em vez da canalização desses recursos económicos para solucionar questões nacionais e internas. Também numa época de austeridade financeira é uma área onde os cortes são significativos. No entanto, há vários autores que se opõem aos cortes na área da defesa em tempos de crise, apresentando diversos argumentos, entre eles, a criação de postos de trabalho. Além disso, os custos associados à criação de base de novas capacidades é superior à sua manutenção e modernização sendo vantajosa a sua renovação e adaptação constantemente. Por último, o investimento na modernização dos equipamentos é essencial para que a Europa tenha meios capazes para assegurar a interoperabilidade com os meios dos EUA, pois só assim será possível continuar a garantir o compromisso destes para com a segurança europeia, que têm vindo a reorientar a sua estratégia para a região da Ásia-Pacífico de modo a construir parcerias nessa região.

As grandes estruturas militares que no passado existiram foram substituídas por unidades pequenas, bem-treinadas, flexíveis e sustentáveis, capazes de dar resposta aos conflitos e necessidades atuais. Também se verificou esta mudança na Europa, ocorrida com o uso inteligente dos escassos recursos e capacidade de resposta a situações militares de pequena escala de forma eficiente e efetiva.

Já existem alguns exemplos satisfatórios de parcerias de cooperação militar/segurança e defesa, entre elas, de destacar o acordo efectuado entre o Reino Unido e França, que inclui testes nucleares, uma força expedicionária conjunta e utilização comum de porta-aviões. Outros dois exemplos são os três países Bálticos – Estónia, Letónia e Lituânia – que dadas as dimensões geográficas assim como os seus cortes orçamentais originaram uma cooperação na área da defesa e, ainda, Bélgica e Países Baixos ao nível marítimo, nomeadamente, através do agrupamento completo da manutenção e formação das tripulações para as suas unidades navais. Também a Roménia e a Bulgária pretendem criar uma força conjunta de policiamento aéreo. Outra iniciativa para promover a cooperação militar entre pequenos grupos de Estados-Membros é o Grupo Visegrad, que inclui a República Checa, Hungria, Polónia e Eslováquia. A carta de intenções conjunta assinada entre Alemanha e Itália em Novembro de 2011 sobre a cooperação de aquisições de defesa em áreas como sistemas aéreos não tripulados, desenvolvimento de submarinos, munições

de precisão de longo alcance e de treino de pilotos é outro exemplo dos progressos significativos que se têm verificado ao nível da cooperação militar (Kington e Müller, 2011).

Independentemente do conjunto de acções que já vinham a ser realizadas pelos diversos países europeus, em termos de obtenção de sinergias e poupanças na área da defesa, este tipo de medidas e orientação por parte dos governos assumiu maior relevância e necessidade face à crise económica e financeira que assola a Europa desde 2008. Em alguns países, aqueles que estavam mais vulneráveis às graves perturbações do sistema financeiro internacional, tiveram que recorrer à ajuda externa através da assinatura de memorandos de entendimento, ou seja, solicitaram o “*resgate financeiro*” à Troika, designação que engloba a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional. Entre os países que assinaram este tipo de instrumento, temos a Irlanda, Grécia e Portugal⁵. Outros países como Espanha e Itália tiveram necessidade de apoios financeiros do Banco Central Europeu para sanear o mercado financeiro face a situação de algumas instituições bancárias.

O desequilíbrio verificado no conjunto dos países, centrava-se essencialmente na existência de défice excessivo, o que levou a adopção de medidas exigentes de consolidação orçamental das finanças públicas, diminuindo o nível da despesa, isto é, o valor dos orçamentos atribuídos às diversas áreas da Administração Central, Administração Regional e Local e Segurança Social, inserindo-se a defesa na Administração Central do Estado.

Em consequência do exposto nos parágrafos anteriores, verificamos que um conjunto de países emitiram directivas na área da defesa nacional, as quais têm como finalidade dar resposta à crise económica e financeira. A título de exemplo o governo espanhol publica directiva em Julho de 2012, que designa por “*Directiva Defensa Nacional 2012, por una defensa necesaria, por una defensa responsable*”, a qual na sua introdução refere que a crise económica atua como uma ameaça à segurança e obriga a tomar decisões e proceder com toda a cautela à manutenção das capacidades que são necessárias à defesa. Aponta

⁵ O Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015 de Agosto de 2011 publicado pelo Ministério das Finanças apresenta o Programa de Assistência Económica e Financeira para Portugal.

para que a defesa responsável se traduza na manutenção de capacidades de atuação com eficiência ao menor custo social possível, “*particularmente en un momento en el que la austeridade es un imperativo nacional*”⁶. Enquadra que as ameaças globais atualmente sentidas, tais como os ataques cibernéticos, a proliferação de armas de destruição massiva, o tráfico de pessoas humanas, a pirataria, a proliferação de grupos extremistas, armados ou não, a quebra de segurança no espaço aéreo, só podem ser enfrentadas através de uma coligação de forças que terá como base a integração na OTAN e UE, pelo que terá que contar com o apoio de outros grupos de países diretamente interessados no controle deste tipo de fenómenos. Os objectivos traçados apontam, nomeadamente para uma maior coerência e coordenação dos instrumentos dos diversos departamentos com a finalidade de alcançar uma maior eficácia na utilização dos meios e proceder à transformação das Forças Armadas, para fazer frente às ameaças, quando os recursos são cada vez mais limitados.

Em consequência da crise também em Portugal o atual Governo (XIX Governo Constitucional) publica documento que visa responder aos desafios da mudança e “*obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com efeitos no curto prazo, médio e longo prazo*”⁷ a designada «Defesa 2020». A medida central está também orientada na racionalização da despesa militar, “*nomeadamente através da melhor articulação entre os ramos das Forças Armadas e uma maior eficiência na utilização dos recursos*”. São apresentados dois conjuntos de medidas que pretendem responder ao desequilíbrio existente, que advém do facto de uma parte significativa do orçamento da defesa nacional estar afeto a despesas com o pessoal. O primeiro conjunto de medidas vai no sentido da reorganização e racionalização do Ministério da Defesa Nacional e da estrutura superior das Forças Armadas e desativação de unidades e sistemas de armas não essenciais, e o segundo, no sentido da racionalização “*dos recursos humanos das Forças Armadas, privilegiando sempre a componente operacional, e ainda, a promoção do reagrupamento geográfico dos órgãos superiores da defesa nacional, pelo aproveitamento racional das instalações e alienação das não necessárias*”.

⁶ Presidencia del Gobierno Español, Directiva Defensa Nacional 2012, Por una Defensa Necesaria, Por una Defensa Responsable, Madrid, Júlio de 2012, 1. Introducción, página 2, parágrafo 3.

⁷ Presidência do Conselho de Ministros, Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2103, DR, 1.ª série, n.º 77, 19 de Abril de 2013, pág. 2285 – 2289.

Esta orientação está também subjacente ao novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para a próxima década, anunciado a 05JAN12, pelo Presidente Obama. As linhas gerais no novo conceito apresentam, e talvez o mais relevante, a necessidade de cortes orçamentais muito severos, cerca de 5%, com consequências na sustentação das Forças Armadas. Alguns programas militares serão afetados, suspensos ou mesmo cancelados, face a necessidade de corte de 487 milhões de USD que o orçamento de defesa americano terá que suportar nos próximos 10 anos, pelo que a estratégia global procura ser mais eficiente gastando menos⁸.

Considerando todos os aspectos atrás referenciados, ou seja, a necessidade de qualquer país defender o seu espaço geográfico, ter necessidade de meios para a concretização da defesa do seu território e interesses no mundo, nomeadamente através das alianças de que faz parte, a crise económica e financeira que assola a Europa desde 2008, a formulação e a orientação de diversas directivas recentes na área da Defesa, pretende-se estudar o reflexo na Política de Segurança Coletiva da crise económica e financeira na Europa e identificar qual o caminho seguido pela OTAN e UE, em termos das novas iniciativas desenvolvidas, a “*Smart Defence*” e o “*Pooling and Sharing*” e também avaliar qual o caminho seguido por Portugal nesta matéria.

A relevância do tema está diretamente associada ao facto de se tratar de uma situação que está a acontecer (crise económica e financeira) e que obriga a medidas concretas que permitam no âmbito da OTAN e UE, e respectivos países Aliados/membros, fazer mais com menos.

1.2 Propósito da Investigação e Quadro Teórico

Como referido no ponto anterior, o trabalho centra-se numa realidade que assola actualmente a Europa e também os EUA, sendo necessário encontrar uma solução adequada que permita manter um mínimo de capacidades militares, de modo a dar resposta ao conjunto de ameaças globais atrás apresentadas.

⁸ Apontamento produzido pelo DGPDN, relativo a encontro com o Adido de Defesa Americano e o Conselheiro Político da Embaixada dos EUA, em Lisboa, no dia 09JAN12.

Tratando-se de algo que não pode ser descurado, vamos centrar a nossa análise na diversa documentação produzida, em termos quantitativos e qualitativos. Começamos por analisar a informação macroeconómica para perceber os efeitos da crise e como a mesma se revelou nos diversos países objecto do estudo, os aliados da OTAN e os Estados-Membros da UE. De seguida passou-se à análise da informação quantitativa, produzida pela OTAN e EU, nomeadamente os estudos publicados e informação diversa por estas organizações em termos orçamentais, caracterizando diversos indicadores que permitam ver a evolução dos recursos afetos à defesa, quer em termos de orçamentos de funcionamento, quer de investimento. Foram também analisados os efetivos militares e militarizados ao longo do período definido.

Após a realização das análises indicadas e da identificação de parcerias de cooperação desenvolvidas por alguns dos países, vamos centrar a nossa atenção nas respostas dadas pela OTAN e UE, de modo a obter sinergias no desenvolvimento, produção e exploração de capacidades militares. Toda esta análise também foi efetuada para a realidade portuguesa, com a finalidade de identificar quais as soluções/iniciativas acolhidas por Portugal.

De acordo com o estudo publicado pelo Parlamento Europeu (Direcção-Geral para a Política Externa – *O impacto da crise financeira na Defesa da Europa* – Sede – Abril de 2011), a geração de capacidades compreende três aspetos: os conceitos, as instituições e processos e os recursos materiais. Aí se aponta para a necessidade de uma coerência entre o desenvolvimento das capacidades e a melhoria das condições de defesa coletiva, que estarão facilitadas se o desenvolvimento for comum, pois permitirá obter proveitos muito significativos, quer em termos de operação, quer em termos de manutenção.

Ainda segundo o mesmo estudo, a geração de capacidades na UE está confrontada com três grandes problemas, começando pelo desenvolvimento das capacidades, ou seja, a existência de mecanismos e instituições que identifiquem o que é necessário e esse resultado seja aceite pelos países como obrigação. Em segundo lugar, todas as considerações de carácter político em termos de segurança, proteção da indústria nacional e políticas tecnológicas. Por último, a fragmentação de todo o processo leva a que sejam necessários períodos muito mais longos para o desenvolvimento, os meios sejam mais caros e, por vezes, menos satisfatórios em termos da performance enquanto capacidade.

Este tipo de processo foi facilitado com a criação e utilização da EDA – *European Defense Agency*, a qual se traduziu numa iniciativa cuja finalidade foi dar corpo e definir o caminho a seguir no âmbito da indústria de armamento dos países da União Europeia⁹.

Outro mecanismo concorrente com a crise foi o estabelecimento do designado “mecanismo ATHENA” orientado para os custos comuns nas operações militares, através do qual esses custos são divididos pelos Estados-Membros com base no Produto Interno Bruto de cada um. Conforme indica o estudo, este mecanismo já foi utilizado nas seguintes operações militares da UE: EUFOR Althea, EURO CONGO e EUFOR Chad/CAR¹⁰.

Ainda segundo o mesmo estudo, embora a situação se tenha agudizado nos últimos anos, a preocupação de cooperação intergovernamental na área do armamento teve os seus primórdios nos anos 90, com a criação de linhas de ação na União Europeia Ocidental (WEU), tais como o Grupo de Armamento da Europa Ocidental (WEAG) e a Organização do Armamento da Europa Ocidental (WEAO), acordos que pretendiam coordenar a investigação e desenvolvimento e a produção.

1.3 Questões de Investigação

Centrando-se o problema na crise económica e financeira que se vive na Europa desde 2008, o propósito da investigação é determinar qual o reflexo da crise económica e financeira na Política de Segurança Coletiva, no âmbito da OTAN e UE. Deste enquadramento foi definida a seguinte questão central (QC): A crise económica e financeira que se verifica na Europa, teve ou não reflexo na Política de Segurança Coletiva?

A partir da questão central foram identificadas as seguintes questões derivadas (QD) e respetivas hipóteses, que resultam da pergunta de partida e vão ser a base de toda a investigação:

⁹ Conforme informação presente no estudo *O impacto da crise financeira na Defesa da Europa* publicado pelo Parlamento Europeu em Abril de 2011.

¹⁰ Idem.

QD1 – Qual o reflexo no âmbito da OTAN e UE?

H1 - Verificou-se um decréscimo dos orçamentos afetos à defesa e do número de efetivos militares e militarizados nos países da OTAN e UE.

QD2 – Que soluções/iniciativas foram identificadas ao nível da OTAN e UE?

H2 – Foram implementadas iniciativas de cooperação entre os países da OTAN e UE, relativamente ao desenvolvimento, aquisição e manutenção das capacidades militares.

QD3 – Que soluções/iniciativas foram acolhidas por Portugal enquanto membro da OTAN e UE?

H3 – Portugal também acolheu e está a implementar projetos no âmbito das soluções/iniciativas desenvolvidas pela OTAN e UE.

	QD1	QD2	QD3
H1	X		
H2		X	
H3			X

Quadro 1 - Questões derivadas e hipóteses

1.4 Estrutura da Dissertação e Resultados a Alcançar

A presente dissertação está organizada em cinco capítulos, de forma que o leitor possa acompanhar o raciocínio e o desenvolvimento dos trabalhos realizados, em cada uma das fases.

O primeiro capítulo, identifica o problema que vai ser estudado e a sua relevância nos tempos atuais, seguindo-se a pormenorização do que vai ser investigado e com que elementos/informação. São apresentadas as questões de investigação, questão central, questões derivadas e respetivas hipóteses e por último é apresentado no ponto da metodologia o método científico utilizado na elaboração do trabalho, tratando-se da metodologia de investigação proposta por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (Quivy e Campenhoudt, 1992).

O segundo capítulo, “Revisão da Literatura”, centra-se no problema em estudo, identificando os indicadores utilizados para caracterizar a crise económica e financeira na Europa, bem como procede-se à análise desses indicadores para o conjunto dos países da OTAN e UE identificando-se o seu comportamento. Dado que estamos a tratar da área da defesa, realizou-se de seguida a análise da despesa pública nessa área, no período de 2005 a 2010 no âmbito da UE e 1990 a 2011 no âmbito da OTAN. Análise semelhante é efetuada em relação a Portugal, no período de 2001 a 2012 (incluindo-se 2013 e 2014 quando disponível a informação), em relação aos orçamentos de funcionamento e investimento, quer a preços correntes, quer a preços constantes.

O terceiro capítulo, “As Iniciativas Desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE”, focaliza-se na identificação das iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, para ultrapassar a crise em termos de capacidades militares, abordando a cimeira de Chicago como um marco onde estas questões foram impulsionadas no âmbito da OTAN. São apresentados os diversos projetos de “*Smart Defence*” e o modo como está organizada a lista de projetos e propostas. Na parte final do capítulo identificam-se os projetos de “*Pooling and Sharing*” associados à UE e um conjunto de aspetos que se consideram relevantes no âmbito destas iniciativas.

O capítulo quarto, “A Participação Portuguesa no âmbito da “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*””, aborda a realidade portuguesa, a qual resultou não só da revisão bibliográfica, mas da realização de um conjunto de entrevistas a responsáveis, quer da área política, quer da área militar, que tratam/trataram destas questões. É apresentado o plano de entrevistas, o respetivo guião e a análise das mesmas, em termos qualitativos e também utilizando um conjunto de atributos.

O capítulo quinto, “Conclusões”, para além de resumir os resultados a que se chegou, apresenta as contribuições teóricas e práticas recorrendo a uma matriz de validação da metodologia inicialmente definida. A terminar identificam-se as principais limitações encontradas na realização deste trabalho e propõem-se futuras linha de investigação centradas no tema e nos resultados obtidos.

1.5 Metodologia

Como afirma Sousa e Baptista, “*a investigação não é uma atividade arbitrária e deve obedecer a um conjunto de regras e procedimentos*”. Afirma também que “*as ciências sociais são um ramo do conhecimento científico que estuda os aspectos do mundo humano, sendo o enfoque da investigação centrado no comportamento humano quando inserido na sociedade*” (Sousa e Baptista, 2011: 4).

Na base e origem da investigação encontramos a palavra conhecimento, que significa a acção de aprender, ou seja, a obtenção de informação e de factos através da concentração de ideias, teorias e conceitos que experimentamos e aprendemos. Mas o conhecimento “*distingue-se da mera informação porque está associado a uma intencionalidade*”, ou seja, é uma “*informação que tem um propósito ou uma utilidade*” (Sousa e Baptista, 2011: 5). No caso vertente, saber se a crise económica e financeira teve reflexos na política de segurança coletiva.

Segundo Kothari, a investigação é uma viagem de descoberta, ou seja, é uma procura de conhecimento. A investigação pode também ser definida como uma pesquisa científica e sistemática de informação pertinente num determinado assunto (Kothari, 2005). Assim, o termo investigação refere-se ao método sistemático que consiste na enunciação do problema, formulação de hipóteses, recolha de factos e dados, análise de factos e obtenção de certas conclusões quer sob a forma de soluções em relação ao problema em causa, ou em certas generalizações para uma formulação teórica (Kothari, 2005).

Tendo a investigação como principal objetivo a obtenção de respostas, para tal, pode-se utilizar diversos tipos de investigação: descritiva ou analítica, aplicada ou fundamental, quantitativa ou qualitativa, conceptual ou empírica, entre outras. No presente caso, utiliza-se uma investigação qualitativa, definida por Thomas, como um método que envolve um pesquisador que descreve os tipos de características de pessoas e eventos sem comparar os eventos em termos de medidas e quantidades (Thomas, 2003). Mais detalhadamente, segundo Denzin e Lincoln, citado por Thomas, a investigação qualitativa é um multi-método em foco, implicando uma abordagem interpretativa e naturalista do assunto em questão, envolvendo a utilização e recolha de uma variedade de materiais empíricos como estudo de caso, entrevista, histórias de vida (Thomas 2003: 2). Uma vez que são utilizados

indicadores numéricos é também uma investigação quantitativa, ou seja, baseada na medição de quantidades de algumas características, que segundo King, Keohane e Verba, citado por Thomas, é uma investigação que usa números e baseia-se em medições numéricas de aspetos específicos de determinado fenómeno ou para testar hipóteses de causalidade (Thomas, 2003: 2). Como afirma Thomas, a melhor resposta resulta frequentemente do uso da combinação de métodos quantitativos e qualitativos.

A metodologia de investigação, segundo Kothari, é uma maneira de resolver de forma sistemática o problema de investigação, podendo ser entendida como uma ciência que estuda como a investigação é feita cientificamente (Kothari, 2005).

Segundo Hox e Boeije existem dois tipos de dados, os dados primários e os dados secundários, caracterizando-se os primeiros por informações que são recolhidas diretamente pelo investigador para o problema de investigação específico, através do uso de procedimentos que melhor se adequem à pesquisa, como questionários, entrevistas e estudos baseados na observação. Através da recolha de dados primários são criados novos dados e informações ao já existente conhecimento social, tornando-se disponível à utilização de outros investigadores e da comunidade no geral, originando os denominados dados secundários (Hox e Boeije, 2005). Estes, caracterizam-se por serem dados que têm origem na análise documental, tendo o investigador acesso a informações elaboradas por terceiros, efetuando a sua recolha através de livros, Internet, dicionários, enciclopédias, jornais e revistas (Sousa e Baptista, 2011). A principal vantagem da recolha de dados primários, como afirma Hox e Boeije, é que a operacionalização das construções teóricas e a estratégia de recolha de dados da investigação podem ser adaptadas à questão de investigação, o que garante a coerência do estudo e que a informação recolhida ajuda na resolução do problema em análise. Como principal desvantagem é salientado o custo e o tempo gasto na sua obtenção. Por sua vez, através do uso de dados secundários, a principal vantagem centra-se na facilidade e rapidez do acesso à informação assim como o seu baixo custo, contudo, o facto de os dados terem sido recolhidos para outro propósito poderá ser considerado como uma desvantagem, assim como, no caso de dados qualitativos, poderá não ser fácil a interpretação dos dados sem informação explícita do contexto (Hox e Boeije, 2005).

Nas Ciências Sociais, a recolha e obtenção de dados centram-se em três grandes grupos de técnicas (Sousa e Baptista, 2011):

- a observação, que se caracteriza pelo contacto direto que o investigador tem na recolha dos dados através de métodos categoriais, descritivos ou narrativos;
- a análise documental através de levantamento bibliográfico, de levantamento estatístico e de levantamento documental, e ainda;
- a entrevista, que consiste “em conversas orais, individuais ou de grupo, com várias pessoas cuidadosamente selecionadas, cujo grau de pertinência, validade e fiabilidade é analisado na perspetiva dos objetivos da recolha de informações” (Ketele, 1999: 18, citado por Sousa e Baptista 2011: 79).

As entrevistas podem ser: *não-estruturadas*, que se caracterizam essencialmente pela ausência de guião, assim como não há muito diálogo, pois o entrevistado expõe o seu ponto de vista livremente; *semi-estruturadas*, onde já existe um guião, permitindo ao entrevistado falar dos assuntos que mais lhe interessam para o estudo em questão; e *estruturadas*, que consistem na utilização de perguntas estruturadas e previamente definidas com a finalidade de abordar os temas de forma mais aprofundada, para obter determinados factos e informações que são consideradas importantes para o objetivo do trabalho.

Quanto às questões suscitadas nas entrevistas, elas podem ser de dois tipos: *questões abertas*, onde o entrevistador pode exprimir livremente a sua opinião, e *questões fechadas*, onde o entrevistador não poderá desenvolver a sua resposta.

Na preparação e elaboração da entrevista, nomeadamente do guião, é necessário ter em atenção a linguagem utilizada, as perguntas definidas bem como a sua formulação, assim como, saber conduzir a entrevista de forma adequada e pertinente para a obtenção da informação necessária. Segundo Sousa e Baptista existem diversas etapas para a elaboração do guião da entrevista, sendo elas, a descrição do perfil do entrevistado, a seleção dos indivíduos a entrevistar, a definição do propósito da entrevista, e ainda estabelecer o meio de comunicação, o local e o momento (Sousa e Baptista, 2011: 83).

As principais vantagens da utilização da entrevista enquanto método de recolha de dados é o grau de profundidade e de valor dos conteúdos que se pode obter através das questões colocadas, assim como, a exploração de uma grande quantidade de informação de uma forma flexível e aberta. Por sua vez, a principal desvantagem centra-se no tempo necessário à sua realização, como também a dificuldade associada ao trabalho que o método exige e à análise dos conteúdos obtidos.

A metodologia seguida no desenvolvimento deste trabalho é a proposta por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1992), no seu “*Manual de Investigação em Ciências Sociais*”. A metodologia comporta três fases: Ruptura, Construção e Verificação. A Ruptura “*consiste precisamente em romper com os preconceitos e as falsas evidências, que somente nos dão a ilusão de compreender as coisas.*” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 25), para que se possa desenvolver o pensamento livre de quaisquer influências. A Construção consiste num sistema conceptual organizado que permita articular “*os marcos e as pistas que serão finalmente retidos para orientar o trabalho de observação e de análise*” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 151). Por fim, a Verificação consiste no “*teste pelos factos*” da “*proposição*” de modo a ter “*direito ao estatuto científico*” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 25). As três fases indicadas não são independentes, existindo entre as mesmas uma interação e encadeamento, os quais podem ser observados face às 7 etapas definidas pelos autores, que consistem em:

- Etapa 1 – A Pergunta de partida: consiste na explicitação do trabalho, tentando o investigador exprimir, de forma o mais exata possível, o que procura saber, esclarecer, melhor compreender;
- Etapa 2 – A Exploração: consiste em estudar o tema, comportando a realização de leituras, entrevistas exploratórias e outros métodos de exploração complementares, para poder desenvolver uma problemática de investigação;
- Etapa 3 – A Problemática: segundo os autores “*é a abordagem ou a perspectiva teórica que decidimos adoptar para tratar o problema posto pela pergunta de partida*” (Quivy e Campenhoudt, 1992: 91), ou seja, permite dar coerência ao trabalho a realizar, inventariando os diferentes aspetos do problema, estabelecer as suas ligações, escolher a orientação que parece mais pertinente ou uma nova;

- Etapa 4 – A Construção do modelo de análise: esta etapa comporta a necessidade de explicitar o quadro conceptual de forma coerente e proceder à construção das hipóteses, que serão respostas possíveis para as perguntas do investigador;
- Etapa 5 – A Observação: consiste em testar o “Modelo de Análise” construído na etapa anterior, confrontando-o com os dados observados;
- Etapa 6 – A Análise das informações: consiste acima de tudo na análise das informações recolhidas e verificação das hipóteses formuladas, podendo ter necessidade de rever ou afinar as hipóteses;
- Etapa 7 – As Conclusões: consiste na apresentação das conclusões, devendo as mesmas incluir o modo como o trabalho foi desenvolvido, os principais resultados obtidos e considerações de ordem prática como as limitações havidas e futuras linhas de investigação.

A metodologia descrita é apresentada na figura seguinte:

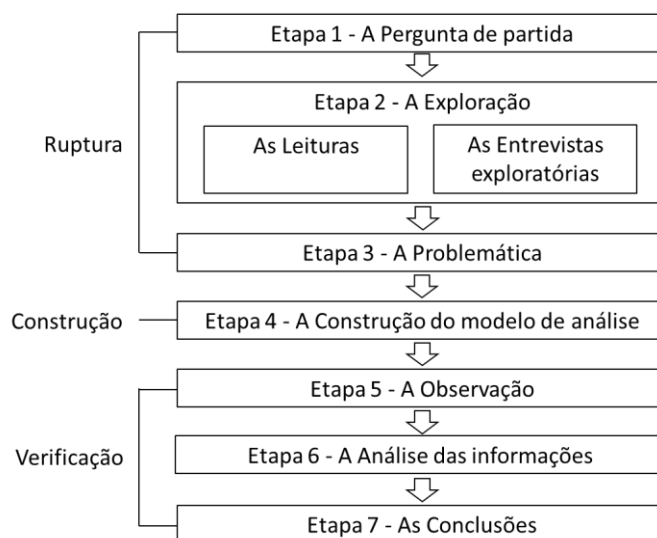


Fig. 1 - As diferentes etapas do método Quivy e Campenhoudt.

2 Revisão da Literatura

2.1 Breve Introdução

Enquanto na Europa, assistimos a um corte substancial das despesas ao nível militar, no resto do mundo assistimos a uma situação inversa, com os países mais desenvolvidos a tentarem resolver a recessão com investimento público através de pacotes de estímulos. O considerado “*military keynesianismo*” ou “*warfare state*”¹¹ é aceite em vários países, uma vez que gera postos de trabalho. Também os países em via de desenvolvimento, com especial destaque para os BRIC, têm investido mais em defesa também para aumentar a sua influência internacional. Para estes países, “*sizing down is not an option*” (Savković, 2012: 2).

Com a finalidade de diminuir os respectivos orçamentos da Defesa, os vários países membros da UE e OTAN, têm desenvolvido um conjunto de iniciativas induzidas pela crise económica e financeira vivida na Europa desde 2008, iniciativas essas orientadas para a redução dos custos das operações, com o pessoal, investigação e desenvolvimento e aquisição de equipamentos, assim como poupanças em infraestruturas.

A crise económica e financeira na Europa veio trazer alterações significativas em termos de desenvolvimento das capacidades militares para o conjunto dos Estados-Membros.

Inicialmente aquando da elaboração do projecto de dissertação, tinha sido pensado para este capítulo um período temporal de análise mais alargado (1990 a 2012/13/14), verificando-se que à medida que os trabalhos de recolha da informação foram avançando, foi necessário delimitar o período, situando-se para a UE de 2005 a 2010, para a OTAN de 1990 a 2011 e para Portugal de 2001 a 2012, sendo apresentados valores para 2013 e 2014 quando disponíveis.

¹¹ Conceito que surgiu na pós II Guerra Mundial com James T. Sparrow, e que consiste na conjugação do poder militar e industrial.

Na tentativa de alargar a informação para a UE, foi contactada a *European Defence Agency (Policy & Planning Unit Assistant)*, verificando-se que estavam em processo de recolha da informação relativamente aos orçamentos de defesa de 2011 e 2012, não se encontrando desta forma disponível informação adicional, para além da que consta no estudo publicado pelo Parlamento Europeu, em 2011 (*The impact of the financial Crisis on European Defence*).

Por outro lado também tivemos a oportunidade de constatar que a utilização de uma série demasiado longa, poderia trazer distorções de análise, uma vez que nesta área se tem verificado alterações regulares em termos de estrutura das forças/dispositivos/missões.

Neste capítulo o trabalho focalizou-se na identificação dos indicadores que evidenciam a crise económica e financeira na UE e os valores assumidos por cada Estado-Membro, bem como a apresentação da evolução do PIB para o conjunto dos Estados que constituem a Aliança Atlântica.

De seguida procedeu-se a análise da despesa pública na área da defesa, em sede da UE e OTAN, para perceber a sua evolução, quer em termos orçamentais, quer em termos de número de efetivos.

Por último foi analisada, de forma pormenorizada e nas várias vertentes, a despesa da defesa em Portugal, quer a preços correntes, quer a preços constantes. Esta análise incluiu todos os orçamentos utilizados, quer os que financiam o funcionamento, quer o investimento, ou seja, passou pela verificação do Orçamento de Estado (OE), PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central, LPM – Lei de Programação Militar, e LPIM – Lei de Programação de Infra-estruturas Militares.

2.2 A Crise Económica e Financeira na Europa

A crise económica e financeira na Europa começou a ser sentida a partir de 2008, verificando-se que alguns países estavam mais vulneráveis às graves perturbações do sistema financeiro internacional e tiveram inclusive de recorrer a ajuda externa, através da assinatura de memorandos de entendimento que permitissem o financiamento da

economia, ou seja solicitaram o “*resgate financeiro*” à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, vulgo Troika, o que aconteceu com a Irlanda, Grécia e Portugal (Documento de Estratégia Orçamental, 2011: 5).

A crise que assola a Europa, tratando-se de um dos efeitos da globalização, permitiu acentuar os problemas com que a mesma se debate, principalmente ao nível do crescimento, do emprego, da sustentabilidade ambiental e da coesão social. Outras causas estão diretamente relacionadas com os graves desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos em alguns dos países da EU, bem como elevadas dívidas públicas e défices comerciais importantes. “*A existência de elevadas dívidas públicas, aliada a uma fraca competitividade e ao reduzido crescimento económico levaram os mercados financeiros a pôr cada vez mais em causa a sustentabilidade orçamental de alguns países da zona euro*”¹². Esta turbulência abalou todos os países europeus, particularmente os do sul, obrigando a UE a tomar medidas para reforçar a união económica e monetária e abrir caminho para uma união política, medidas que passaram pela criação de um novo quadro de governação económica, assente em: Semestre Europeu; Análise Anual do Crescimento; Controlo mais rigoroso dos níveis da dívida pública; Supervisão macroeconómica e aplicação mais rigorosa¹³.

Em artigo recente, “A crise, a Segurança, a Mudança”¹⁴ o Professor Adriano Moreira analisa as várias vertentes da crise, salientando que a crise inclui sempre “*um risco ou uma ameaça*”. Refere que a utilização mais frequente do conceito de crise “*diz respeito à crise do capitalismo, ou crise da produção capitalista*”, “*salientando a crise de governabilidade, e a ausência de vontades políticas articuladas para moderar os interesses dos mais poderosos pela consciência de que o agravamento da crise não os exclui dos efeitos, embora, agrave as suas responsabilidades éticas*”. Aponta para o facto de o desastre do sistema financeiro mundial face à inexistência de regulação, não se tratar “*de uma crise de mudança de progresso na lógica das circunstâncias anteriores em mudança, mas de disfunção dos modelos, com total incerteza quanto ao futuro possível*”

¹² União Europeia (2013), Governação Económica da União europeia, 2013, Bélgica: Serviço das Publicações.

¹³ Idem.

exigente de novas conceptualizações da realidade, de racionalização e de intervenção criativa” (Moreira, 2010).

Conforme instituiu o Tratado da Comunidade Europeia (TCE), no n.º 1 do artigo 121.º, os critérios de convergência são quatro: estabilidade de preços, situação das finanças públicas, taxas de câmbio e taxas de juro de longo prazo.

Quanto à estabilidade de preços a taxa de inflação não deve exceder em mais de 1,5% a dos três Estados-Membros que apresentam os melhores resultados no ano anterior ao exame da situação do Estado-Membro. Em relação à situação das finanças públicas pretende-se que seja alcançada uma situação orçamental sem défice excessivo. Foi estabelecido que a relação entre o défice público anual e o produto interno bruto (PIB) não deve exceder os 3% e por outro lado a relação entre a dívida pública bruta e o PIB não deve exceder 60%. Relativamente às taxas de câmbio o tratado prevê a necessidade de ser observado, *“durante pelo menos dois anos, das margens normais de flutuação previstas no mecanismo de taxas de câmbio do Sistema Monetário Europeu, sem ter procedido a uma desvalorização em relação à moeda de qualquer outro Estado-Membro”*¹⁵. Em relação as taxas de juro a longo prazo, o tratado prevê na prática, que *“as taxas de juro nominais a longo prazo não devem exceder mais de 2% da taxa, no máximo, dos três Estados-Membros que apresentam os melhores resultados relativamente à estabilidade de preços”*¹⁶.

Considerando as políticas económicas uma questão de interesse para os vários Estados-Membros da UE e *“desejosos de promover condições favoráveis a um crescimento económico mais forte na União europeia e de desenvolver para o efeito uma coordenação cada vez mais estreita das políticas económicas na área do euro”*¹⁷ e tendo presente *“a necessidade de os governos manterem finanças públicas sãs e sustentáveis e de evitarem*

¹⁴ Artigo publicado in Estudos Sec. XX, Coimbra, n.º 10, pp 16.

¹⁵ Conforme consta em *“Europa, síntese da legislação da União Europeia, introdução ao euro: critérios de convergência”*: http://europa.eu/legislation_summaries/other/125014_pt.htm. Consultado em 20/12/2013.

¹⁶ Idem.

¹⁷ Conforme informação publicada pela Resolução da Assembleia da República n.º 84/2012, em 3 de Julho de 2012, no D.R 1.ª série, N.º 127, que aprova o Tratado Orçamental.

défices orçamentais excessivos”¹⁸ foram introduzidas regras específicas, ao nível do equilíbrio orçamental e do mecanismo automático para a adoção de medidas corretivas, através do Tratado Orçamental (Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária).

Entre as medidas constantes do Tratado Orçamental, aponta-se para a necessidade de assegurar que o défice orçamental não exceda 3% do produto interno bruto a preços de mercado e que a dívida pública não exceda 60% do produto interno bruto a preços de mercado ou esteja a ser significativamente reduzida para esse valor.

Dos critérios enunciados, aqueles que tiverem desempenho mais crítico, para um conjunto muito alargado de países europeus, foram a situação das finanças públicas (défice público anual e a dívida pública) e as taxas de juro de longo prazo.

Conforme o estudo já referenciado, publicado pelo Parlamento Europeu (*The Impact of the Financial Crises on European Defence, 2011*), o indicador relativo ao défice público e dívida pública bruta excede os valores constantes dos critérios de convergência para a maioria dos países, independentemente da classificação utilizada para o estudo, ou seja, o seu agrupamento face ao tamanho das suas Forças Armadas, o montante dos seus orçamentos de defesa, as suas contribuições para as capacidades da UE, e também, o tamanho das respectivas indústrias de defesa.

A análise dos quadros abaixo apresentados, permite verificar que, para os países da Categoria A (França, Alemanha, Itália, Polónia, Espanha, Suécia e Reino Unido), só um satisfaz os critérios e mantém a percentagem da dívida pública bruta em relação ao PIB abaixo dos 60% e a percentagem do défice público em relação ao PIB abaixo dos 3%, tratando-se da Suécia. Todos os restantes excedem estes padrões.

¹⁸ Idem.

FRANÇA		2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	Biliões de €	1,726.07	1,806.43	1,895.28	1,948.51	1,907.15	1,947.85
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	1,145.40	1,149.90	1,209.00	1,315.10	1,489.00	1,615.80
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	66.36	63.66	63.79	67.49	78.07	82.95
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-2.92	-2.27	-2.71	-3.32	-7.54	-7.74
ALEMANHA							
PIB	Biliões de €	2,242.20	2,326.50	2,432.40	2,481.20	2,397.10	2,489.52
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	1,524.40	1,571.60	1,578.70	1,643.80	1,760.50	1,884.80
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	67.99	67.55	64.90	66.25	73.44	75.71
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-3.30	-1.58	-0.27	-0.11	-3.04	-3.67
ITÁLIA							
PIB	Biliões de €	1,429.48	1,485.38	1,546.18	1,567.85	1,520.87	1,548.32
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	1,512.80	1,584.10	1,602.10	1,666.50	1,763.60	1,841.60
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	105.83	106.65	103.62	106.29	115.96	118.94
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-4.33	-3.36	-1.52	-2.72	-5.32	-5.01
POLÓNIA							
PIB	Biliões de €	244.42	272.09	311.00	363.15	310.48	354.71
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	120.00	132.10	147.30	144.70	166.70	207.70
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	49.10	48.55	47.36	39.85	53.69	58.56
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-4.07	-3.63	-1.88	-3.67	-7.24	-7.95
ESPAÑA							
PIB	Biliões de €	908.79	984.28	1,053.54	1,088.12	1,053.91	1,051.33
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	391.10	389.50	380.70	433.00	560.60	676.90
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	43.04	39.57	36.14	39.79	53.19	64.39
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	0.96	2.02	1.90	-4.15	-11.13	-9.31
SUÉCIA							
PIB	Biliões de €	298.35	318.17	337.94	334.23	292.68	347.74
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	148.00	146.50	132.40	112.90	126.90	143.60
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	49.61	46.04	39.18	33.78	43.36	41.30
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	2.18	2.34	3.56	2.20	-0.92	-0.90
REINO UNIDO							
PIB	Biliões de €	1,833.96	1,948.52	2,052.86	1,815.41	1,563.11	1,693.60
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	778.00	859.50	851.80	791.20	1,069.30	1,322.50
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	42.42	44.11	41.49	43.58	68.41	78.09
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-3.43	-2.69	-2.73	-5.00	-11.35	-10.46

Quadro 2 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria A:
Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

Em relação aos países classificados como Categoria B (Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Holanda, Portugal e Roménia), verificamos que todos excedem a percentagem do défice público em relação ao PIB (\gg 3%) e apenas cinco se situam abaixo dos 60% quando analisamos a relação entre a dívida pública bruta e o PIB. Embora esta seja a situação verificada em 2010, a análise da série permite concluir que esta percentagem para os cinco países tem vindo a aumentar, assumindo uma tendência crescente, aproximando-se do valor indicativo, ou seja, os 60%.

AUSTRIA		2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	Biliões de €	243.59	256.95	272.01	283.09	274.32	281.50
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	155.80	159.40	161.20	176.80	185.10	198.10
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	63.96	62.04	59.26	62.45	67.48	70.37
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-1.65	-1.50	-0.43	-0.47	-3.50	-4.27
BÉLGICA							
PIB	Biliões de €	302.85	318.15	335.08	345.01	339.16	351.91
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	279.10	280.40	282.10	309.10	326.30	347.10
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	92.16	88.13	84.19	89.59	96.21	98.63
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-2.78	0.18	-0.33	-1.34	-6.00	-4.84
BULGÁRIA							
PIB	Biliões de €	23.26	26.48	30.77	35.43	35.04	35.86
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	6.39	5.72	5.30	4.86	5.14	6.52
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	27.48	21.60	17.22	13.72	14.67	18.18
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	1.02	1.85	1.13	1.66	-4.68	-3.84
REPÚBLICA CHECA							
PIB	Biliões de €	100.19	113.70	127.33	147.88	137.16	146.26
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	30.53	34.50	38.45	41.11	48.36	58.36
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	30.47	30.34	30.20	27.80	35.26	39.90
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-3.58	-2.63	-0.68	-2.72	-5.80	-5.24
DINAMARCA							
PIB	Biliões de €	207.37	218.75	227.53	233.48	222.41	232.91
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	78.20	70.20	62.00	79.70	92.50	104.70
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	37.71	32.09	27.25	34.14	41.59	44.95
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	5.21	5.16	4.81	3.22	-2.71	-5.06
FINLÂNDIA							
PIB	Biliões de €	157.31	165.64	179.70	184.65	171.32	178.46
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	65.70	65.70	63.20	63.00	75.10	87.50
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	41.77	39.66	35.17	34.12	43.84	49.03
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	2.70	4.01	5.18	4.22	-2.49	-3.10
GRÉCIA							
PIB	Biliões de €	194.82	209.92	225.54	235.68	233.05	229.93
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	195.40	224.20	238.60	261.40	298.00	325.20
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	100.30	106.80	105.79	110.91	127.87	141.44
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-5.17	-5.77	-6.41	-9.49	-15.51	-9.71
HUNGRIA							
PIB	Biliões de €	88.57	89.80	100.74	106.37	92.94	98.41
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	53.71	61.93	65.95	72.55	75.52	80.11
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	60.64	68.97	65.46	68.20	81.25	81.41
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-7.94	-9.33	-5.03	-3.74	-4.44	-3.85
IRLANDA							
PIB	Biliões de €	162.31	177.34	189.37	179.99	159.65	156.52
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	44.40	44.00	47.30	79.80	104.60	152.50
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	27.35	24.81	24.98	44.34	65.52	97.43
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	1.65	2.93	0.02	-7.31	-14.38	-32.34
HOLANDA							
PIB	Biliões de €	513.41	540.22	571.77	596.23	571.98	585.73
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	266.10	255.90	259.00	347.10	347.60	379.50
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	51.83	47.37	45.30	58.22	60.77	64.79
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-0.26	0.54	0.18	0.57	-5.40	-5.83
PORTUGAL							
PIB	Biliões de €	153.73	160.27	168.74	172.10	168.08	171.38
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	94.80	102.40	105.90	112.40	127.90	141.90
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	61.67	63.89	62.76	65.31	76.10	82.80
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-5.92	-4.05	-2.77	-2.93	-9.34	-7.32
ROMÉNIA							
PIB	Biliões de €	79.80	97.75	124.73	139.76	115.87	121.68
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	12.40	12.59	14.49	17.09	27.67	36.96
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	15.54	12.88	11.62	12.23	23.88	30.37
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-1.16	-2.24	-2.59	-5.74	-8.63	-7.32

Quadro 3 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria B:
Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

Quanto aos países classificados como Categoria C (Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Eslováquia e Eslovénia), verificamos que um excede os dois critérios (Chipre), cinco dos restantes excedem a percentagem do défice público em relação ao PIB (> 3%), dois deles mantêm-se dentro dos parâmetros definidos. Verifica-se também uma tendência crescente deste indicador (relação entre a dívida pública bruta e o PIB) para a Letónia, Lituânia, Malta, Eslováquia e Eslovénia.

CHIPRE		2005	2006	2007	2008	2009	2010
PIB	Biliões de €	13.66	14.67	15.95	17.25	16.95	17.46
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	9.49	9.44	9.26	8.35	9.83	10.86
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	69.48	64.33	58.05	48.41	58.01	62.21
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-2.42	-1.19	3.38	0.91	-5.97	-5.93
ESTÓNIA							
PIB	Biliões de €	11.18	13.39	15.83	16.11	13.86	14.18
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	0.51	0.59	0.59	0.74	0.99	1.14
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	4.57	4.41	3.74	4.60	7.15	8.04
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	1.61	2.45	2.54	-2.84	-1.73	-1.03
LETÓNIA							
PIB	Biliões de €	13.01	16.05	21.11	23.04	18.54	17.84
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	1.61	1.71	1.91	4.49	6.77	8.11
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	12.37	10.66	9.05	19.49	36.52	45.47
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-0.39	-0.46	-0.32	-4.16	-10.25	-7.73
LITUÂNIA							
PIB	Biliões de €	20.87	23.98	28.58	32.29	26.51	26.89
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	3.85	4.33	4.84	5.03	7.81	10.06
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	18.45	18.06	16.94	15.58	29.46	37.41
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-0.50	-0.45	-1.01	-3.29	-9.18	-8.36
LUXEMBURGO							
PIB	Biliões de €	30.28	33.92	37.49	39.64	38.04	40.29
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	1.84	2.27	2.50	5.40	5.53	7.32
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	6.07	6.68	6.67	13.61	14.53	18.16
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	n.a.	1.35	3.70	2.98	-0.72	-1.76
MALTA							
PIB	Biliões de €	4.79	5.13	5.48	5.74	5.75	6.11
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	3.36	3.25	3.38	3.38	3.95	4.30
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	69.99	63.41	61.66	61.66	68.65	70.44
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-2.96	-2.96	-2.28	-2.28	-3.77	-4.19
ESLÓVAQUIA							
PIB	Biliões de €	38.49	44.57	54.90	64.57	63.05	65.97
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	13.40	14.70	16.32	18.62	22.33	27.76
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	34.82	32.98	29.72	28.84	35.42	42.08
DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-2.81	-3.17	-1.81	-2.09	-7.93	-8.23
ESLOVÉNIA							
PIB	Biliões de €	28.76	31.06	34.57	37.30	35.38	35.85
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	Biliões de €	7.76	8.29	8.08	8.39	12.52	14.60
DÍVIDA PÚBLICA BRUTA	% do PIB	26.98	26.69	23.37	22.49	35.38	40.72
EXCEDENTE/DÉFICE PÚBLICO ANUAL	% do PIB	-1.43	-1.30	n.a.	-1.79	-5.82	-5.81

Quadro 4 - Evolução do PIB, dívida pública bruta e défice público anual – Países pertencentes à Categoria C:
Fonte (The Impact of the financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

Considerando que 22 dos países da UE são comuns à OTAN, podemos concluir pela análise do quadro que reflecte a evolução do Produto Interno Bruto a preços de 2005

(Communique PR/CP 2012-04-13 047), que a situação de crise também é transportada para esta aliança por via da crise económica e financeira vivida nos países aliados que a integram.

Segundo os dados publicados e constantes do quadro abaixo transcrito, 15 dos países viram o seu PIB diminuir, atingindo valores negativos em alguns deles. Se nos reportarmos a 2009 verificamos que a situação de crise foi muito acentuada, verificando-se que 26 países têm crescimento negativo.

%

PAÍS	Média				2007	2008	2009	2010	2011 e
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009					
Albânia	"	"	"	"	"	"	3.3	2.6	3.2
Bélgica	1.3	2.4	1.2	1.8	2.8	0.9	-2.7	2.3	2.0
Bulgária	"	"	"	5.1	6.4	6.2	-5.5	0.4	1.7
Canadá	0.4	3.3	2.3	1.6	2.2	0.7	-2.8	3.2	2.2
Croácia	"	"	"	"	"	"	-6.0	-1.2	0.6
República Checa	"	"	3.1	4.6	5.7	3.1	-4.7	2.7	2.1
Dinamarca	1.6	2.8	0.7	1.1	1.6	-1.1	-5.2	1.7	1.1
Estónia	"	"	"	3.9	7.5	-3.7	-14.3	2.3	8.0
França	0.9	2.1	1.4	1.4	2.3	-0.1	-2.7	1.5	1.6
Alemanha	5.8	1.4	0.7	2.2	3.4	0.8	-5.1	3.6	3.0
Grécia	1.3	3.1	4.3	2.7	3	-0.2	-3.2	-3.5	-6.1
Hungria	"	"	4.1	1.1	0.1	0.9	-6.8	1.3	1.5
Islândia	-0.5	5.1	2.9	3.2	6	1.3	-6.7	-4.0	2.9
Itália	0.9	1.4	1.0	0.6	1.7	-1.2	-5.1	1.5	0.7
Letónia	"	"	"	4.6	9.6	-3.3	-17.7	-0.3	4.5
Lituânia	"	"	"	4.9	9.8	2.9	-14.8	1.4	6.1
Luxemburgo	5.1	4.6	3	3.5	6.6	0.8	-5.3	2.7	2.0
Holanda	2.0	3.9	1.1	2.5	3.9	1.8	-3.5	1.6	1.4
Noruega	3.4	4.4	1.8	1.7	2.7	0.7	-1.7	0.3	1.5
Polónia	"	"	2.3	5.6	6.8	5.0	1.6	3.8	4.2
Portugal	1.7	4.2	1.0	1.0	2.4	0.0	-2.5	1.4	-1.6
Romênia	"	"	"	5.7	6.3	7.3	-6.6	-1.6	2.4
Eslováquia	"	"	"	7.0	10.5	5.9	-4.9	4.2	3.0
Eslovénia	"	"	"	4.2	6.9	3.6	-8.0	1.4	-0.2
Espanha	1.3	3.5	3.2	2.4	3.5	0.9	-3.7	-0.1	0.7
Turquia	3.2	5.2	1.5	3.7	4.7	0.7	-4.8	9.0	7.4
Reino Unido	0.4	3.3	3.1	1.4	3.5	-1.1	-4.4	1.8	0.9
Estados Unidos	1.9	4.2	1.8	1.2	1.9	-0.3	-3.5	3.0	1.7

Quadro 5 - Evolução do Produto Interno Bruto a preços de 2005 nos Países da OTAN: Fonte (Communiqé PR/CP 2012-04-13 047)

Em 2011, os Estados que participavam na Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) gastaram 193 biliões de euros em defesa, em oposição aos 503 biliões de euros gastos pelos EUA¹⁹. Para o mesmo período, a China e a Rússia gastaram 129 biliões de dólares e

¹⁹ Dados constantes da publicação “EU-US Defence Data 2011” da Agência Europeia de Defesa.

64 biliões de dólares²⁰, respetivamente. No entanto, este valor ainda diminuiu significativamente nos Estados da União Europeia, tendo-se reflectido na dispensa de 160.000 militares entre 2009 e 2011 nos Estados europeus e na assinatura de várias iniciativas bilaterais e multilaterais. Entre outros exemplos de cortes, temos Espanha a desocupar bases aéreas e a introduzir “*drones*” telecomandados na sua Força Aérea, a Alemanha também eliminará ou reduzirá o número de bases militares, e, no caso do exército britânico, serão dispensados 20.000 militares, tendo o Secretário de Defesa Philip Hammond descrito como “*the biggest shake-up in 100 years*”²¹. Como um todo, quase todos os Estados-Membros da UE, com excepção da Polónia, reduziram a parte do orçamento de Estado dedicado à defesa. Verificou-se, ainda, a retirada de meios militares de cenários de conflito internacional, como foi o caso de Itália na operação na Líbia ou ainda o reino Unido na missão anti-pirataria, ambas da OTAN. Estas medidas demonstram a perda de capacidade para actuar globalmente, assim como fragilizam as relações de cooperação com a Aliança Atlântica e o correspondente tandem UE-OTAN.

Com a actual crise financeira, o objectivo principal é com menos fazer mais, e para tal, é defendida a máxima de uma maior cooperação entre os Estados, através do “*Pooling and Sharing*”. Desta ideia resulta uma perda dos meios e capacidades para dar lugar a uma especialização. Mas os Estados não estão dispostos a prescindir desses meios e capacidades, pois passam a ficar mais dependentes dos outros. Assim, para que os Estados renunciem as suas capacidades em prol da União é necessário fortalecer e intensificar a confiança mútua. O Tratado de Lisboa reforça a solidariedade dos Estados-Membros através da introdução de uma cláusula de defesa mútua (artigo 42.º, número 7, do Tratado sobre a União Europeia – TUE), onde se pode ler:

“Se um Estado-Membro vier a ser alvo de agressão armada no seu território, os outros Estados-Membros devem prestar-lhe auxílio e assistência por todos os meios ao seu alcance, em conformidade com o artigo 51.º da Carta das Nações Unidas.”

²⁰ Dados constantes da base de dados das despesas da defesa do Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database.

²¹ Conforme informação constante no artigo de 7 de junho de 2012 no jornal The Guardian: <http://www.theguardian.com/uk/2012/jun/07/army-regiments-face-cuts-philip-hammond>.

Contudo, duas restrições moderam esta cláusula, em primeiro lugar, a cláusula de defesa mútua “*não afeta o carácter específico da política de segurança e defesa de determinados Estados-Membros*”²², nomeadamente os Estados neutros, e, em segundo lugar, assegura que “*respeitará as obrigações decorrentes do Tratado do Atlântico Norte para certos Estados-Membros que vêem a sua política de defesa comum realizada no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO)*”²³.

Esta cláusula de defesa mútua foi complementada com a cláusula de solidariedade definida no artigo.º 222 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, onde se pode ler:

“A União e os seus Estados-Membros actuarão em conjunto, num espírito de solidariedade, se um Estado-Membro for alvo de um ataque terrorista ou vítima de uma catástrofe natural ou de origem humana. A União mobiliza todos os instrumentos ao seu dispor, incluindo os meios militares disponibilizados pelos Estados-Membros”.

A introdução destas duas novas cláusulas no Tratado de Lisboa pode ser também uma forma de assegurar aos Estados-Membros, que mesmo não dispendo da totalidade dos meios e capacidades que antes detinham, os outros Estados têm “obrigação” de o ajudar caso este necessite, mobilizando todos os instrumentos ao seu dispor, pois esta obrigação de defesa mútua vincula todos os Estados-Membros. Ainda que este artigo não dê garantias aos Estados, pode de certo modo, tranquilizá-los.

Resulta do que ficou apresentado que a UE a partir de 2008, começou um período que se poderá prolongar por duas décadas de austeridade no âmbito dos seus orçamentos (contas públicas). Os défices acumulados e as taxas de crescimento do Produto Interno Bruto muito baixas, fazem com que a prioridade dos vários países se concentre na consolidação das contas públicas.

²² Artigo 42.º, número 7 do Tratado sobre a União Europeia.

²³ Artigo 42.º, número 2 do Tratado sobre a União Europeia.

2.3 A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no Período de 2005 a 2010 no âmbito da UE e 1990 a 2011 no âmbito da OTAN

Conforme referido no ponto anterior e segundo o estudo publicado pelo Parlamento Europeu (*The impact of the financial Crisis on European Defence*) e demais autores referenciados, a crise económica e financeira tem-se traduzido na diminuição dos orçamentos da defesa no conjunto dos países OTAN e UE.

Como já indicado no ponto anterior, os Estados-Membros da UE no mesmo estudo, são divididos em três grupos (A, B, C), face ao tamanho das suas Forças Armadas, o montante dos seus orçamentos de defesa, as suas contribuições para as capacidades da UE e, também, o tamanho da sua indústria de defesa.

Recorda-se o agrupamento efectuado no âmbito do estudo: Categoria A, a França, Alemanha, Itália, Polónia, Espanha, Suécia e Reino Unido; Categoria B, a Áustria, Bélgica, Bulgária, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Grécia, Hungria, Irlanda, Holanda, Portugal, Roménia; Categoria C, Chipre, Estónia, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Eslováquia e Eslovénia.

No documento atrás referido, uma vez que foi publicado em 2011, não consta como membro da UE a Croácia, dado que a sua adesão ocorreu em 1 de Julho de 2013. Desta forma não se encontra classificada segundo uma das categorias, nem são apresentados dados numéricos.

De seguida apresentamos quadro com a indicação dos países que são membros da UE (28 países), da OTAN (28 países) e, centralmente, aqueles que simultaneamente pertencem às duas organizações (22 países).

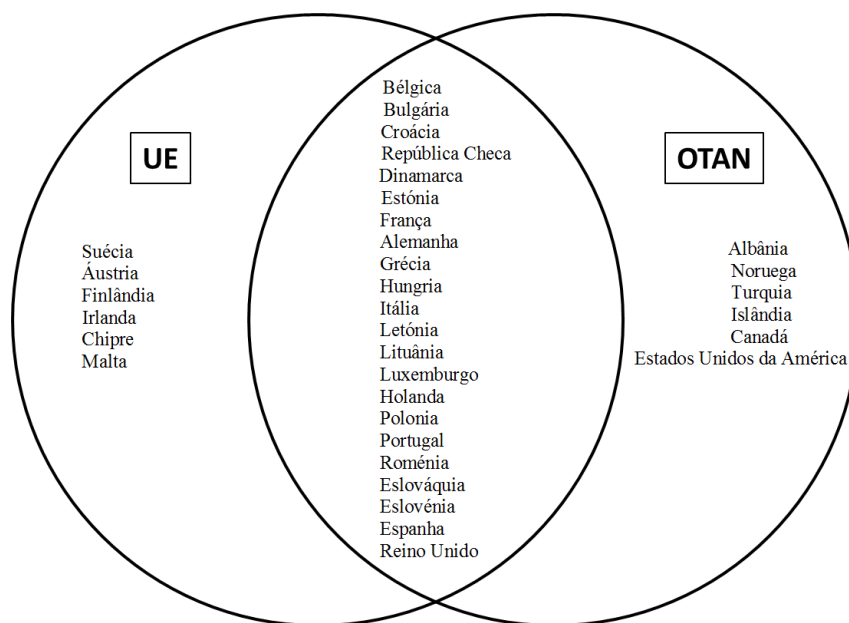


Fig. 2 - Lista dos países membros da União Europeia e Organização do Tratado do Atlântico Norte

2.3.1 A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no âmbito da UE (2005 a 2010)

Relativamente à UE, embora tenham sido efetuados alguns contactos no sentido de obter informação mais atualizada, do que a publicada pelo Parlamento Europeu em 2011 (*The Impact of The Financial Crises on European Defence*), constatou-se pela sua inexistência, estando em desenvolvimento a recolha e atualização dos dados para 2012, via *European Defense Agency*, conforme comunicação enviada aos países em 19 de Dezembro de 2013, pela “Graham Muir – Head of Policy & Planning Unit”, com data limite de resposta 13 de Janeiro de 2014.

Conforme referido o documento, apresenta os países da UE divididos em 3 categorias, A, B e C, pelo que os dados abaixo apresentados vão ter em consideração esta divisão.

Para o conjunto dos países da categoria A, verifica-se uma diminuição da percentagem do peso relativo no PIB das despesas da defesa. Em relação ao número de militares e militarizados, três países reduzem os seus efetivos, dois mantêm e dois crescem ligeiramente, situando-se, no entanto, abaixo do quantitativo alcançado em anos anteriores.

Em relação aos países da categoria B, verifica-se uma diminuição da percentagem do peso relativo das despesas da defesa em relação ao PIB, em 7 deles, entre 12. Em termos de efetivos seis países veem diminuir o número de elementos nas fileiras, quatro sobem e dois mantêm.

Quanto aos países classificados como categoria C, quatro diminuem o peso relativo das despesas da defesa no PIB. Em termos de efetivos dois países diminuem, cinco mantêm e um aumenta. Importa no entanto referir que, para este conjunto de países, quer os orçamentos afetos à defesa, quer os meios militares, são muito limitados, encontrando-se em valores mínimos.

FRANÇA		2005	2006	2007	2008	2009	2010
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	32.90	35.40	36.20	30.38	32.00	32.10
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.91	1.96	1.91	1.56	1.68	1.65
Militares	Forças Armadas	254.895	254.895	254.895	254.895	249.395	249.395
Militarizados	Forças Militarizadas	104.275	104.275	104.275	104.000	103.376	103.376
ALEMANHA							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	23.50	27.90	28.40	29.50	31.10	31.10
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.05	1.20	1.17	1.19	1.30	1.25
Militares	Forças Armadas	284.500	284.500	254.702	245.702	244.324	250.613
ITÁLIA							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	14.00	12.12	14.44	16.40	15.40	15.50
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.98	0.82	0.93	1.05	1.01	1.00
Militares	Forças Armadas	191.875	191.152	191.152	186.049	185.016	185.235
Militarizados	Forças Militarizadas	110.000	110.000	110.000	110.000	110.000	110.000
POLÓNIA							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	4.27	4.62	5.33	6.36	6.20	6.47
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.75	1.70	1.71	1.75	2.00	1.82
Militares	Forças Armadas	141.500	141.500	141.500	127.266	121.808	100.000
Militarizados	Forças Militarizadas	21.400	21.400	21.400	21.400	21.400	n.a.
ESPAÑA							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	7.12	7.12	7.69	8.14	7.84	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.78	0.72	0.73	0.75	0.74	n.a.
Militares	Forças Armadas	147.255	147.255	147.255	149.150	149.150	128.013
Militarizados	Forças Militarizadas	73.360	73.360	73.360	73.360	73.360	80.210
SUÉCIA							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	4.74	4.60	4.94	4.12	4.03	4.14
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.59	1.45	1.46	1.23	1.38	1.19
Militares	Forças Armadas	27.600	27.600	27.600	24.000	16.900	13.050
Militarizados	Forças Militarizadas	600	600	600	600	600	800
REINO UNIDO							
ORÇ. DEFESA €	Bilhões	41.50	42.29	43.70	48.51	44.80	44.84
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	2.26	2.17	2.13	2.67	2.87	2.65
Militares	Forças Armadas	205.890	216.890	191.003	180.527	160.280	175.690

Quadro 6 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equiparados – Países pertencentes à Categoria A; Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

AUSTRIA		2005	2006	2007	2008	2009	2010
ORÇ. DEFESA €	Biliões	1.81	1.81	2.63	2.03	2.11	2.12
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.74	0.70	0.97	0.72	0.77	0.75
Militares	Forças Armadas	39.900	39.900	39.600	39.600	34.900	27.300
BÉLGICA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	2.68	2.70	2.75	2.85	2.84	2.87
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.88	0.85	0.82	0.83	0.84	0.82
Militares	Forças Armadas	36.900	36.950	39.690	39.690	38.844	38.452
BULGÁRIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.50	0.55	0.61	0.79	0.74	0.76
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	2.15	2.08	1.97	2.23	2.13	2.12
Militares	Forças Armadas	51.000	51.000	51.000	40.747	40.747	34.975
Militarizados	Forças Militarizadas	34.000	34.000	34.000	34.000	34.000	34.000
REPÚBLICA CHECA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	1.77	1.97	1.98	2.17	2.12	1.95
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.77	1.73	1.55	1.47	1.54	1.33
Militares	Forças Armadas	22.272	22.272	24.752	23.092	24.083	17.932
DINAMARCA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	2.54	2.65	3.05	3.04	3.10	3.34
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.22	1.21	1.34	1.30	1.39	1.44
Militares	Forças Armadas	21.180	21.180	21.620	29.960	29.550	26.585
FINLÂNDIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	2.21	2.27	2.31	2.42	2.82	2.72
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.40	1.37	1.29	1.31	1.65	1.52
Militares	Forças Armadas	28.300	28.300	29.300	29.300	29.300	22.600
Militarizados	Forças Militarizadas	3.100	3.100	3.100	3.100	3.100	2.950
GRÉCIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	3.52	3.71	3.87	4.16	4.32	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.81	1.77	1.72	1.77	1.85	n.a.
Militares	Forças Armadas	163.850	163.850	147.100	156.600	156.600	156.600
Militarizados	Forças Militarizadas	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000	4.000
HUNGRIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	1.16	1.21	1.36	1.41	1.21	1.33
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.31	1.35	1.35	1.32	1.30	1.35
Militares	Forças Armadas	32.300	32.300	32.300	32.300	25.207	29.450
Militarizados	Forças Militarizadas	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000	12.000
IRLANDA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.76	0.89	0.97	0.001	0.001	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.47	0.50	0.51	0.001	0.001	n.a.
Militares	Forças Armadas	10.460	10.460	10.460	10.460	10.460	10.460
HOLANDA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	7.67	7.91	8.36	8.09	8.73	8.55
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.49	1.46	1.46	1.36	1.53	1.46
Militares	Forças Armadas	46.330	46.330	46.330	38.808	40.537	40.804
Militarizados	Forças Militarizadas	6.800	6.800	6.800	6.800	5.953	6.078
PORTUGAL							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	1.92	1.91	1.88	1.79	1.82	1.97
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.25	1.19	1.11	1.04	1.08	1.15
Militares	Forças Armadas	44.900	44.900	43.960	42.910	42.910	43.330
Militarizados	Forças Militarizadas	47.700	47.700	47.700	47.700	47.700	47.700
ROMÉLIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	1.57	1.88	2.29	2.26	2.32	1.93
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.96	1.93	1.83	1.62	2.00	1.58
Militares	Forças Armadas	97.200	97.200	69.600	74.267	73.200	73.350
Militarizados	Forças Militarizadas	79.900	79.900	79.900	79.900	79.900	79.900

Quadro 7 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equipados – Países pertencentes à Categoria B: Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

CHIPRE		2005	2006	2007	2008	2009	2010
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.31	0.24	0.36	0.22	0.64	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	2.23	1.65	2.25	1.27	3.80	n.a.
Militares	Forças Armadas	10.000	10.000	10.000	10.000	10.000	10.050
Militarizados	Forças Militarizadas	750	750	750	750	750	750
ESTÓNIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.16	0.19	0.25	0.29	0.26	0.26
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.45	1.41	1.59	1.82	1.87	1.85
Militares	Forças Armadas	4.934	4.934	4.100	4.100	5.300	4.750
Militarizados	Forças Militarizadas	2.600	2.600	2.600	2.600	2.100	n.a.
LETÓNIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.22	0.25	3.18	0.37	0.24	0.19
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.68	1.57	15.07	1.61	1.31	1.06
Militares	Forças Armadas	5.238	5.238	5.339	5.696	5.187	5.745
Militarizados	Forças Militarizadas	n.a.	n.a.	n.a.	11.034	11.034	n.a.
LITUÂNIA							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.27	0.28	0.33	0.37	0.34	0.21
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	1.27	1.17	1.16	1.15	1.27	0.80
Militares	Forças Armadas	13.510	13.510	12.010	13.850	8.850	8.850
Militarizados	Forças Armadas	15.140	14.600	14.600	14.600	14.600	14.600
LUXEMBURGO							
ORÇ. DEFESA €	Biliões	0.21	0.20	0.26	0.12	n.a.	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.69	0.60	0.70	0.30	n.a.	n.a.
Militares	Forças Armadas	900	900	900	900	900	900
Militarizados	Forças Militarizadas	612	612	612	612	612	612
MALTA							
ORÇ. DEFESA €	Milhares	20mio	20mio	10mio	10mio	40mio	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.34	0.34	0.25	0.25	0.63	0.61
Militares	Forças Armadas	2.237	2.237	1.609	1.609	1.954	1.954
ESLÓVAQUIA							
ORÇ. DEFESA €	Euros	70.000	80.000	80.000	100.000	n.a.	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.00017	0.00017	0.00015	0.00015	n.a.	n.a.
Militares	Forças Armadas	20.195	20.195	15.223	17.129	17.445	16.531
ESLOVÉNIA							
ORÇ. DEFESA €	Euros	400.000	450.000	530.000	n.a.	n.a.	n.a.
ORÇ. DEFESA % do PIB	%	0.00140	0.00145	0.00152	n.a.	n.a.	n.a.
Militares	Forças Armadas	6.550	6.550	6.550	5.973	7.200	7.200
Militarizados	Forças Militarizadas	4.500	4.500	4.500	4.500	4.500	4.500

Quadro 8 - Análise da despesa pública na área da defesa e do número de militares e equiparados – Países pertencentes à Categoria C: Fonte (The Impact of the Financial Crises on European Defence – Annex - 2011)

2.3.2 A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no âmbito da OTAN (1990 a 2011)

De acordo com o comunicado PR/CP 047, de 13 de Abril de 2012, da Divisão de Relações Públicas da OTAN, que publica a informação financeira e económica relativa aos vários países da Aliança, no período de 1990 a 2011, podemos concluir que a maioria dos países realizaram reduções significativas na área da Defesa, como resultado da crise económica e financeira vivida na Europa e, no caso da OTAN, também os países da América do Norte, nomeadamente os Estados Unidos da América.

A metodologia de agregação dos dados utilizados pela Aliança é diferente da realizada pela maioria dos países membros (Comuniqué PR/CP 2012-04-13 047), além de se verificarem desfasamentos temporais em termos de ano fiscal, uma vez que em alguns deles não existe coincidência entre o ano civil e o ano fiscal, como são os casos dos EUA e Canadá.

De igual modo, verificamos também diversas situações particulares para os diferentes países, tais como a entrada para a Aliança em anos diferentes, a utilização de unidade monetária diferente ou, inclusive, a mudança de unidade monetária no próprio país ao longo do período em análise, como ocorreu na Turquia.

Nos quadros abaixo apresentados, verifica-se que a Islândia embora país membro da OTAN, não apresenta valores, uma vez que não tem Forças Armadas.

Considerando a informação apresentada nos quadros, foi necessário recorrer aos seguintes sinais convencionais, quando aplicável: e estimativa; " não aplicável; | descontinuidade na série.

De seguida vamos proceder à análise quantitativa da informação publicada pela OTAN.

A análise da despesa na área da defesa a preços correntes (vidé Quadro), permite concluir que 14 países viram os recursos alocados à área da defesa diminuir, assim como o valor global para o conjunto dos países, quando comparamos 2011/2010.

		milhões								
PAÍS	UNIDADE MONETÁRIA	1990	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010	2011 e
Albânia	Leks	"	"	"	"	"	"	17356	19321	19877
Bélgica	Francs - Euros	155206	131156	139711	3400	3773	4298	4048	3960	3986
Bulgária	Leva	"	"	"	1051	1415	1553	1273	1230	1066
Croácia	Kunas	"	"	"	"	"	"	5356	5057	5184
República Checa	Koruny	"	"	44314	52960	51283	52755	59656	50808	43328
Dinamarca	Kroner	16399	17468	19339	20800	22731	24410	23252	25328	24259
Estónia	Krooni - Euros	"	"	"	2568	4246	4595	3978	3922	280
França	Francs - Euros	231911	238432	240752	42545	45150	45366	39190	39237	38445
Alemanha	Deutsche Mark - Euros	68376	58986	59758	30600	31090	32824	34171	34925	34630
Grécia	Drachmas - Euros	612344	1171377	2017593	5429	5997	6896	7311	5973	4622
Hungria	Forint	"	"	226926	318552	326205	326792	298620	280695	277148
Itália	1000 Lire - Euros	28007	31561	47100	26959	20932	22631	21946	21637	21741
Letónia	Lats	"	"	"	115	228	259	160	133	145
Lituânia	Litai	"	"	"	846	1142	1251	998	849	872
Luxemburgo	Francs - Euros	3233	4194	5613	196	209	146	145	187	201
Holanda	Guilders - Euros	13513	12864	14284	7693	8388	8488	8733	8472	8156
Noruega	Kroner	21251	22224	25722	31471	34439	35932	38960	39279	40634
Polónia	Zlotys	"	"	13418	17911	21681	19672	23323	25635	26394
Portugal	Escudos - Euros	267299	403478	479663	2527	2418	2536	2692	2782	2598
Roménia	New Lei	"	"	"	5757	6358	7558	6785	6630	7255
Eslováquia	Koruny - Euros	"	"	"	25537	28131	30146	972	859	766
Eslovénia	Tolars - Euros	"	"	"	99084	506	566	575	583	478
Espanha	Pesetas - Euros	922808	1078751	1264299	10497	12219	12756	12196	11132	10059
Turquia	1000 Liras - Liras	13866	302864	6248274	13840	15392	18755	19603	21241	24251
Reino Unido	Pounds	22287	21439	23532	30738	34430	37127	37357	39053	39650
NATO - Europa	US dollars	186189	184352	164349	250064	287761	313866	282240	274750	282581
Canadá	Canadian dollars	13473	12457	12314	16001	19255	21100	21828	21935	23436
Estados Unidos	US dollars	306170	278856	301697	503353	586106	729544	757466	785831	731879
América do Norte	US dollars	317717	287933	309989	516557	604032	749319	776561	807123	755564
OTAN - TOTAL	US dollars	503906	472284	474338	766621	891793	1063185	105880	1081872	1038145

Quadro 9 - Evolução das despesas da defesa dos países da OTAN a preços correntes: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

Esta situação agrava-se se analisarmos as despesas da defesa a preços constantes (base 2005), constatando-se uma diminuição real em 19 países.

		milhões									
PAÍS	UNIDADE MONETÁRIA	1990	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010	2011 e	
Albânia	Leks	"	"	"	"	"	"	15186	16388	16359	
Bélgica	Francs - Euros	210425	157226	155142	3400	3641	3969	3738	3600	3566	
Bulgária	Leva	"	"	"	1051	1212	1228	965	906	748	
Croácia	Kunas	"	"	"	"	"	"	4512	4217	4252	
República Checa	Koruny	"	"	49789	52960	49371	49834	55275	47905	40837	
Dinamarca	Kroner	23596	22336	21730	20800	21893	22731	21366	22760	21211	
Estónia	Krooni - Euros	"	"	"	2568	3496	3592	3142	3064	211	
França	Francs - Euros	293210	276592	265328	42545	43089	42222	36304	36054	34905	
Alemanha	Deutsche Mark - Euros	86132	62837	63026	30600	30499	31952	32878	33405	32887	
Grécia	Drachmas - Euros	1771820	1764531	2366222	5429	5650	6203	6398	5140	3889	
Hungria	Forint	"	"	311276	318552	298935	284465	250995	229014	221627	
Itália	1000 Lire - Euros	63988	56437	61938	26959	18677	19474	18367	17686	17119	
Letónia	Lats	"	"	"	115	170	171	106	91	95	
Lituânia	Litai	"	"	"	846	986	984	815	681	672	
Luxemburgo	Francs - Euros	4522	5079	6310	196	197	133	131	161	166	
Holanda	Guilders - Euros	19706	16724	16652	7693	8109	8007	8115	7776	7394	
Noruega	Kroner	30457	28391	29282	31471	32011	32056	33226	32867	33022	
Polónia	Zlotys	"	"	15236	17911	20532	18055	20708	22381	22423	
Portugal	Escudos - Euros	534825	552304	557702	2527	2280	2354	2486	2540	2345	
Roménia	New Lei	"	"	"	5757	5065	5222	4499	4147	4198	
Eslováquia	Koruny - Euros	"	"	"	25537	27027	28156	918	808	707	
Eslovénia	Tolars - Euros	"	"	"	99084	476	511	504	517	421	
Espanha	Pesetas - Euros	1699403	1527742	1554467	10497	11362	11586	11070	10063	8970	
Turquia	1000 Liras - Liras	14587214	16141839	19961970	13840	12820	13948	13846	14114	14644	
Reino Unido	Pounds	34884	26702	26240	30738	32613	34099	33752	34315	34089	
NATO - Europa	US dollars	274634	233065	247331	250064	245861	251863	244275	241595	234311	
Canadá	Canadian dollars	18006	15211	13859	16001	18173	19130	20177	19697	20422	
Estados Unidos	US dollars	462619	363437	350988	503353	553526	671793	689642	701714	643752	
América do Norte	US dollars	477478	375989	362425	516557	568523	687579	706293	717968	660604	
OTAN - TOTAL	US dollars	752112	609054	609755	766621	814384	93944	950568	959562	894915	

Quadro 10 - Evolução das despesas da defesa dos países da OTAN a preços constantes – Base 2005: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

Da análise das percentagem das despesas da defesa em relação ao PIB, infere-se um agravamento sucessivo, ou seja, uma diminuição deste indicador, através de variações negativas, constatando-se uma deterioração em 2011 relativamente a 2010, pois nesse ano, 18 países viram as despesas da defesa diminuir em relação ao PIB.

%

PAÍS	Média				2007	2008	2009	2010	2011 e
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009					
Albânia	"	"	"	"	"	"	-5.0	7.9	-0.2
Bélgica	-7.3	-0.8	-2.7	3.2	7.9	9.0	-5.8	-3.7	-0.9
Bulgária	"	"	"	2.3	16.1	1.3	-21.4	-6.0	-17.4
Canadá	-3.2	-4.4	3.1	5.9	9.3	5.3	5.5	-2.4	3.7
Croácia	"	"	"	"	"	"	-11.6	-6.5	0.8
República Checa	"	"	1.1	-0.6	-8.8	0.9	10.9	-13.3	-14.8
Dinamarca	-0.5	0.2	1	2.6	-3.5	3.8	-6.0	6.5	-6.8
Estónia	"	"	"	9.4	29.1	2.7	-12.5	-2.5	7.6
França	-0.4	-1.1	1.2	-1.2	-0.8	-2.0	-14.0	-0.7	-3.2
Alemanha	-7.0	-0.7	-0.8	1.0	0.8	4.8	2.9	1.6	-1.5
Grécia	-1.1	6.5	-9.8	3.9	-0.6	9.8	3.1	-19.7	-24.3
Hungria	"	"	2.1	-5.1	4.3	-4.8	-11.8	-8.8	-3.2
Islândia	"	"	"	"	"	"	"	"	"
Itália	-0.5	0.7	-1.7	-11.3	-22.5	4.3	-5.7	-3.7	-3.2
Letónia	"	"	"	11.2	7.2	0.6	-37.7	-14.7	4.6
Lituânia	"	"	"	3.6	8.1	-0.2	-17.2	-16.5	-1.2
Luxemburgo	4.1	5.2	7.3	-7.4	2.6	-32.9	-0.9	22.9	3.7
Holanda	-2.9	0.6	0.9	1.9	1.1	-1.3	1.4	-4.2	-4.9
Noruega	0.3	1.2	5	0.8	3.2	0.1	3.6	-1.1	0.5
Polónia	"	"	2.8	3.4	9.6	-12.1	14.7	8.1	0.2
Portugal	0.4	-1.3	-5.3	-2.2	-6.8	3.2	5.6	2.2	-7.7
Romênia	"	"	"	-4.6	-11.4	3.1	-13.8	-7.8	1.2
Eslováquia	"	"	"	2.7	2.8	4.2	-1.7	-12.0	-12.5
Eslovénia	"	"	"	7.1	0.0	7.4	-1.4	2.5	-18.6
Espanha	-3.4	-1.0	4.0	2.8	2.8	2.0	-4.5	-9.1	-10.9
Turquia	3.4	5.5	-8.1	-0.1	-12.3	8.8	-0.7	1.9	3.8
Reino Unido	-4.2	-1.4	1.5	2.7	4.9	4.6	-1	1.7	-0.7
Estados Unidos	-5.3	-2.6	7.2	8.0	3.0	21.4	2.7	1.8	-8.3

Quadro 11 - Evolução das despesas da defesa em percentagem do PIB a preços de constantes – Base 2005:
Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

Conforme quadro abaixo, podemos constatar uma diminuição da despesa da defesa em relação ao PIB.

%

PAÍS	Média				2007	2008	2009	2010	2011 e	
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009						
Albânia	"	"	"	"	"	"	1.5	1.6	1.5	
Bélgica	1.9	1.5	1.3	1.1	1.1	1.2	1.2	1.1	1.1	
Bulgária	"	"	"	"	2.2	2.4	2.2	1.9	1.7	1.4
Croácia	"	"	"	"	"	"	1.6	1.5	1.5	
República Checa	"	"	1.9	1.5	1.4	1.4	1.6	1.3	1.1	
Dinamarca	1.9	1.7	1.5	1.4	1.3	1.4	1.4	1.5	1.4	
Estónia	"	"	"	1.6	1.7	1.8	1.8	1.8	1.7	
França	3.3	2.9	2.5	2.3	2.4	2.3	2.1	2.0	1.9	
Alemanha	2.1	1.6	1.4	1.3	1.3	1.3	1.4	1.4	1.4	
Grécia	3.9	4.1	3.3	2.9	2.7	3.0	3.2	2.6	2.1	
Hungria	"	"	1.7	1.3	1.3	1.2	1.2	1.1	1.0	
Itália	2.0	1.9	2.0	1.6	1.3	1.4	1.4	1.4	1.4	
Letónia	"	"	"	1.4	1.5	1.6	1.2	1.0	1.0	
Lituânia	"	"	"	1.1	1.2	1.1	1.1	0.9	0.8	
Luxemburgo	0.7	0.7	0.7	0.5	0.6	0.4	0.4	0.5	0.5	
Holanda	2.3	1.8	1.5	1.5	1.5	1.4	1.5	1.4	1.3	
Noruega	2.8	2.2	1.9	1.5	1.5	1.4	1.7	1.6	1.5	
Polónia	"	"	1.8	1.7	1.8	1.5	1.7	1.8	1.7	
Portugal	2.4	2.1	1.7	1.5	1.4	1.5	1.6	1.6	1.5	
Roménia	"	"	"	1.6	1.5	1.5	1.4	1.3	1.3	
Eslováquia	"	"	"	1.6	1.5	1.5	1.5	1.3	1.1	
Eslovénia	"	"	"	1.5	1.5	1.5	1.6	1.6	1.3	
Espanha	1.6	1.3	1.2	1.2	1.2	1.2	1.2	1.1	0.9	
Turquia	2.8	3.2	3.2	2.0	1.8	2	2.1	1.9	1.9	
Reino Unido	3.7	2.7	2.3	2.5	2.4	2.6	2.7	2.7	2.6	
NATO - Europa	2.5	2.1	1.9	1.8	1.7	1.7	1.8	1.7	1.6	
Canadá	1.8	1.3	1.2	1.3	1.3	1.3	1.4	1.4	1.4	
Estados Unidos	4.6	3.3	3.4	4.5	4.2	5.1	5.4	5.4	4.8	
América do Norte	4.4	3.2	3.2	4.2	3.9	4.7	5.1	5	4.5	
OTAN - TOTAL	3.5	2.7	2.6	3.0	2.8	3.1	3.4	3.4	3.0	

Quadro 12 - Percentagem das despesas da defesa em relação ao PIB, a preços constantes – Base 2005: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

A tendência anteriormente enunciada, também é confirmada pelo quadro abaixo apresentado, verificando-se uma diminuição das despesas da defesa por habitante, em 17 países.

USD										
PAÍS	1990	1995	2000	2005	2007	2008	2009	2010	2011 e	
Albânia	"	"	"	"	"	"	"	48	51	51
Bélgica	651	478	467	404	426	461	431	411	404	
Bulgária	"	"	"	86	101	102	81	76	64	
Croácia	"	"	"	"	"	"	171	160	161	
República Checa	"	"	202	216	200	199	220	190	162	
Dinamarca	765	712	679	640	669	690	645	684	636	
Estónia	"	"	"	151	207	213	186	182	196	
França	956	883	828	840	840	819	700	691	666	
Alemanha	866	489	488	461	461	484	499	508	500	
Grécia	637	606	791	608	627	686.0	705	565	427	
Húngria	"	"	153	158	149	142	125	115	111	
Itália	725.0	638	699.0	572	391	405	379	364	351	
Letónia	"	"	"	89	132	133	84	72	76	
Lituânia	"	"	"	89	105	106	88	75	75	
Luxemburgo	365	383	446	526	509	336	327	394	402	
Holanda	744	610	590	586	616	606	611	582	553	
Noruega	1115	1011	1012	1057	1056	1043	1068	1043	1036	
Polónia	"	"	123	145	166	146	168	181	181	
Portugal	332	342	338	298	267	276	291	297	274	
Roménia	"	"	"	91	81	83	72	66	67	
Eslováquia	"	"	"	153	161	168	166	145	126	
Eslovénia	"	"	"	257	293	314	307	314	255	
Espanha	326	290	289	301	315	316	300	272	241	
Turquia	197	201	231	150	136	146	143	144	149	
Reino Unido	1108	837	810	928	972	1010	993	1007	994	
NATO - Europa	714	566	515	465	452	461	439	433	418	
Canadá	537	428	373	409	455	474	494	478	492	
Estados Unidos	1849	1363	1243	1699	1833	2204	2243	2263	2060	
América do Norte	1718	1271	1158	1573	1697	2033	2070	2086	1905	
OTAN - TOTAL	1135	861	769	885	927	1062	1059	1063	987.0	

Quadro 13 - Produto Interno Bruto e despesas da defesa por habitante, em dólares americanos: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

Outro indicador que importa analisar na área da defesa e que assume grande importância, é o da distribuição orçamental em termos de despesa para as áreas de Pessoal (P), Operação e Manutenção (O&M) e Investimento (I).

Segundo as orientações para a revisão do Conceito Estratégico Militar, definidas pelo Despacho n.º 006/CEMGFA/2013, de 15 de março de 2013, em alinhamento com a doutrina da OTAN, indicam como padrão a alcançar a distribuição de 55% - 25% - 20%, respectivamente pelas componentes P, O&M e I.

Embora a informação publicada pela OTAN não esteja agregada desta forma, separando despesas com o pessoal, de equipamento, de infraestruturas e outras, a análise dos quadros abaixo apresentados, permite concluir que existe, no conjunto dos países da aliança, um desajustamento estrutural, pois 15 dos seus membros apresentam para as

despesas com pessoal valores superiores ao padrão (\gg 55%) e para as despesas com operação e manutenção valores inferiores (\ll 25%).

PAÍS	Média				%					
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2007	2008	2009	2010	2011 e	
Albânia	"	"	"	"	"	"	"	66.2	75.7	77.1
Bélgica	68.3	69.3	70.4	75.1	78.9	72.2	74.5	75.5	75.4	
Bulgária	"	"	"	49.9	44.8	44.9	59.2	64.3	67.4	
Canadá	49.7	44.2	44.5	45.8	46.0	44.9	45.3	45.3	42.5	
Croácia	"	"	"	"	"	"	72.4	71.6	69.0	
República Checa	"	"	45.4	48.2	49.2	51.5	46.1	50.7	56.0	
Dinamarca	57.5	59.8	52.8	52.3	50.6	51.5	56.3	50.8	52.2	
Estónia	"	"	"	29.5	27.0	31.5	34.5	34.5	32.3	
França	..	58.2	59.6	55.7	57.1	57.4	49.3	47.6	49.4	
Alemanha	57.4	61.5	60.0	55.4	54.9	53.9	53.2	52.7	52.3	
Grécia	63	61.7	68.9	71.2	79.5	74.1	56.5	65.0	73.9	
Hungria	"	"	48.8	48.8	46.4	48.1	50.4	56.4	55.2	
Itália	63.6	71.8	73.1	75.2	72.8	70.8	73.9	75.1	74.8	
Letónia	"	"	"	46.1	38.9	46.3	59.3	55.9	51.3	
Lituânia	"	"	"	56.9	54.7	56.3	60.9	65.6	68.3	
Luxemburgo	76.2	79.1	76.0	67.2	77.3	54.0	57.0	45.6	44.3	
Holanda	56.9	54.6	50.6	48.8	47.2	48.6	50.1	52.3	53.8	
Noruega	40.6	38.0	39.8	43.1	43.2	41.9	42.4	42.7	43.4	
Polónia	"	"	63.3	57.8	54.4	63.2	61.1	56.8	58.2	
Portugal	77.3	80.8	79.8	75.5	78.7	71.7	75.3	70.2	78.5	
Romênia	"	"	"	67.1	72.3	69.1	79.8	79.1	80.0	
Eslováquia	"	"	"	50.9	51.5	51.7	55.8	62.4	69.5	
Eslovénia	"	"	"	62.6	59.8	62.2	67.1	61.7	74.6	
Espanha	64.9	66.5	58.2	54.7	53.0	53.8	58.7	63.4	64.8	
Turquia	50.1	48.2	46.1	50.0	53.3	46.8	49.6	49.7	50.2	
Reino Unido	42.2	39.4	39.4	38.9	38.8	36.5	37.5	35.7	..	
Estados Unidos	39.3	39.0	36.1	37.1	35.2	33.3	46.9	46.7	41.4	

Quadro 14 - Evolução das despesas com o pessoal: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

PAÍS	Média				%				
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2007	2008	2009	2010	2011 e
Albânia	"	"	"	"	"	"	11.3	15.7	13.4
Bélgica	7.8	5.8	6.1	6.5	4.8	8.1	8.2	6.8	6.4
Bulgária	"	"	"	17.6	24	21.4	14.2	15.4	6.3
Canadá	18.1	12.7	12.9	12.8	14.8	13	12.8	13.8	17.5
Croácia	"	"	"	"	"	"	10.2	8.1	12.2
República Checa	"	"	18.9	13.1	10.1	12.9	22.4	12.4	13.2
Dinamarca	15.8	12.8	16.0	13.8	15.7	18.8	9.9	14.1	9.7
Estónia	"	"	"	14.9	23.7	10.1	17.9	11.9	10.1
França	..	21.3	19.7	22.6	21.4	21.0	27.0	30.2	28.2
Alemanha	13.5	11.8	14.0	15.6	14.6	17.1	17.6	17.6	16.4
Grécia	22.8	20.1	12.3	16.1	10.5	16.4	27.8	18.3	6.9
Hungria	"	"	11.2	11.1	12.1	14.8	12.7	12.1	13.1
Itália	16.3	12.9	12.3	10.5	14.0	12.7	11.3	10.9	11.7
Letónia	"	"	"	9.6	9.6	14.9	5.4	15.6	10.8
Lituânia	"	"	"	16.6	18.7	16.3	16.2	10.0	10.1
Luxemburgo	3.4	4.1	7.4	12.4	6.8	25.1	17.4	34.4	28.4
Holanda	15.6	16.4	16.2	17.3	19.1	17.2	17.6	15.7	13.6
Noruega	24.9	24.5	21.8	20.7	21.4	22.6	19.2	18.1	17.0
Polónia	"	"	10.9	16.1	18.6	13.9	15.9	18.1	16.1
Portugal	5.7	5.5	6.0	9.5	8.4	13.5	8.7	13.2	8.8
Romênia	"	"	"	15.6	13.3	16.7	8.7	8.8	7.5
Eslováquia	"	"	"	14.2	16.2	14.6	13.2	9.8	7.1
Eslovénia	"	"	"	9.5	10.8	7.4	8.5	18.0	5.7
Espanha	12.4	12.8	18.1	20.6	20.8	21.4	17.4	12.1	6.7
Turquia	23.7	26.5	32.6	28.5	24.5	29.3	25.6	27.9	28.6
Reino Unido	21.0	24.8	23.8	22.3	22.6	22.5	21.9	24.5	..
Estados Unidos	25.1	26.2	24.8	24.6	24.6	26.1	24.1	24.2	26.5

Quadro 15 - Evolução das despesas com equipamento: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

PAÍS	Média				%				
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2007	2008	2009	2010	2011 e
Albânia	"	"	"	"	"	"	3.7	1.8	0.8
Bélgica	3.4	3.9	2.7	2.0	1.8	1.8	2.2	1.7	1.7
Bulgária	"	"	"	1.9	2.1	4.3	6.1	2.4	1.5
Canadá	3.2	3.9	4.2	2.8	2.6	3.3	3.1	4.1	4.5
Croácia	"	"	"	"	"	"	1.5	1.4	0.8
República Checa	"	"	4.7	6.6	9.8	5.6	3.9	5.8	2.9
Dinamarca	3.2	2.2	2.4	2.6	3.9	2.7	1.2	1.1	1.5
Estónia	"	"	"	14.8	14.8	15.4	10.0	13.7	13.6
França	..	3.9	4.6	3.5	3.9	3.7	2.2	3.1	2.7
Alemanha	4.9	4.8	4.3	4.0	4.1	4.1	4.8	5.2	4.1
Grécia	1.7	1.9	1.4	0.6	0.4	0.4	0.8	0.6	0.9
Hungria	"	"	5.5	4.5	5.2	2.6	3.9	2.1	1.1
Itália	2.4	0.8	0.9	1.0	1.6	1.4	1.4	1.3	11.7
Letónia	"	"	"	10.9	16.3	13.6	6.4	5.8	9.3
Lituânia	"	"	"	3.3	3.2	3.4	2.4	2.0	1.7
Luxemburgo	10.4	4.2	3.1	2.0	2.4	2.1	3.1	4.2	11.2
Holanda	5.2	3.8	3.4	3.3	2.9	3.1	3.4	3.5	3.8
Noruega	9.2	6.3	5.6	5.3	5.6	6.1	5.5	5.2	4.2
Polónia	"	"	2.2	4.8	5.0	4.7	5.0	4.0	4.8
Portugal	2.3	1.0	0.9	1.0	0.7	0.9	0.8	0.4	1.4
Romênia	"	"	"	1.4	1.1	1.1	1.4	1.8	1.4
Eslováquia	"	"	"	3.8	2.5	2.0	4.5	4.2	1.0
Eslovénia	"	"	"	2.9	4.6	4.9	3.2	2.7	2.6
Espanha	1.2	0.8	2.1	2.3	2.9	1.9	2.3	1.3	1.9
Turquia	3.0	4.4	4.8	2.8	3.8	2.6	2.9	2.8	2.7
Reino Unido	5.2	5.2	1.4	1.7	2.3	2.1	2.2	1.6	..
Estados Unidos	1.5	2.3	1.5	1.2	1.3	1.8	1.0	1.0	1.1

Quadro 16 - Evolução das despesas com infraestruturas: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

PAÍS	Média					%				
	1990 - 1994	1995 - 1999	2000 - 2004	2005 - 2009	2007	2008	2009	2010	2011 e	
Albânia	"	"	"	"	"	"	18.8	6.8	8.8	
Bélgica	20.4	21	20.4	16.1	14.5	18.0	15.1	15.9	16.5	
Bulgária	"	"	"	28.6	29.1	29.3	20.5	17.9	24.8	
Canadá	29.0	38.1	38.3	38.6	36.7	38.8	38.9	36.8	35.5	
Croácia	"	"	"	"	"	"	15.8	18.9	18.0	
República Checa	"	"	30.6	30.8	30.9	30.1	27.6	31.1	27.8	
Dinamarca	23.3	25.2	28.6	30.5	29.7	27.0	32.6	34.0	36.7	
Estónia	"	"	"	39.5	34.4	43.1	37.5	39.9	44.0	
França	..	16.4	16.0	17.7	17.5	17.9	21.5	19.0	19.8	
Alemanha	23.9	21.9	21.7	24.8	26.5	24.9	24.5	24.6	27.2	
Grécia	12.2	16.2	16.4	10.5	9.6	9.1	14.9	16.2	18.3	
Hungria	"	"	34.2	34.8	36.3	34.6	33.0	29.5	30.6	
Itália	17.7	14.3	13.5	12.7	12.2	14.9	13.3	12.6	12.2	
Letónia	"	"	"	31.3	35.1	25.1	28.9	22.7	28.6	
Lituânia	"	"	"	22.9	23.4	24.0	20.6	22.4	19.9	
Luxemburgo	9.4	12.0	12.3	15.5	13.4	18.8	22.5	15.8	16.1	
Holanda	22.1	24.7	29.6	30.5	30.8	31.2	29.0	28.6	28.8	
Noruega	24.8	31.1	32.6	30.8	29.8	29.4	32.9	33.9	35.3	
Polónia	"	"	23.1	20.9	22.0	18.2	18.1	21.1	20.9	
Portugal	13.8	12.3	12.7	13.7	12.2	13.9	15.1	16.2	11.2	
Romênia	"	"	"	14.0	13.3	13.1	10.1	10.3	11.1	
Eslováquia	"	"	"	30.5	29.8	31.7	26.5	23.6	22.4	
Eslovénia	"	"	"	24.2	24.8	25.5	21.2	17.6	17.1	
Espanha	21.2	19.7	20.8	22.3	23.3	22.9	21.7	23.3	26.6	
Turquia	22.5	20.0	15.7	18.2	18.4	21.4	21.9	19.5	18.5	
Reino Unido	30.5	30.5	35.1	36.8	36.3	38.9	38.4	38.3	..	
Estados Unidos	33.6	32.5	37.6	36.4	38.9	38.8	28.0	28.2	31.0	

Quadro 17 - Evolução de outras despesas: Fonte (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047)

2.4 A Análise da Despesa Pública na Área da Defesa no Período de 2001 a 2012/2013/2014 em Portugal

2.4.1 Nota Introdutória

A informação utilizada para caracterizar a despesa pública na área da defesa, resulta essencialmente da consulta dos anuários estatísticos publicados pelo Ministério da Defesa Nacional, os quais constituem um documento com dados da defesa e cujo trabalho de compilação é efetuado pelo Estado-Maior General das Forças Armadas, Ramos das Forças Armadas e Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

As estatísticas utilizadas têm suporte preferencial na informação que consta na Conta Geral do Estado, verificando-se no entanto o recurso a outros elementos de informação fornecidos pelas entidades envolvidas, no que respeita ao Programa de Investimento e

Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e a Lei de Programação Militar (LPM)²⁴.

Considerando o objeto de estudo e para uma melhor caracterização das diversas componentes da despesa e, ainda, porque a materialização das capacidades militares está regulamentada em Portugal através de instrumento financeiro especificado, ou seja, a Lei de Programação Militar (Lei n.º 4/2006, de 29 de Agosto), será dada relevância a esta matéria em ponto separado.

De igual modo, porque se insere no âmbito do investimento, e porque tem especificidades próprias, é dado tratamento autónomo ao PIDDAC e à Lei de Programação de Infraestruturas Militares (LPIM). Relativamente à LPIM, a razão resulta de ser um instrumento muito recente (apenas em vigor desde 2009) e, por outro, lado não estar incluída na análise realizada nos Anuários Estatísticos da Defesa Nacional, face à necessidade de manter séries homogéneas temporalmente comparáveis.

2.4.2 Análise da Despesa

Para proceder a análise da série estatística, criada pela autora, (período 2001 – 12) e no sentido de permitir efetuar comparações entre os diversos anos, procedeu-se à transformação dos valores nominais (preços correntes) em valores reais (preços constantes), utilizando o índice de preços implícito no Produto Interno Bruto (PIB) como deflacionador, considerando 2001²⁵ o ano de referência.

Relativamente à análise ou comentários apresentados em relação aos dados de 2013 e 2014, os mesmos serão considerados a preços correntes, uma vez que o ano de 2013 ainda se encontra em execução e, relativamente a 2014, apenas são conhecidas as propostas orçamentais incluídas em sede de preparação da LOE para 2014.

A informação macroeconómica, ou seja, os dados do PIB, população e índice de preços implícitos no PIB, foram recolhidos junto do Departamento de Prospetiva e Planeamento

²⁴ Informação constante do Anuário Estatístico da Defesa Nacional, 2010.

²⁵ Idem.

(DPP) do Ministério das Finanças e Administração Pública, do Banco de Portugal e do Instituto Nacional de Estatística. Considerando tratar-se de uma série tão longa, verificaram-se alguns ajustamentos em termos dos indicadores macroeconómicos, os quais resultaram de algumas retificações do DPP e também devido a algumas alterações ocorridas na estrutura dos mapas do Orçamento de Estado, devido à entrada em vigor da nova Lei do Enquadramento Orçamental (Lei n.º 37/2013, de 14 de Junho).

A análise da despesa da defesa é efetuada por natureza, ou seja, considerando o classificador das despesas públicas, e, nesse sentido, tratam-se os seguintes agrupamentos principais de despesa²⁶:

- Pessoal, identificado com o grupo “despesas com o pessoal”;
- Operação e manutenção, com os os grupos “Aquisição de Bens e Serviços Correntes”, “Transferências Correntes” e “Outras Despesas Correntes”;
- Despesas de Capital, associadas ao grupo com a mesma designação do classificador das despesas públicas.

Esta metodologia de agrupamento das despesas é a que consta nos anuários estatísticos da Defesa Nacional desde o início da sua publicação, que remonta a 1993.

Nos pontos seguintes, proceder-se-á a uma análise mais detalhada de cada uma das componentes/vertentes das despesas da defesa em Portugal.

Quanto ao indicador relativo à variação da despesa pública por ministério, embora se trate de informação de interesse, não existem séries estatísticas homogéneas, para o período tratado, essencialmente devido as alterações sucessivas nas estruturas dos diversos governos constitucionais. A título ilustrativo, apresenta-se o facto de o Ministério da Defesa Nacional ter integrado os Assuntos do Mar no XVI governo constitucional²⁷.

²⁶ Informação constante do Anuário Estatístico da Defesa Nacional, 2005.

²⁷ Informação constante no site Governos Constitucionais – Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>. Consultado a 4/12/2013.

2.4.2.1 Despesas da Defesa a Preços Correntes e Constantes

A análise das despesas da defesa neste período permite verificar que existem ciclos compostos por cerca de cinco anos, em que as mesmas crescem atingindo o valor muito idêntico ao assumido cinco anos atrás, baixando de seguida nos cinco anos seguintes. Essa constatação pode ser verificada nos gráficos abaixo apresentados, centrando-nos no ano de 2005 e 2010.

Podemos também concluir que, a partir de 2010, verifica-se uma diminuição da despesa, diretamente associada à crise económica e financeira vivida em Portugal, assumindo a despesa, em 2012, a preços constantes, um valor inferior ao de 2001.

Ano	Preços Correntes	Preços Constantes
2001	1.448,1	1.448,1
2002	1.552,6	1.497,2
2003	1.647,1	1.537,6
2004	1.800,8	1.640,1
2005	1.962,0	1.750,1
2006	1.756,2	1.520,9
2007	1.818,3	1.537,8
2008	1.996,1	1.643,8
2009	2.012,4	1.672,3
2010	2.222,2	1.821,1
2011	2.048,4	1.620,3
2012	1.788,9	1.376,5

Quadro 18 - Despesas da defesa a preços correntes e preços constantes, em milhões de euros

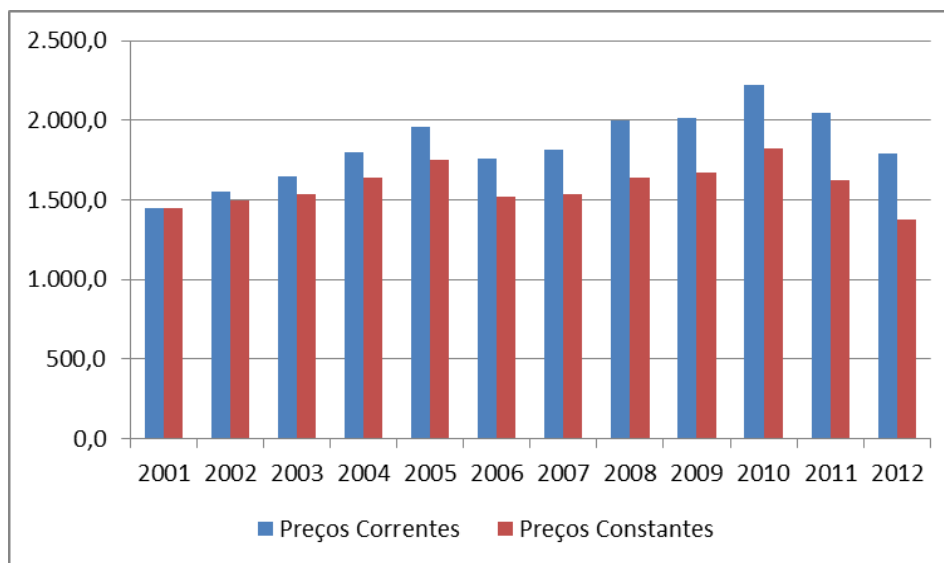


Fig. 3 - Comparação das despesas da defesa a preços correntes e constantes, em milhões de euros

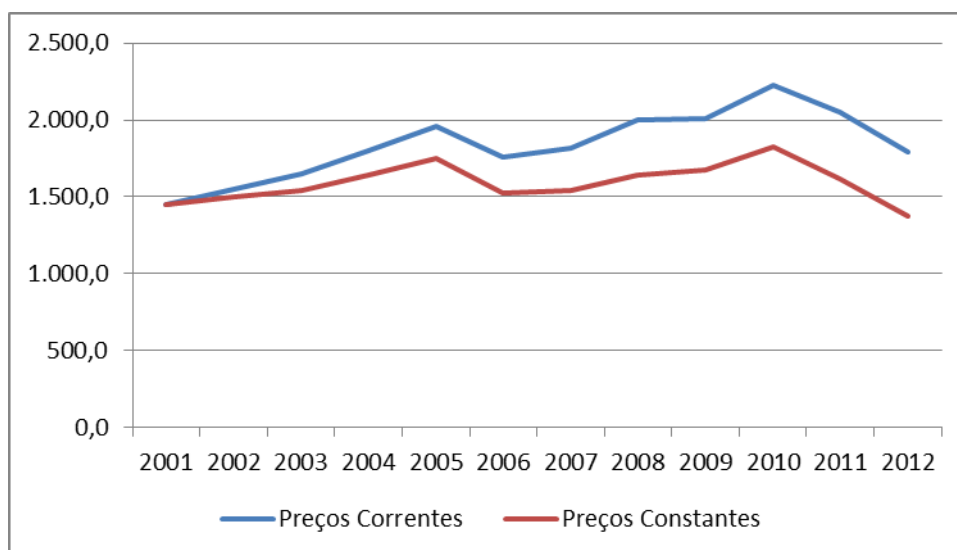


Fig. 4 - Comparação das despesas da defesa a preços correntes e constantes, em milhões de euros

2.4.2.2 Variação Anual das Despesas da Defesa em Percentagem

A análise deste indicador, permite concluir que as variações anuais são muito díspares ao longo do período, não apresentando uma tendência. Permite, no entanto, confirmar o que ocorreu em 2005 versus 2006 e 2010 versus 2011, ou seja, a tendência de crescimento por períodos de 5 anos e, de seguida, o respetivo decréscimo, apresentando o valor mais elevado de queda em 2012.

Ano	Varição Anual
2002/2001	7,22
2003/2002	6,09
2004/2003	9,33
2005/2004	8,95
2006/2005	-10,49
2007/2006	3,54
2008/2007	9,78
2009/2008	0,82
2010/2009	10,43
2011/2010	-7,82
2012/2011	-12,67
2013/2012	15,08
2014/2013	-5,57

Quadro 19 - Variação anual das despesas da defesa, em percentagem

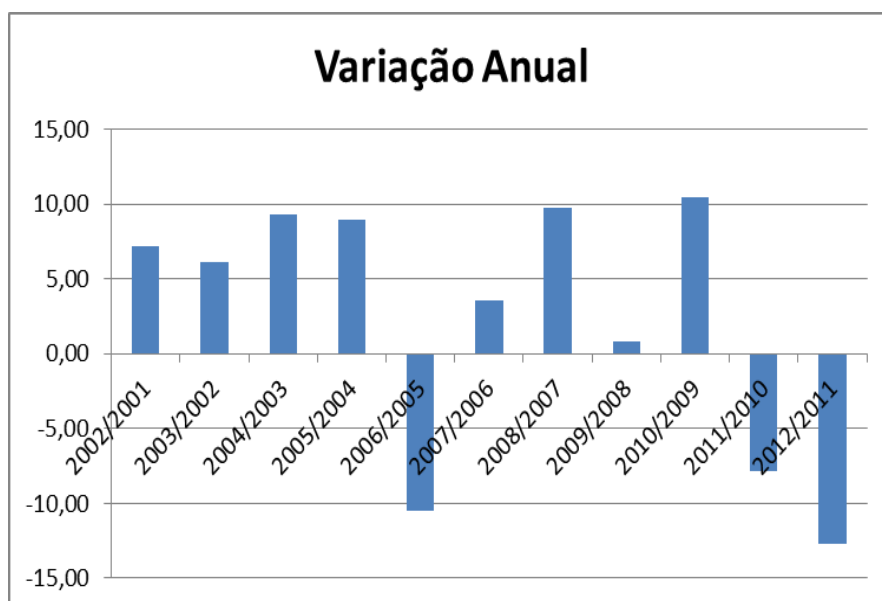


Fig. 5 - Representação gráfica da variação anual das despesas da defesa

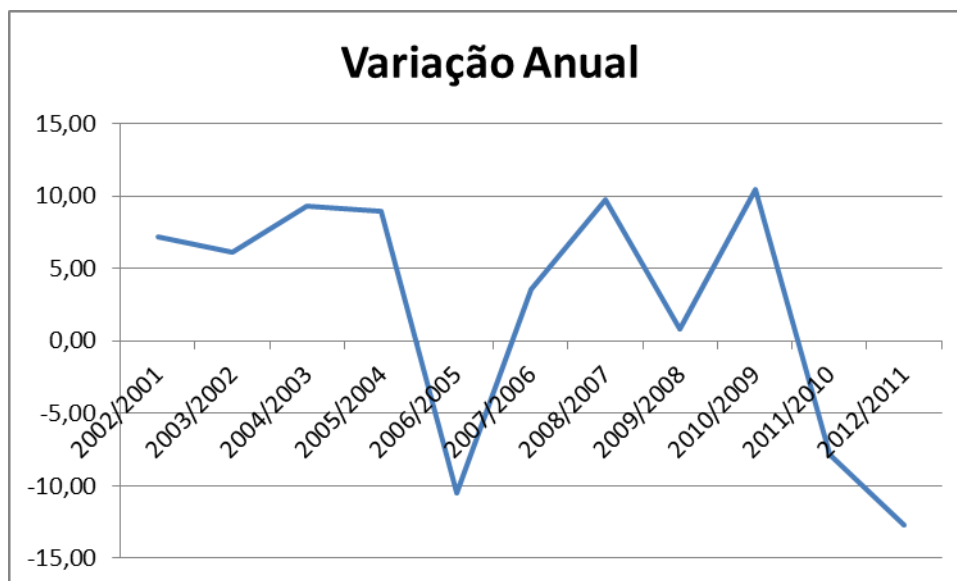


Fig. 6 - Representação gráfica da variação anual das despesas da defesa

2.4.2.3 Despesas da Defesa, Despesas Públicas e PIB, a Preços Correntes e Constantes

Este indicador, permite verificar que as despesas da defesa têm uma variação significativa em relação às despesas públicas, mantendo alguma estabilidade temporal em relação ao PIB.

Ano	Preços Correntes			Preços Constantes		
	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB	Despesas da Defesa	Despesas Públicas	PIB
2001	1.448,1	44.736,2	129.308,3	1.448,1	44.736,2	129.308,3
2002	1.552,6	45.980,3	135.433,6	1.497,2	44.339,7	130.601,4
2003	1.647,1	39.132,1	137.522,8	1.537,6	36.530,4	128.379,5
2004	1.800,8	39.243,0	144.127,8	1.640,1	35.740,4	131.263,8
2005	1.962,0	41.410,5	149.123,5	1.750,1	36.938,7	133.020,1
2006	1.756,2	45.353,5	155.446,0	1.520,9	39.277,6	134.621,3
2007	1.818,3	45.650,1	163.051,5	1.537,8	38.607,9	137.898,3
2008	1.996,1	46.753,0	166.435,3	1.643,8	38.501,1	137.059,5
2009	2.012,4	49.532,1	163.595,4	1.672,3	41.160,1	135.944,3
2010	2.222,2	50.956,9	172.836,8	1.821,1	41.759,5	141.640,8
2011	2.048,4	51.675,9	171.015,9	1.620,3	40.877,1	135.278,5
2012	1.788,9	48.498,2	165.246,8	1.376,5	37.318,6	127.154,7

Quadro 20 - Despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros

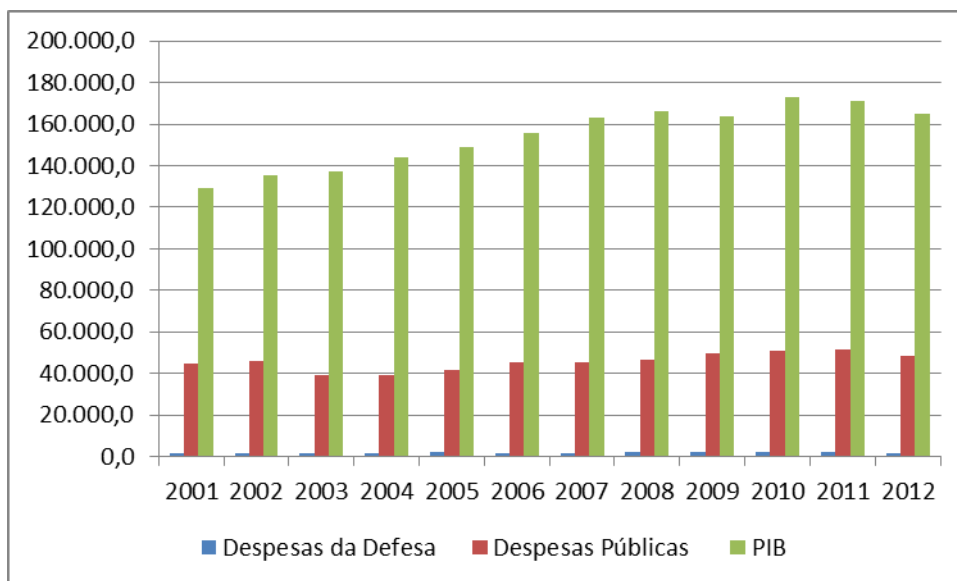


Fig. 7 - Representação gráfica das despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros

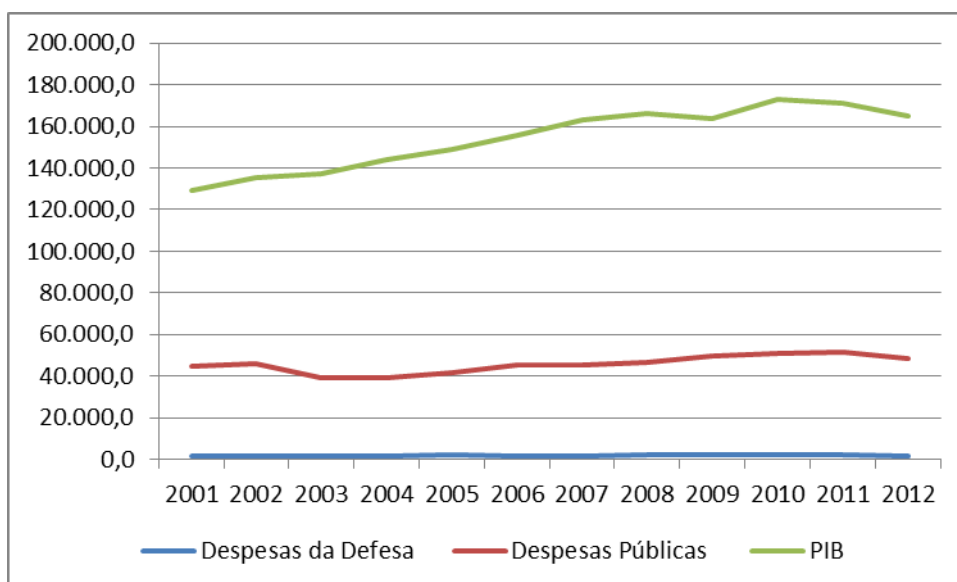


Fig. 8 - Representação gráfica das despesas da defesa, despesas públicas e PIB, em milhões de euros

2.4.2.4 Peso das Despesas da Defesa nas Despesas Públicas e no PIB em Percentagem

Como referido no ponto anterior, verificamos a existência de uma variação de 1.50, quando comparamos nos diversos anos as despesas da defesa com as despesas públicas, constatando-se, por outro lado, que as despesas da defesa em relação ao PIB têm apenas uma amplitude de 0,2%, situando-se entre 1,1 e 1,3 %, o que se traduz num fator de estagnação em relação às restantes áreas da despesa pública.

Só no ano de 2005 e 2010 é que este indicador atingiu o valor mais elevado, ou seja 1,3 %.

Ano	Despesas da Defesa/Despesas Públicas	Despesas da Defesa/PIB
2001	3,2	1,1
2002	3,4	1,1
2003	4,2	1,2
2004	4,6	1,2
2005	4,7	1,3
2006	3,9	1,1
2007	4,0	1,1
2008	4,3	1,2
2009	4,1	1,2
2010	4,4	1,3
2011	4,0	1,2
2012	3,7	1,1

Quadro 21 - Peso das despesas da defesa nas despesas públicas e no PIB a preços correntes, em percentagem

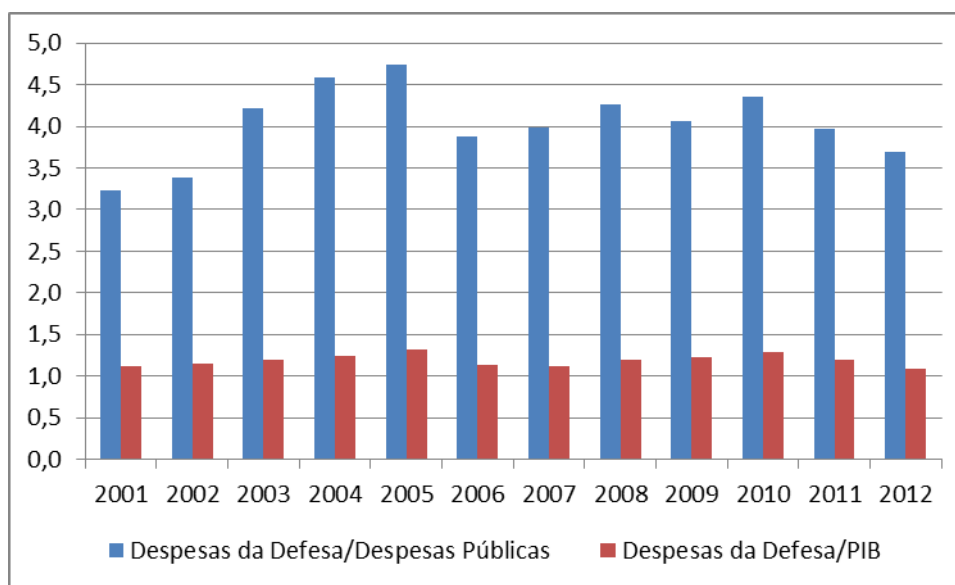


Fig. 9 - Representação do peso das despesas da defesa nas despesas públicas e no PIB a preços correntes, em percentagem

2.4.2.5 PIB por Habitante e Despesas da Defesa por Habitante a Preços Correntes e Constantes

Este indicador apenas confirma o que já ficou referido anteriormente, nomeadamente os valores mais elevados verificados em 2005 e 2010 e as respetivas tendências de diminuição nos anos seguintes.

Ano	Preços Correntes		Preços Constantes	
	Despesas da Defesa/ Habitante	PIB/Habitante	Despesas da Defesa/ Habitante	PIB/Habitante
2001	140,2	12.519,0	140,2	12.519,0
2002	149,2	13.012,5	143,9	12.548,2
2003	157,2	13.128,7	146,7	12.255,8
2004	171,0	14.135,0	155,7	12.873,4
2005	185,6	14.543,8	165,6	12.973,3
2006	165,7	15.121,5	143,5	13.095,7
2007	171,3	15.891,6	144,9	13.440,1
2008	187,8	16.187,2	154,7	13.330,2
2009	189,2	15.800,9	157,2	13.130,2
2010	208,9	16.248,6	171,2	13.315,8
2011	193,9	16.191,6	153,4	12.808,0
2012	169,6	15.757,3	130,5	12.125,0

Quadro 22 - PIB por habitante e despesas da defesa por habitante a preços correntes e constantes, em euros

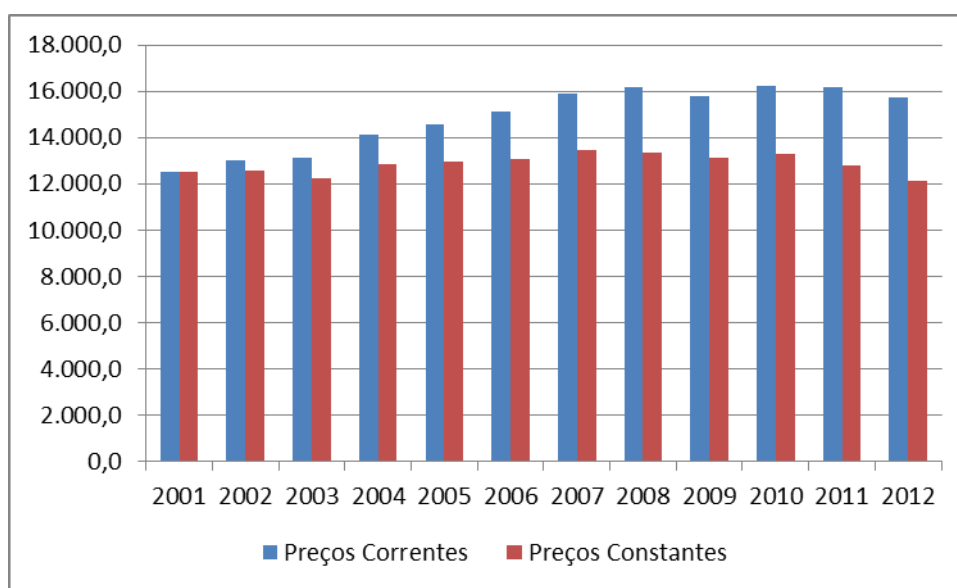


Fig. 10 - Representação do PIB, por habitante, em euros

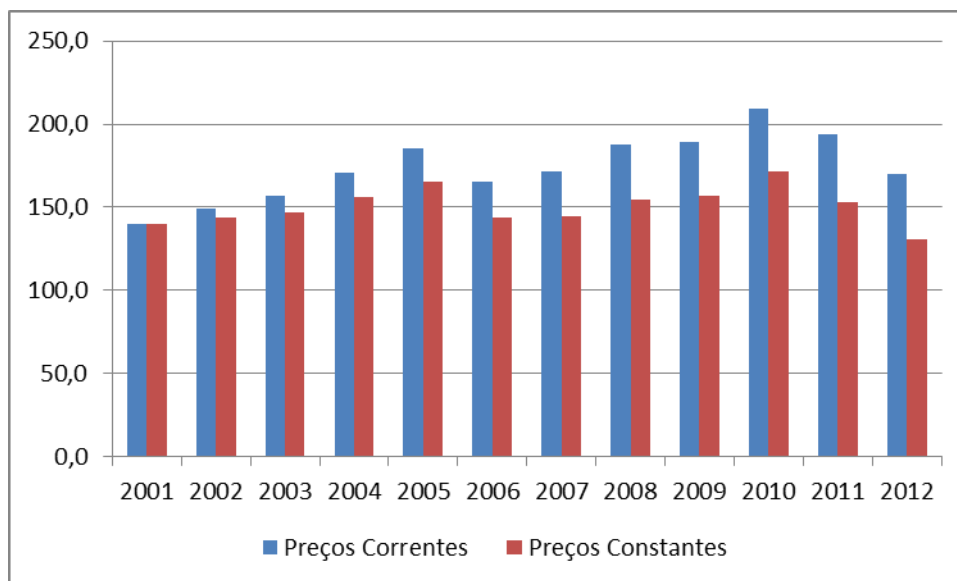


Fig. 11 - Representação das despesas da defesa por habitante, em euros

2.4.2.6 Natureza das Despesas da Defesa – Despesas Globais

Como referido no ponto 2.4.1 Nota Introdutória, a LPM, o PIDDAC e a LPIM são tratados em pontos separados, pelo que a nossa análise vai centrar-se essencialmente no designado Orçamento de Estado (OE), ou seja, nas despesas com o Pessoal, Operação e Manutenção e Despesas de Capital.

A análise destas rubricas de despesa, permite verificar o desajustamento que poderá ser designado como crónico, uma vez que o nível das despesas com o Pessoal se situa sempre acima dos 60% e por outro lado a Operação e Manutenção nunca atinge os 30%, e o Investimentos 10%, matriz sistematicamente indicada como meta. Esta orientação consta na documentação recentemente publicada no âmbito da defesa, a reforma estrutural, designada por “Defesa 2020”²⁸.

A percentagem das despesas com o Pessoal em 2010 e anos seguinte tem mantido um valor abaixo dos 65%, essencialmente devido aos cortes remuneratórios verificados na função pública, conforme determinaram as Leis do Orçamento para cada um dos anos, não significando desta forma o atingir de um objetivo previamente definido e estruturante.

²⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, de 11 de abril de 2013, publicada no DR, 1.ª série, n.º 77, de 19 de abril de 2013.

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	1.023.975,50	242.690,10	18.219,60	152.628,40	10.556,30	1.448.069,90
2002	1.105.086,20	295.410,00	16.185,10	116.381,70	19.542,90	1.552.605,90
2003	1.100.673,30	303.974,60	18.698,10	149.423,70	74.352,20	1.647.121,90
2004	1.198.862,90	344.099,30	10.550,60	200.443,80	46.831,00	1.800.787,60
2005	1.235.281,50	357.845,80	97.893,60	230.997,80	39.963,30	1.961.982,00
2006	1.209.342,20	349.531,40	4.469,60	147.016,10	45.814,90	1.756.174,20
2007	1.184.966,60	363.482,60	27.925,10	201.612,40	40.357,20	1.818.343,90
2008	1.213.493,60	387.487,90	11.732,40	340.425,20	42.979,50	1.996.118,60
2009	1.313.836,00	317.769,20	19.053,70	330.478,30	31.287,10	2.012.424,30
2010	1.434.972,40	456.490,20	3.282,90	288.372,20	39.102,20	2.222.219,90
2011	1.336.167,20	370.022,30	2.234,60	296.739,00	43.498,90	2.048.662,00
2012	1.148.023,00	364.653,30	4.617,90	210.692,50	60.896,80	1.788.883,50

Quadro 23 - Natureza das despesas da defesa – despesas globais a preços correntes, em milhares de euros

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	1.023.975,50	242.690,10	18.219,60	152.628,40	10.556,30	1.448.069,90
2002	1.065.656,89	284.869,82	15.607,62	112.229,22	18.845,61	1.497.209,16
2003	1.027.494,14	283.764,60	17.454,94	139.489,14	69.408,83	1.537.611,66
2004	1.091.859,05	313.386,91	9.608,91	182.553,30	42.651,12	1.640.059,29
2005	1.101.887,49	319.203,20	87.322,39	206.053,10	35.647,79	1.750.113,98
2006	1.047.329,41	302.705,48	3.870,82	127.320,69	39.677,18	1.520.903,58
2007	1.002.167,33	307.409,84	23.617,23	170.510,60	34.131,48	1.537.836,47
2008	999.312,18	319.096,35	9.661,63	280.340,21	35.393,63	1.643.803,99
2009	1.091.770,09	264.059,52	15.833,22	274.620,52	25.998,92	1.672.282,28
2010	1.175.968,34	374.096,41	2.690,36	236.322,72	32.044,48	1.821.122,30
2011	1.056.946,81	292.698,32	1.767,63	234.729,11	34.408,88	1.620.550,75
2012	883.384,55	280.594,63	3.553,40	162.124,36	46.859,07	1.376.516,01

Quadro 24 - Natureza das despesas da defesa – despesas globais a preços constantes, em milhares de euros

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2001	70,7	16,8	1,3	10,5	0,7	100,00
2002	71,2	19,0	1,0	7,5	1,3	100,00
2003	66,8	18,5	1,1	9,1	4,5	100,00
2004	66,6	19,1	0,6	11,1	2,6	100,00
2005	63,0	18,2	5,0	11,8	2,0	100,00
2006	68,9	19,9	0,3	8,4	2,6	100,00
2007	65,2	20,0	1,5	11,1	2,2	100,00
2008	60,8	19,4	0,6	17,1	2,2	100,00

Ano	Pessoal	Operação e Manutenção	PIDDAC	LPM	Despesas de Capital	TOTAL
2009	65,3	15,8	0,9	16,4	1,6	100,00
2010	64,6	20,5	0,1	13,0	1,8	100,00
2011	65,2	18,1	0,1	14,5	2,1	100,00
2012	64,2	20,4	0,3	11,8	3,4	100,00

Quadro 25 - Percentagem das despesas da defesa por natureza – despesas globais a preços correntes, em percentagem

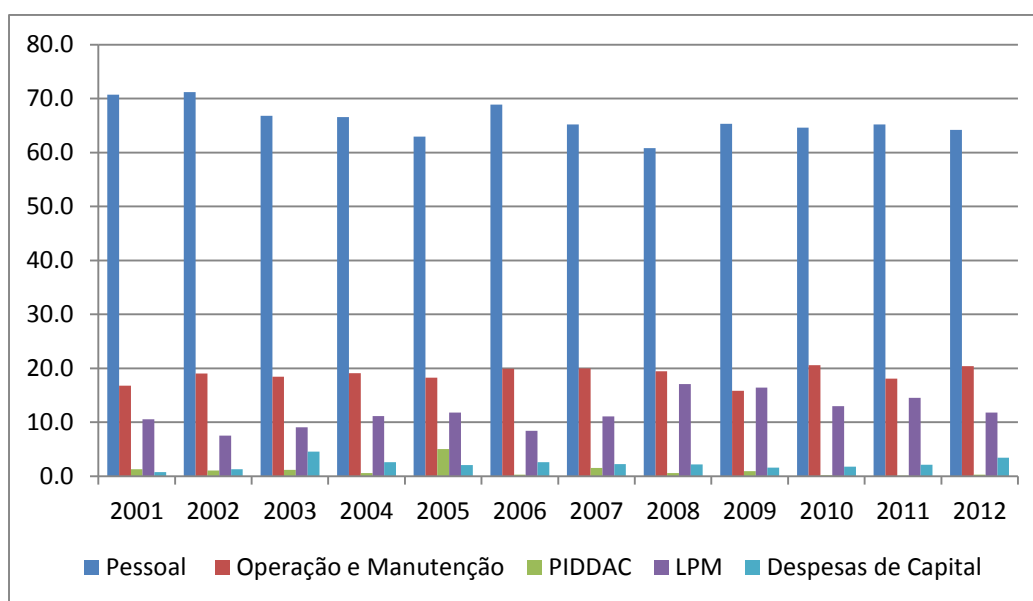


Fig. 12 - Representação gráfica da percentagem das despesas da defesa por natureza – despesas globais a preços correntes, em percentagem

2.4.2.7 Distribuição das Despesas por Capítulos do MDN

A análise dos quadros abaixo apresentados, permite concluir que as despesas dos Ramos das Forças Armadas e EMGFA, têm vindo a diminuir ao longo do período, em detrimento do aumento verificado nos Órgãos e Serviços Centrais do MDN.

Esta situação resulta da centralização no MDN de um conjunto de despesas que são comuns aos Ramos das Forças Armadas e EMGFA, nomeadamente no âmbito da LPM, através da inscrição centralmente (OSC/MDN) dos valores relativos às capacidades conjuntas, entre outras.

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	61.045,30	43.478,50	414.081,40	587.718,50	341.746,20	1.448.069,90

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2002	70.763,80	37.869,30	424.397,10	649.775,90	369.800,00	1.552.606,10
2003	94.372,70	39.342,20	456.665,20	658.905,10	397.836,80	1.647.122,00
2004	82.191,80	44.987,30	494.937,80	772.985,10	405.685,60	1.800.787,60
2005	108.377,60	45.680,80	581.534,80	820.579,20	405.809,70	1.961.982,10
2006	148.842,80	39.204,00	475.560,10	690.700,80	401.866,50	1.756.174,20
2007	212.608,60	40.234,80	483.102,70	688.037,70	394.360,10	1.818.343,90
2008	253.185,50	45.142,00	552.127,90	703.329,60	442.333,50	1.996.118,50
2009	238.541,60	46.374,30	536.546,10	770.365,80	420.596,20	2.012.424,00
2010	267.070,30	46.191,30	621.963,20	842.564,20	444.431,00	2.222.220,00
2011	210.287,40	42.854,60	589.185,60	781.732,20	424.602,20	2.048.662,00
2012	270.809,50	36.360,70	476.174,20	651.812,40	353.726,80	1.788.883,60

Quadro 26 - Distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em milhares de euros

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	61.045,30	43.478,50	414.081,40	587.718,50	341.746,20	1.448.069,90
2002	68.238,96	36.518,13	409.254,68	626.592,00	356.605,59	1.497.209,35
2003	88.098,25	36.726,50	426.303,44	615.097,26	371.386,30	1.537.611,75
2004	74.855,82	40.971,98	450.762,40	703.992,74	369.476,35	1.640.059,29
2005	96.674,26	40.747,88	518.736,76	731.967,53	361.987,64	1.750.114,07
2006	128.902,67	33.951,93	411.850,41	598.169,20	348.029,37	1.520.903,58
2007	179.810,46	34.027,97	408.576,70	581.897,34	333.524,01	1.537.836,47
2008	208.498,30	37.174,44	454.677,42	579.192,04	364.261,71	1.643.803,91
2009	198.223,05	38.536,07	445.858,53	640.157,78	349.506,60	1.672.282,03
2010	218.865,68	37.854,04	509.702,51	690.486,33	364.213,82	1.821.122,38
2011	166.343,40	33.899,23	466.062,81	618.372,73	335.872,59	1.620.550,75
2012	208.383,39	27.978,95	366.408,10	501.558,77	272.186,87	1.376.516,09

Quadro 27 - Distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços constantes, em milhares de euros

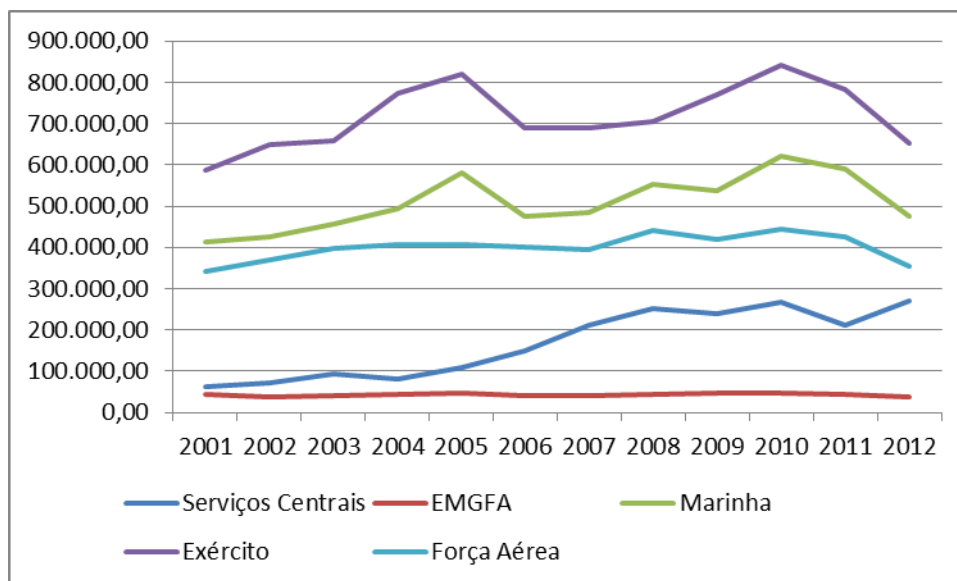


Fig. 13 - Representação gráfica da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em milhares de euros

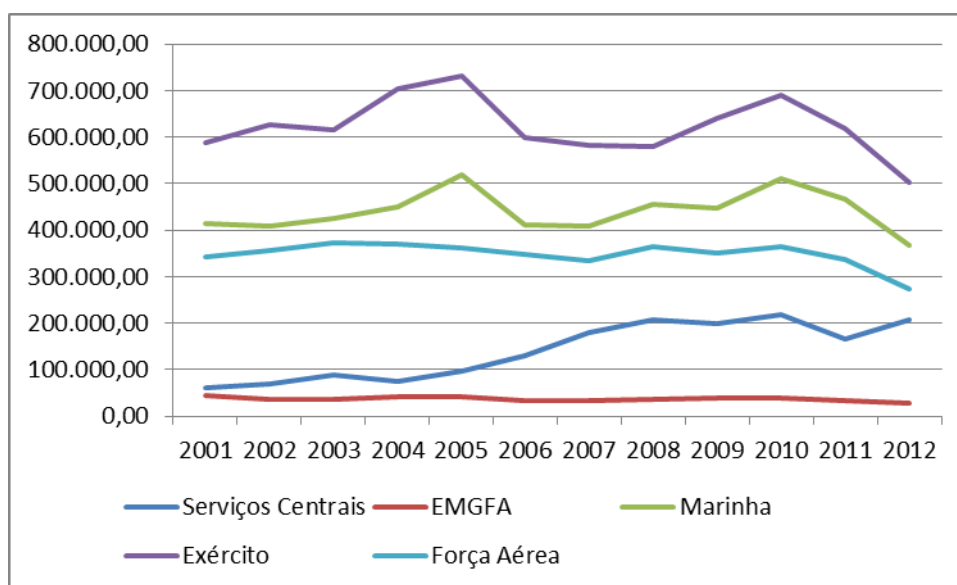


Fig. 14 - Representação gráfica da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços constantes, em milhares de euros

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2001	4,2	3,0	28,6	40,6	23,6	100,0
2002	4,6	2,4	27,3	41,9	23,8	100,0
2003	5,7	2,4	27,7	40,0	24,2	100,0
2004	4,6	2,5	27,5	42,9	22,5	100,0
2005	5,5	2,3	29,6	41,8	20,7	100,0
2006	8,5	2,2	27,1	39,3	22,9	100,0
2007	11,7	2,2	26,6	37,8	21,7	100,0

Ano	Serviços Centrais	EMGFA	Marinha	Exército	Força Aérea	TOTAL
2008	12,7	2,3	27,7	35,2	22,2	100,0
2009	11,9	2,3	26,7	38,3	20,9	100,0
2010	12,0	2,1	28,0	37,9	20,0	100,0
2011	10,3	2,1	28,8	38,2	20,7	100,0
2012	15,1	2,0	26,6	36,4	19,8	100,0

Quadro 28 - Percentagem da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em percentagem

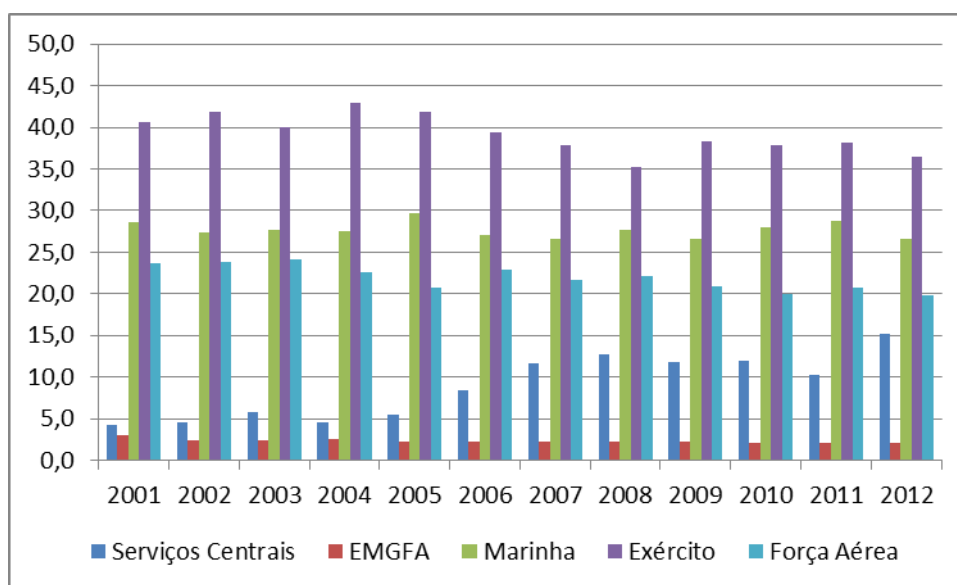


Fig. 15 - Representação gráfica da percentagem da distribuição das despesas por capítulos do MDN a preços correntes, em percentagem

2.4.3 Análise do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC)

Trata-se de um programa de investimentos dirigido à Administração Central do Estado, financiando projetos plurianuais susceptíveis de candidatura, onde consta a descrição (memoria justificativa), objetivos que se pretendem atingir e calendário financeiro anual.

No âmbito da defesa para o período em análise (2001 a 2012), este instrumento de financiamento assume valores muito baixos (residuais) em projetos de investigação e desenvolvimento, exceto no ano de 2005²⁹, em que se verificou a assinatura de um contrato

²⁹ Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2005.

base com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo (ENVC) para o fornecimento de cinco Lanchas de Fiscalização Costeira, no âmbito da modernização da Infraestrutura Tecnológica da Defesa.

De seguida apresenta-se o quadro e gráficos demonstrativos do investimento realizado.

Ano	Despesa Realizada	
	Preços Correntes	Preços Constantes
2001	18219,6	18219,6
2002	16185,1	15607,6
2003	18698,1	17454,9
2004	10550,6	9608,9
2005	97893,6	87322,4
2006	4469,6	3870,8
2007	27925,1	23617,2
2008	11732,4	9661,6
2009	19053,7	15833,2
2010	3282,9	2690,4
2011	2234,6	1767,6
2012	4617,9	3553,4

Quadro 29 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012, em milhares de euros

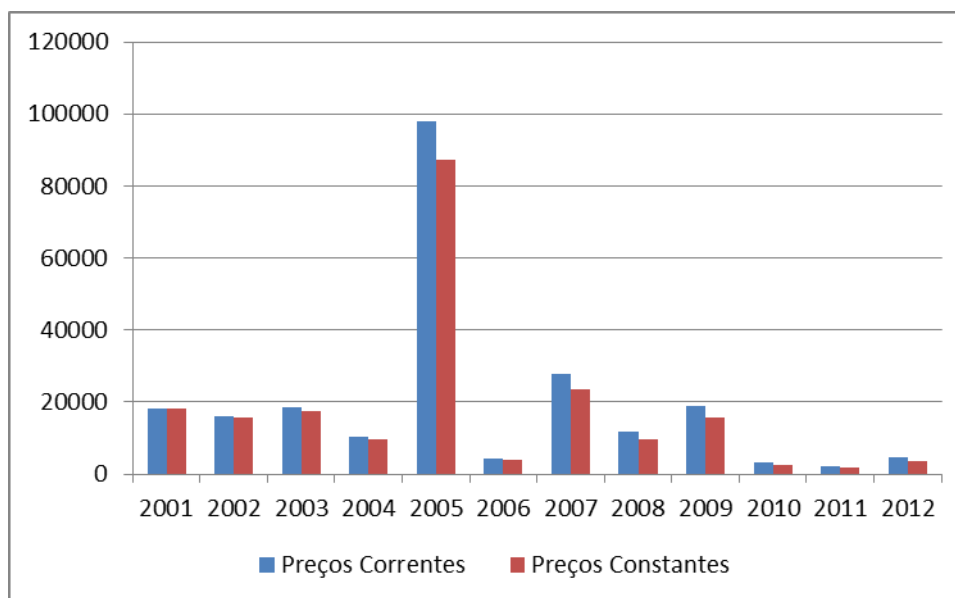


Fig. 16 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012 a preços correntes e constantes, em milhares de euros

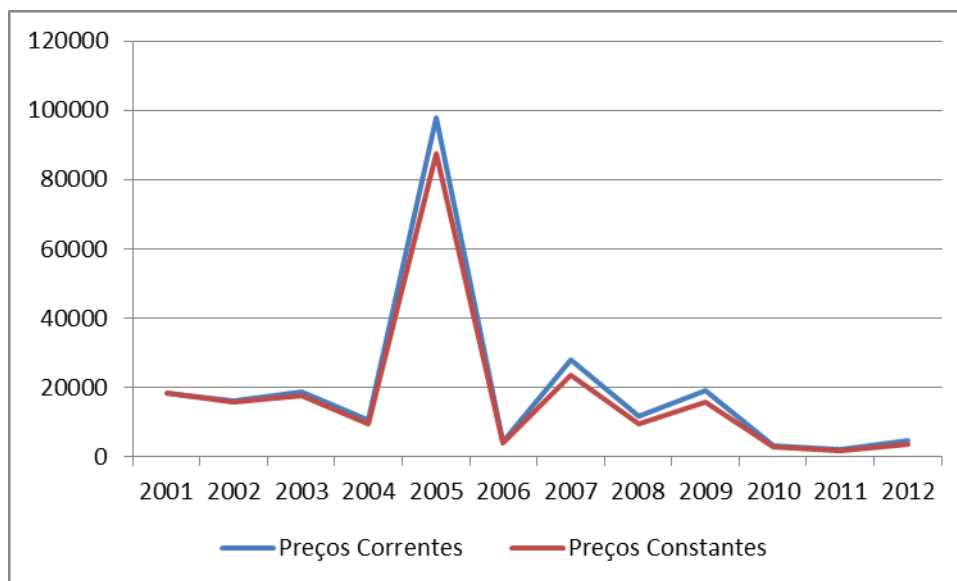


Fig. 17 - Despesa realizada no período de 2001 a 2012 a preços correntes e constantes, em milhares de euros

2.4.4 Análise da Lei de Programação Militar

A Lei de Programação Militar “*tem por objeto a programação do investimento público nas Forças Armadas relativo a forças, equipamento, armamento, investigação e desenvolvimento de infraestruturas com impacte directo na modernização e na operacionalização do Sistema de Forças Nacionais,*”³⁰, concretizado através das respetivas medidas que incluem projetos e subprojectos.

Para além dos investimentos, estão também incluídos na LPM os projetos de desativação de equipamentos, armamento, munições e infraestruturas.

Todas as medidas inscritas na LPM “*são as necessárias à consecução dos objetivos de força nacionais aprovados no âmbito do ciclo bienal de planeamento de forças, tendo em conta a programação financeira dos custos adstritos à respetiva realização*”³¹.

Considera-se plano de forças o plano de médio prazo destinado a concretizar o SFN e o dispositivo aprovado em consequência do conceito estratégico militar e das Missões das Forças Armadas.

³⁰ Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto (Lei de Programação Militar), Art.º 1.º, n.º 1.

³¹ Idem, Art.º 3.º, n.º 3.

A LPM contempla três sexénios, em correspondência com o Planeamento Estratégico de Armamento e Equipamentos de Defesa de Longo Prazo (18 anos) e é ordinariamente revista nos anos pares. Nas revisões da LPM pode-se, caso os objetivos de força nacionais o aconselhem, proceder ao cancelamento e alteração de programas inscritos, afetar os respetivos saldos a outros projetos, bem como inscrever novos projetos, encontrando-se salvaguardado na lei a transição de saldos.

Nesta data, a LPM que se encontra em vigor é a Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto, a qual ainda não foi revista conforme estabelecido na mesma (vidé Art.º 15.º), tendo, no entanto, sido objeto de desenvolvimento de dois processos de revisão (Projeto de Revisão versão 2B, de 20 de Maio de 2009, e versão 3, de 5 de Novembro de 2010) que, por vicissitudes diversas, nomeadamente o calendário político, não foram concluídos e apresentados para aprovação em sede própria, ou seja, Assembleia da República.

Face a esta situação e porque se verifica algum desajustamento no plano financeiro de alguns projetos e subprojectos, tem-se recorrido a despachos anuais do Ministro da Defesa Nacional, para definir e ajustar essas necessidades aos compromissos assumidos e à realidade dos projetos, no presente quadro de disponibilidade orçamental³².

A análise do último relatório publicado³³ e os elementos quantitativos abaixo apresentados, permitem apresentar a evolução deste tipo de investimentos no período de 2001 a 2012, quer a preços correntes, quer a preços constantes³⁴.

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de Realização %
2001	327.680,0	152.628,4	46,58
2002	174.639,4	116.381,7	66,64
2003	222.668,5	149.423,7	67,11
2004	294.997,5	200.423,8	67,94
2005	311.281,9	230.997,8	74,21
2006	262.124,2	147.016,1	56,09
2007	401.887,8	201.612,4	50,17
2008	456.425,5	340.425,2	74,59
2009	388.776,4	330.478,3	85,00

³² Conforme Ofício n.º 508, da DGAEID, de 06 de Fevereiro de 2013.

³³ Relatório da Execução da Lei de Programação Militar reportado ao ano de 2012.

³⁴ Relatórios da Execução da Lei de Programação Militar referentes aos anos de 2007, 2008, 2011 e 2012.

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado	Grau de Realização %
2010	325.466,5	288.372,2	88,60
2011	346.169,0	296.739,0	85,72
2012	248.677,0	210.692,5	84,73

Quadro 30 - Comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros

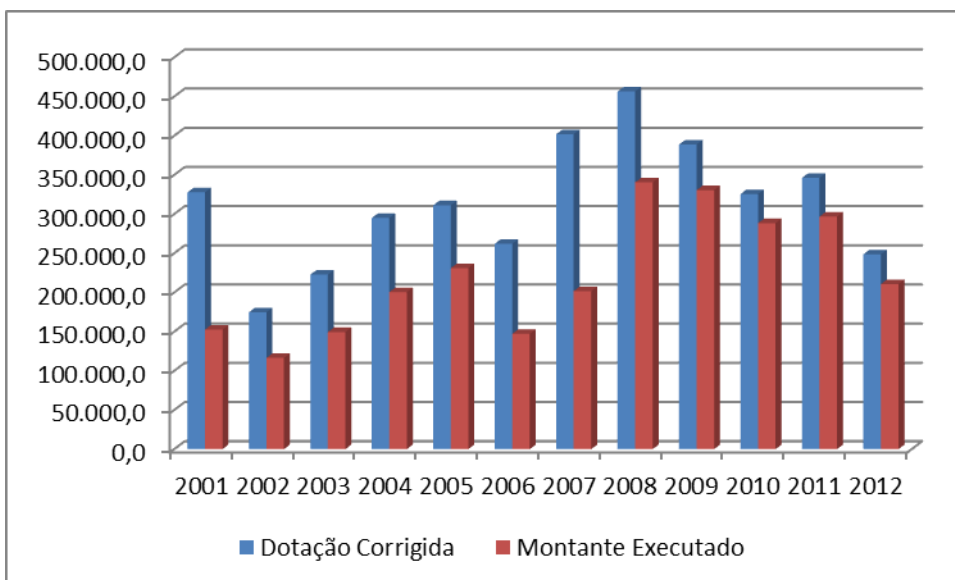


Fig. 18 - Gráfico relativo à comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012, em milhares de euros

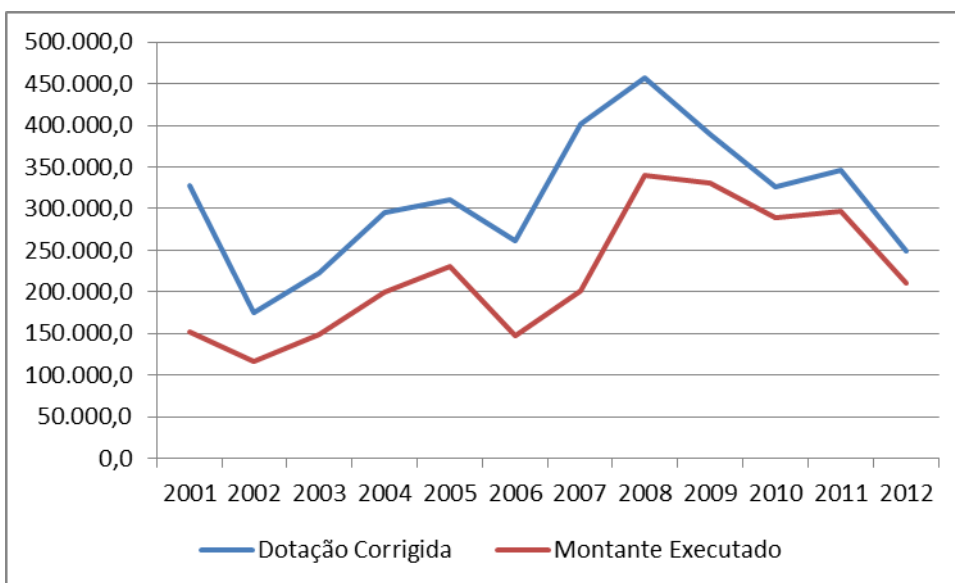


Fig. 19 - Gráfico relativo à comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012, em milhares de euros

No ano de 2001 o valor da dotação corrigida é demasiadamente elevado devido ao processo de revisão - harmonização da lei que deixou de vigorar (Lei n.º 50/98, de 17 de

Agosto) e da, entretanto, aprovada (Lei Orgânica n.º 5/2001, de 14 de Novembro). No período de 2002 a 2008, verificamos a existência de algum crescimento neste tipo de investimento, com exceção do ano de 2006, quer na óptica da dotação orçamental corrigida, quer na do montante executado em cada um dos anos.

A partir de 2008, nota-se um decréscimo dos valores atribuídos e respetivo montante executado, verificando-se que este tipo de investimento também não ficou imune às medidas de política de estabilidade e consolidação orçamental seguidas pelo governo.

Nesta conformidade, e de acordo com o relatório do Tribunal de Contas (TC)³⁵ este tipo de investimento foi objeto de “*Cativação de 40% em 2006 e 2007 (cfr. Leis n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro, e n.º 53-A/2006, de 29 de dezembro, respectivamente); de 35% em 2008 e 2009 (cfr. Leis n.º 67-A/2007, de 31 de dezembro, e n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, respectivamente); de 40% em 2010 (Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril); em 2011, a dotação inscrita na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, corresponde à verba prevista na LPM deduzida de 40%; para 2012 (cfr. Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro) aquela dotação foi reduzida de 59,59% (40% como medida de estabilidade orçamental, decorrente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2010, de 27 de dezembro mais 19,59% como medida adicional de estabilidade orçamental)*”.

Para o ano de 2013 continuou a verificar-se em sede de orçamento uma cativação de 45,71% das dotações globais inscritas (LOE 2013)³⁶, para além das cativações legais no âmbito do artigo 3.º da LOE 2013, referido como “Disciplina Orçamental” “Utilização das dotações orçamentais” também aplicadas às dotações da LPM.

A análise da coluna “grau de realização” permite concluir que embora a percentagem seja mais elevada a partir de 2008, a mesma resulta do facto de terem sido diminuídas das dotações corrigidas em cada um dos anos, face ao mecanismo de cativação orçamental referido nos parágrafos anteriores.

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado
2001	327.680,0	152.628,4

³⁵ Relatório N.º 22/2012-2ªS “Auditoria de Acompanhamento Permanente da LPM – Lei de Programação Militar” de 5 de Julho de 2012.

³⁶ Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2013.

Ano	Dotação Corrigida	Montante Executado
2002	168.408,3	112.229,2
2003	163.028,4	108.644,0
2004	159.052,1	105.994,1
2005	155.780,7	103.814,0
2006	151.243,4	100.790,3
2007	147.698,6	98.428,0
2008	143.815,6	95.840,3
2009	145.121,7	96.710,7
2010	143.118,0	95.375,5
2011	138.144,8	92.061,3
2012	134.382,1	89.553,8

Quadro 31 - Comparação dos períodos homólogos de 2001 a 2012 a preços Constantes, em milhares de euros

Ano	Montante Executado Preços Correntes	Montante Executado Preços Constantes
2001	152.628,4	152.628,4
2002	116.381,7	112.229,2
2003	149.423,7	108.644,0
2004	200.423,8	105.994,1
2005	230.997,8	103.814,0
2006	147.016,1	100.790,3
2007	201.612,4	98.428,0
2008	340.425,2	95.840,3
2009	330.478,3	96.710,7
2010	288.372,2	95.375,5
2011	296.739,0	92.061,3
2012	210.692,5	89.553,8

Quadro 32 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros

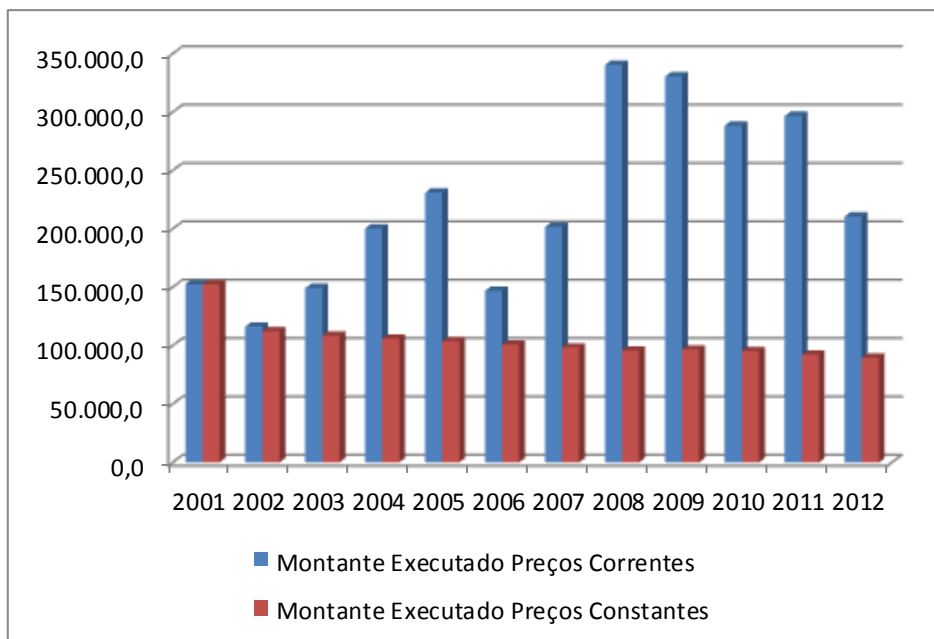


Fig. 20 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros

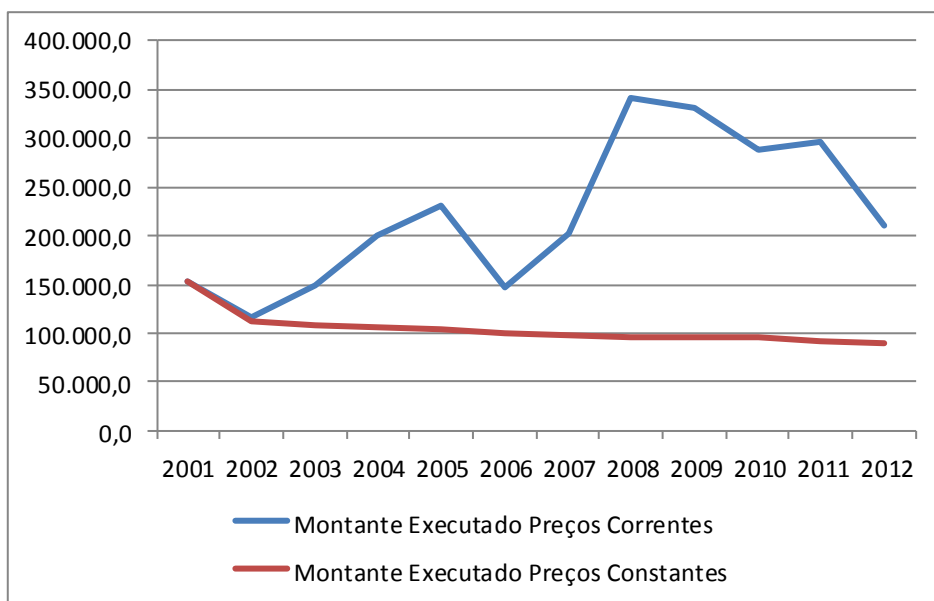


Fig. 21 - Montante executado a preços correntes versus preços constantes de 2001 a 2012, em milhares de euros

A análise a preços constantes, tomando como base o ano de 2001, permite verificar a existência de um decréscimo real ao longo de todo o período.

2.4.5 Análise da Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares

O programa do XVII Governo Constitucional (2005 a 2009), previa no Capítulo V, parte II (Defesa Nacional) ponto 5, a necessidade de proceder à “...requalificação das infra-estruturas, de modo a assegurar o cumprimento das missões das Forças Armadas, nomeadamente a sua presença em missões militares conjuntas no quadro da OTAN e da União Europeia”³⁷.

Com a finalidade referida estava prevista a “aprovação de uma Lei de Programação de Infra-Estruturas Militares” LPIM, a qual veio a ser aprovada através da Lei Orgânica n.º 3/2008, de 8 de Setembro.

A referida lei contempla um novo modo de ação nesta área, que se traduz no facto de o seu financiamento resultar da rentabilização do património afeto à Defesa Nacional, através de diversas formas de rentabilização, tais como a alienação, o arrendamento, as permutas, as parcerias com promotores imobiliários, entre outras.

Trata-se de um instrumento de financiamento recente, que apenas começou a ser dotado em termos orçamentais no ano de 2009.

Estando o seu financiamento diretamente ligado ao mercado imobiliário e face a crise financeira atual, não tem atingido os objetivos inicialmente propostos, ou seja não tem sido possível gerar fundos para financiar o quadro resumo dos programas de infra-estruturas do MDN, EMGFA e ramos.

Em termos numéricos a LPIM, para o período e 2009 a 2014 (Proposta de Lei do Orçamento para 2014) teve os seguintes valores em termos de orçamentos e despesas, permitindo verificar que é um instrumento pouco sólido e não permitirá atingir os objetivos traçados, pois o grau de realização é muito baixo.

Ano	Dotação Corrigida	Despesa Realizada	Grau de Realização
2009	6.950,0	2.035,2	29,28
2010	121.709,1	58.792,3	48,31
2011	80.348,9	4.860,0	6,05

³⁷ Informação constante no site Governos Constitucionais – Governo de Portugal: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>. Consultado a 4/12/2013.

2012	81.050,0	0,3	0,00
2013	84.724,7	-	-
2014	91.143,7	-	-

Quadro 33 - Grau de realização da LPIM no período de 2009 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros
Fonte: CGE 2010, 2011, 2012; OE 2013 e Proposta de LO 2014

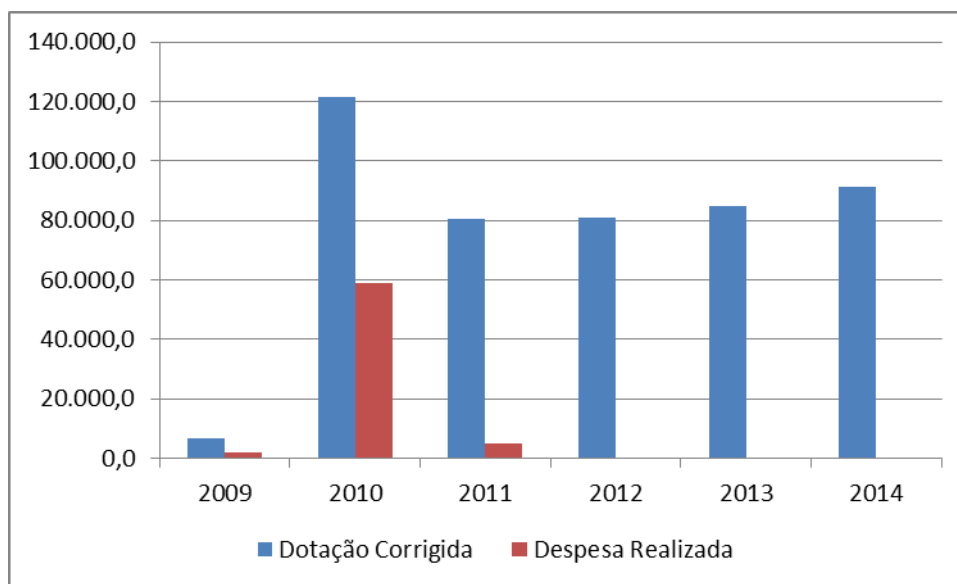


Fig. 22 - Grau de realização da LPIM no período de 2009 a 2012 a preços correntes, em milhares de euros

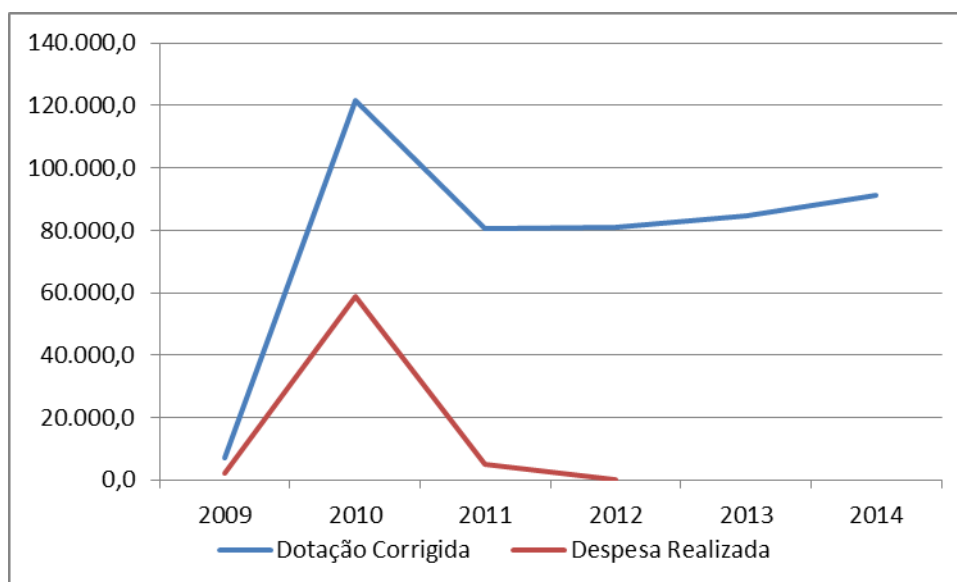


Fig. 23 - Comparação entre a dotação corrigida e a despesa realizada a preços correntes, em milhares de euros

3 As Iniciativas Desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE

3.1 A Cimeira de Chicago

A cimeira de Chicago que se realizou no dia 20 e 21 de Maio de 2012, reuniu Chefes de Estado e de Governo dos vários Estados-Membros da OTAN com o objetivo de fazer um balanço de missões e acções passadas, debater e analisar a conjuntura presente e delinear estratégias para um futuro imprevisível de modo a fazer o melhor uso dos recursos e continuar a adaptar as forças e estruturas da organização, visando sempre a prossecução das três tarefas essenciais da mesma: defesa colectiva, gestão de crises e segurança cooperativa. De entre os diversos temas abordados - cooperação com outras organizações internacionais, crescente relevância assumida pela região da Ásia, direitos e papel da mulher no mundo actual, futura adesão de novos membros, cooperação com a Rússia, ciberdefesa, segurança energética, reformas de estruturas -, destaca-se a questão do Afeganistão, nomeadamente o fim da missão ISAF com a transição da responsabilidade de segurança para as Forças de Segurança Nacional do Afeganistão. Ainda que a missão de combate termine, a OTAN continuará a apoiar o Afeganistão através da denominada “*Enduring Partnership*” nomeadamente com a prestação de treino, aconselhamento e assistência”³⁸.

Foram apresentadas quatro declarações, “*Chicago Summit Declaration*”, “*Summit Declaration on Defence Capabilities: Toward NATO Forces 2020*”, “*Deterrence and Defence Posture Review*”, “*Chicago Summit Declaration on Afghanistan*” e ainda mais dois documentos intitulados “*Connected Forces Initiative*” e “*Defence Package*”.

³⁸ Informação constante na Revista da NATO - Edição Especial da Cimeira da NATO de Chicago de 2012: <http://www.nato.int/docu/review/2012/Chicago/PT/index.htm>. Consultado a 20/11/2013.

Neste encontro foram tomadas várias medidas no que diz respeito ao futuro da OTAN, tendo os aliados anunciado a criação e participação em vários projectos de cooperação, entre eles, a aquisição de uma frota de “*drones*” de vigilância em permanência do solo a partir do ar. Contudo, muitas outras propostas feitas pelos Estados, fracassaram ou não alcançaram os objectivos definidos. Na sua maioria, as propostas passam pela manutenção e racionalização de meios já existentes, e, por sua vez, com pequena expressão as propostas para aquisição em conjunto de novos equipamentos. Dois projectos que se destacam são um sistema de vigilância terrestre da Aliança Atlântica, conhecido como AGS (*Allied Ground Surveillance*), contando com a participação de 14 Aliados³⁹, e o reforço das suas capacidades de defesa anti-mísseis, através do alargamento do âmbito do programa denominado “*Active Layered Theatre Ballistic Missile Defence*”.

No que diz respeito a “*Smart Defence*”, ficou definido que a OTAN irá trabalhar em estreita colaboração com a UE para garantir que as iniciativas no âmbito da “*Smart Defence*” e as iniciativas do “*Pooling and Sharing*” da UE são complementares e reforçam-se mutuamente, destacando os esforços realizados nas áreas de reabastecimento aéreo, apoio médico, treino e vigilância marítima. Como afirmado, “*NATO and the EU share common values and strategic interests. The EU is a unique and essential partner for NATO*” (News Release Chicago Summit Declaration, 2012: 4). Como define o Comando Aliado da Transformação, a “*Smart Defence é um projecto desenvolvido com nações, pelas nações, para as nações*”(Grand, 2012: 49).

Na Cimeira de Chicago foi dado o primeiro passo para a implementação da iniciativa “*Smart Defence*”. Nesta reunião, os Chefes de Estado e de Governo da OTAN aprovaram um pacote concreto de projectos multinacionais, que visam, entre eles, uma melhor proteção das forças da OTAN, uma melhor vigilância e melhor formação. Estes projectos têm como objetivo aumentar a eficácia operacional, criar economias de escala e ainda estabelecer relações mais estreitas entre as forças da OTAN.

Desta Cimeira resultou também a “*Declaration by heads of state and government at Chicago on strengthening the alliance in a time of austerity*”, também denominada “*NATO*

³⁹ Alemanha, Bulgária, Dinamarca, Eslováquia, Eslovénia, Estados Unidos da América, Estónia, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Noruega, República Checa, Roménia.

Forces 2020 and Beyond”, na qual os Estados assumem a “necessidade de forças modernas, destacáveis, fortemente interoperáveis, capazes de responder rapidamente às diversas crises, de operar com grande precisão, a fim de proteger a vida inocente, e de contribuir para esforços integrais mais amplos, em que outras organizações internacionais e nações participam” (*NATO Forces 2020 and Beyond, 2012: 1*). A “*Smart Defence*” vai estar no centro desta nova abordagem, representando a oportunidade de uma renovada cultura de cooperação, através dos projectos multinacionais.

Depois da Cimeira de Chicago, têm-se realizado várias reuniões, quer a nível ministerial, quer dos Chefes de Estado, com a finalidade de informar os vários Estados-Membros da situação em que se encontram as missões da OTAN, assim como debater futuras transformações da organização, procurando fazer o melhor uso dos recursos disponíveis, passando pela iniciativa “*Connected Forces*”, projetos de “*Smart Defence*” e exercícios e actividades de formação da OTAN.

3.2 Iniciativas Desenvolvidas

3.2.1 No âmbito da OTAN

As iniciativas levadas à prática pela OTAN com a finalidade de obtenção de sinergias, são bastante antigas. Este objectivo foi prosseguido pela Aliança, que tentou implementar a coordenação da procura, standardização, interoperabilidade e pesquisa e desenvolvimento, aquando da criação das seguintes agências: *NAMSA – Nato Maintenance and Supply Agency*; *NETMANATO Eurofighter and Tornado Management Agency* e *RTO – NATO Research and Technology Organization (RTO)*.

Como defendido por Mart Laar, “*spending less but more smartly still entails spending less. And less money means fewer ships, aeroplanes and computers – in short, less capability.*” (Laar, 2012). Assim, as iniciativas de cooperação militar de defesa não podem ser utilizadas como argumento para menos defesa, ainda que os gastos sejam menores dado serem comuns. É necessário ter em consideração que há uma abundância de conflitos convencionais e imprevisibilidade na nossa vizinhança. Importa lembrar que, ao

contrário da Europa, as despesas globais de defesa aumentaram em metade na última década.

Os Estados membros da OTAN têm reduzido significativamente o seu orçamento e eliminado sistemas de armas, como tanques ou aeronaves de patrulhamento marítimo. Como afirmam Claudia Major, Christian Mölling e Tomas Valasek, muitos países da OTAN reduziram os seus meios a pequenos exércitos, “*apenas grandes o suficiente para preservar a ilusão de soberania, mas incapazes de oferecer verdadeiramente contribuições para as operações conjuntas da UE ou da OTAN*” (Major et al., 2012: 2). A Aliança não é mais do que a soma das capacidades militares dos Estados-Membros. Se todos os Estados estão a cortar nas despesas e não se verificando cooperação, gradualmente, a Aliança vai perdendo capacidade para agir.

Também no seio desta organização surgiu o conceito de “*Smart Defence*” que incentiva os Aliados a cooperar no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares. Para que tal suceda é necessário estabelecer prioridades assim como aumentar a confiança entre os Estados-Membros, de modo a existir uma estreita colaboração. O Secretário-geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen, afirma que os Estados-Membros deveriam “*focus their dwindling defence Money on priority projects, specialise in distinct military tasks, and seek savings in collaboration with one another*” (citado do Major et al., 2012: 1), de modo poupar dinheiro e manter as suas capacidades actuais modernizadas.

Enquanto uns vêem a “*Smart Defence*” como uma nova denominação para a antiga abordagem para o desenvolvimento de capacidades na organização, outros vêem, como uma mudança feita pela OTAN ao conceito de “*Pooling and Sharing*” da UE. Contudo, há também quem considere que este é um novo conceito que permitirá que a OTAN assuma um papel de facilitador na concretização de projetos multinacionais de cooperação bilateral. A OTAN identificou uma série de “*flag ship projects*” com o intuito de criar economias de escala entre os vários Estados-Membros. Estes projectos encontram-se divididos por três níveis, denominados: “*Tier*”, que identificam o nível de desenvolvimento e integração do projeto, ou seja, no “*Tier 1*”, a “*lead nation*” e os países que participam já se encontram identificados; no “*Tier 2*”, projetos promissores com participantes identificados que ainda estão para ser lançados; e no “*Tier 3*”, apenas ideias de cooperação.

À data de 1 de Dezembro de 2013, a iniciativa de “*Smart Defence*” contava com 147 projetos/propostas activas. Destas, 67 propostas encontram-se no “*Tier 3*”, 53 propostas no “*Tier 2*” e 27 projetos já estão em curso, encontrando-se no “*Tier 1*”. Existem dois projetos que já se encontram finalizados, “*1.2 – Multinational Logistics Partnership – Helicopter Maintenance*, e *1.22 - Dismantling, Demilitarization and Disposal (D3) of Military Equipment*”.

De seguida, será efectuada uma listagem dos vários projetos que neste momento se encontram no “*Tier 1*”⁴⁰.

Série	Título & Cluster	Propósito	Nação Líder	Participantes
1.1	Multinational Logistics Partnership - Mine Resistant Ambush Protected (MRAP) Vehicle Maintenance CLUSTER: Sustentar	Estabelecer parcerias para a manutenção de veículos MRAP em destacamento.	USA, LC/ LCEG	DNK, LTU, ROU, ESP, USA, FRA
1.3	Deployable Contract Specialist Group CLUSTER: Sustentar	Criar um grupo de especialistas de países formados em financiamento, contratação e contabilidade da OTAN.	ESP	FRA, ESP, CAN, GBR, ROU
1.4	Immersive Training Environments (ITE) CLUSTER: Preparar	Partilha do desenvolvimento e utilização de jogos reais (Serious Games) na educação e formação.	ACT	BGR, CAN, FRA, LTU, NLD, ESP, GBR, GRC, TUR, USA, LVA, HRV, BEL
1.5	Centres of Excellence as Hubs of E&IT CLUSTER: Preparar	Destina-se à coordenação entre Centros de Excelência OTAN na Educação e Treino.	ACT	BGR, CAN, FRA, LTU, NLD, ROU, SVK, GBR, EST, TUR, CZE, PRT, POL
1.6	CIS E-Learning Training Centres Network CLUSTER: Preparar	Destina-se à edificação de uma rede de comunicações e sistema de informação nacional entre os centros de treino da OTAN e de cada nação. Participação no Centro de Excelência.	PRT	ALB, GRC, ITA, LVA, NLD, PRT, ROU, GBR, TUR, HRV, POL
1.7	Individual Training and Education Programme (ITEP) CLUSTER: Preparar	Estabelecer e partilha de um programa de Tecnologia Electrónica e Informática (E&IT).	ACT	BGR, CZE, FRA, HUN, ITA, LVA, LUX, NLD, NOR, ROU, SVN, ESP, GBR, GRC,

⁴⁰ Informação constante no Anexo B “DI(STR)(2012)0008 REV26” Actualizado a 01 de Dezembro de 2013.

Série	Título & Cluster	Propósito	Nação Líder	Participantes
				TUR, LTU, ALB, PRT, BEL
1.8	Generate more participation from NATO Nations in the MNE – alterado para “Tier 3”			
1.9	Pooling Maritime Patrol Aircraft (MPA) CLUSTER: Informar	Criar um quadro multinacional para partilhar e mutualizar as capacidades de aviões de patrulhamento marítimo para operações e exercícios.	DEU	DEU, ESP, LUX, POL
1.10	Remote Controlled Vehicles for Route Clearance Operations CLUSTER: Proteger	Para obter o compromisso das nações interessadas em iniciar um programa multinacional de aquisição Veículos Telecomandados para limpeza de trajetos.	ITA	ITA, NLD, NOR, ROU, TUR, USA, BEL, FRA, HUN
1.11	Multinational Joint Headquarter Ulm CLUSTER: C3 (Consulta, Comando & Controlo)	Para transformar o existente comando conjunto alemão (RFOC) num Comando Conjunto multinacional implementável.	DEU	Membros NATO: TUR, FRA, HUN, ITA, NOR, DEU, SVN, LVA, CZE, POL, LUX, BGR, HRV, NLD, ROU Parceiros: AUT, FIN
1.12	Female Leaders in Security and Defence (FLSD): A Roadmap to Turn Potential into Capabilities CLUSTER: Preparar	Desenvolvimento de Recursos Humanos e integração de perspectivas de género e diversidade dos recursos humanos no processo de construção de capacidades no setor da defesa e segurança.	BGR	Membros NATO: BGR, FRA, TUR, NLD, DNK, LUX, HRV, NOR, USA, POL Parceiros: SEDM countries
1.13	Joint Logistics Support Group (JLSG HQ) capability from NATO Force Structure (NFS) Commitments CLUSTER: Sustentar	Alcançar processo de estado estacionário para a geração e implantação de até três Comandos de Grupo de Apoio Logístico Conjunto (JLSG HQ) em cada ano.	ACO	ALB, CZE, DEU, FRA, ESP, GBR, ITA, LUX, NLD, TUR, HRV, NOR, HUN, POL, BEL
1.14	Shared Operational Resources Tool (SORT) – alterado para “Tier 2”			
1.15	Pooling & Sharing Multinational Medical Treatment Facilities (Role 2)	Para aumentar a capacidade médica destacável disponível na Aliança.	FRA, ITA, DEU	CZE, FRA, ITA, NLD, ROU, DEU, BEL, CAN, USA, HUN, ESP, NOR,

Série	Título & Cluster	Propósito	Nação Líder	Participantes
	CLUSTER: Sustentar			SVK, LTU, POL, DNK
1.16	Pooling of Deployable Air Activation Modules (DAAM) CLUSTER: Projectar	Combinar elementos de DAAM provenientes de diferentes nações para criar uma base aérea implementável.	ITA	CAN, CZE, DNK, NLD, ESP, ITA, FRA, BEL
1.17	Jet Aircraft upgrade to be NATO Universal Armaments Interface (NUAI) Compliant CLUSTER: Iniciado	Memorando de Entendimento (MoU) de nações interessadas em implementar e adaptar um Interface de Armamento Universal dos EUA já existente, numa norma standard da OTAN que será gerida sob uma governação comum e processo de qualificação.	CAN	Membros NATO: CAN, ESP, GBR, FRA, TUR, USA, DEU, NOR, ITA, NLD Parceiros: SWE
1.18	Theatre Opening Capability (TOC) CLUSTER: Sustentar	Para ativar rapidamente o movimento de nós aéreos, marítimo e ferroviário de movimento no teatro de operações, através da criação inicial de uma unidade multinacional e contractos preliminares da OTAN.	GBR	Membros NATO: DNK, GBR, ITA, NLD, ROU, ESP, CAN, USA, FRA Parceiros: AUS
1.19	Multinational Logistics Partnership - Fuel handling CLUSTER: Sustentar	Destina-se ao desenvolvimento de capacidades logísticas multinacionais afetas ao fornecimento de combustível em teatros de operações.	FRA, MLCC	FRA, NLD, GBR, ESP, USA, CAN, CZE, HUN
1.20	Multinational Aviation Training Centre (MATC) CLUSTER: Preparar	Criação de um mecanismo multinacional que fornece o treino completo para o voo e pessoal de terra das forças de helicóptero.	CZE	HRV, USA, CZE, SVK, HUN
1.23	Multinational Munitions Life-Cycle Management CLUSTER: Sustentar	Para estabelecer um quadro global para a expansão de programas de ação e cooperação de munições multinacionais no âmbito da iniciativa da OTAN – Smart Defence. O projecto, pretende facilitar potencialmente a aquisição multinacional reforçada, armazenamento e partilha de diferentes tipos de munições.	DNK	LVA, EST, NLD, DNK, ROU, USA, TUR, BEL
1.24	Multinational Military Flight Crew Training CLUSTER: Preparar	Partilha e mutualização de uso de instalações de instrução de voo de helicóptero e aeronaves de asa fixa.	TUR	Membros NATO: ALB, TUR, ROU, GBR, ITA, CZE Parceiros: GEO, KAZ, QAT, KUW
1.25	Biometrics in Military Operations CLUSTER: Proteger	Desenvolver a doutrina Biométrica (conceitos/estratégias comuns para Biometria em operações militares), estabelecer conceito de Biometria e respectivas regras de	NLD	Membros NATO: NLD, DNK, USA, GBR, ESP, CAN, DEU, ROU, BEL

Série	Título & Cluster	Propósito	Nação Líder	Participantes
		empenhamento, estabelecer regras para a partilha de informação entre as nações, tanto dentro como entre as missões, estabelecer um quadro jurídico, estabelecer arquitectura Biométrica, que relaciona os aspetos de TI (rede, largura de banda, conectividade etc) ao processo de biometria.		Parceiros: SWE
1.26	Establishment of a Multinational Geospatial Support Group (GSG) CLUSTER: Informar	Para dar apoio ao Comando Aliado das Operações (ACO) no fornecimento de produtos, serviços e orientação geoespacial.	DEU	CZE, ITA, NOR, TUR, USA, DEU, ROU, FRA, POL, BEL, BGR, ESP, GRC, SVK
1.27	Multinational Cyber Defence Capability Development (MNCD2) CLUSTER: Proteger	Para facilitar o desenvolvimento das capacidades de defesa cibernética, para proteção e reação a ataques cibernéticos contra comunicações e infraestruturas de sistemas de comando.	CAN	CAN, NLD, DNK, NOR, ROU
1.28	Harbour Protection CLUSTER: Proteger	Destina-se à edificação de um sistema multinacional de proteção de portos e bases navais.	PRT	Membros NATO: GBR, ITA, PRT, TUR, DNK, ESP, DEU, ROU, FRA, BEL, NLD Parceiros: SWE, RUS, AUS
1.29	Pooling CBRN capabilities - POL-CZE-HUN-ITA-SVK-SVN grouping. CLUSTER: Proteger	Estabelecer um batalhão multinacional CBRN e um quadro para realizar o treino e exercícios multinacionais.	POL	CZE, HUN, POL, ROU, SVK, SVN, ITA
1.30	Development of Reserve Specific Capabilities CLUSTER: Preparar	Para desenvolver um processo sob a orientação do Comité de Forças de Reserva Nacional, através do qual as forças de reserva das nações podem solicitar assistência no desenvolvimento de capacidades específicas de reserva, e que proporciona um fórum onde os países podem colaborar para fornecer apoio tangível.	NRFC	Membros NATO: BGR, CAN, CZE, DNK, EST, DEU, HUN, ITA, LVA, LTU, NLD, NOR, TUR, USA, FRA, GBR Parceiros: AUS
1.31	Alliance Defence Analysis and Planning for Transformation (ADAPT) CLUSTER:	O projeto ADAPT fornecerá, às nações que contribuem, conhecimento e acesso ao conhecimento e experiência analítica disponível dentro da Agência de comunicações e Informação da	NOR	Membros NATO: DEU, ESP, NOR, FRA, BGR Parceiros: FIN

Série	Título & Cluster	Propósito	Nação Líder	Participantes
	Preparar	OTAN.		
1.32	Defensive Aids Suite (DAS) CLUSTER: Proteger	Para fornecer à OTAN a capacidade de projectar meios aéreos em ambientes complexos de ameaças através do desenvolvimento de sistema de DAS de arquitectura aberta e acordo estandardizado (NATO STANAG) que irá apoiar a integração de uma variedade de sensores e sistemas de efeitos para plataformas operacionais.	GBR	DNK, TUR, GBR

Quadro 34 - Listagem, objectivos e participantes nos projectos incluídos no “Tier 1” (SD)

Os projectos que se têm vindo a desenvolver no âmbito da OTAN têm como base uma proximidade estratégica que partilham em relação a determinadas questões, devido à geografia, ao tipo de cultura de compromisso ou equipamentos interoperáveis (Pintat, 2013).

O conceito de “*Smart Defence*” pode e deve ser visto como um meio de diminuir ou até mesmo fechar a maior lacuna que existe, ou seja, aquela entre as ambições globais e as capacidades (Pintat, 2013).

A “*Smart Defence*” não pode tornar-se uma ferramenta política para celebrar cooperações vazias ou justificar cortes mais profundos nos orçamentos de defesa nacional.

As nações têm-se mostrado apreensivas em relação à “*Smart Defence*”, quer relativamente aos custos associados aos projectos (tendo já como exemplo projectos como o A400M aeronave de transporte militar, helicóptero NH90 e o avião de combate JSF/F35), quer ao impacto deste conceito na sua soberania, indústria e orçamentos. Como recomenda Camille Grand, devem ser estabelecidas e aprovadas por todos os participantes regras claras, que instituem a disponibilidade em todos os momentos das capacidades adquiridas conjuntamente, de modo a criar confiança e eliminar os receios que existem (Grand, 2013).

A “*Smart Defence*” assenta em três pilares: cooperação multinacional, priorização, e especialização. No primeiro, a OTAN assume essencialmente o papel de facilitador de cooperação permitindo aos parceiros a identificação de projetos conjuntos. No segundo, o papel desempenhado por esta organização é mais complexo, pois é difícil articular as

prioridades de cada aliado e as prioridades da aliança, que nem sempre coincidem. Este último, mostra-se um princípio mais sensível politicamente, pois os Estados mais pequenos mostram-se renitentes a colocarem-se em nichos e os maiores ao não desistirem de não transmitirem confiança aos demais, comportando questões que se prendem com a soberania das nações e com a noção de acesso garantido às capacidades.

Como defende Claudia Major, Christian Mölling e Tomas Valasek, a OTAN pode ajudar os Estados a identificarem quais os problemas e as oportunidades que existem de forma a haver uma maior cooperação entre eles, apresentando algumas medidas complementares às já existentes no conceito de “*Smart Defence*”, entre elas, a criação de um mercado de equipamentos militares excedentários, melhoria dos planos de defesa através de definição das oportunidades para a colaboração regional e ainda definição de metas de capacidade regional, ou seja, a manutenção e desenvolvimento de certo tipo de meios em vez de ser assegurada individualmente, passar a ser atribuída e desenvolvida num conjunto de países (Major et al., 2012).

Contrário ao que alguns militares defendem, “*Smart Defence*” não vai permitir aos Estados fazer mais com menos, contudo poderá permitir que os Estados conservem um pouco mais o seu poder militar do que de outra forma conseguiriam.

A actual natureza transnacional das ameaças e riscos globais desvaloriza qualquer resposta estritamente nacional, reforçando, assim, uma estrutura de segurança cooperativa.

Num contexto de poupanças financeiras, a OTAN procedeu a um reajustamento estrutural, quer ao nível operacional, quer ao nível de recursos, originando a redução de três para dois Comandos Operacionais (JFC Naples e JFC Brunssum), e, ainda a reestruturação das Agências, passando de 14 para 3 (NCIA, NSPA e NPO), com a criação prevista de uma quarta agência.

3.2.2 No âmbito da UE

A 23/24 de Setembro de 2010, os Ministros da Defesa da UE reuniram-se informalmente em Ghent, assumindo o “*Pooling and Sharing*” como a solução para manter e até mesmo impulsionar o desenvolvimento das capacidades militares europeias. A iniciativa de Ghent

é reconhecida como um ponto de partida para o “*Pooling and Sharing*”, sendo o “*wake up call*”, a origem de um “*momento político*” para “*Pooling and Sharing*”⁴¹. O propósito da iniciativa “*is to preserve and enhance national operational capabilities – with improved effect, sustainability, interoperability and cost efficiency as a result. It could even make possible a broadening of military capabilities*”⁴². Assim, surge o *Pooling* de capacidades como forma de aumentar a eficiência e o custo-eficácia, assim como na repartição do papel e tarefas, como instrumento em que as capacidades nacionais são postas à disposição de outros parceiros⁴³. Esta ideia foi reafirmada no Conselho dos Negócios Estrangeiros e Defesa que se realizou em Dezembro de 2010 em Bruxelas. Em Novembro de 2011, passado quase um ano após o aparecimento deste novo conceito, o *Steering Board*⁴⁴ da EDA aprova o relatório sobre o “*Pooling and Sharing*”, que para além de incluir uma “*twin-track approach*” relativamente aos benefícios rápidos e requisitos operacionais de longo-prazo, apresenta ainda 11 oportunidades de projetos.

Tendo em vista a maximização de recursos e considerando o contexto actual de uma crise financeira e económica, e uma vez que a defesa frequentemente tem a reputação de ser um desperdício e um sector merecedor de corte (Lawrence, 2011), a União Europeia criou o conceito de “*Pooling and Sharing*” que se refere às iniciativas e projetos liderados por Estados-Membros para aumentar a colaboração nas capacidades militares, ou seja, o agrupamento de capacidades acontece quando vários Estados decidem usar as capacidades numa base coletiva, enquanto a partilha significa o abandonar de certas capacidades por parte de um Estado com a garantia que outro Estado disponibilizará essas capacidades quando necessário.

O objetivo desta iniciativa, muito à semelhança da iniciativa da Aliança, é “*preservar e melhorar as capacidades operacionais nacionais – com melhorias efectivas,*

⁴¹ Informação constante no “EDA’s Pooling & Sharing -, EDA fact sheet”, última atualização Março 2012.

⁴² Informação constante no artigo “Pooling and sharing, German-Swedish initiative Food for Thought Paper” que data de, Novembro de 2010.

⁴³ Idem.

⁴⁴ O SteeringBoard, composto pelos Ministro de Defesa dos Estados-Membros participantes, mais um representante da Comissão (sem direito a voto), e é a entidade máxima da EDA. Pelo menos duas reuniões ministeriais do Steering Board ocorrem a cada ano, para além de várias reuniões a nível sub-ministerial.

sustentabilidade, interoperabilidade e eficiência de custos, como resultado”⁴⁵. Pretende-se, deste modo, apoiar os esforços cooperativos dos Estados-Membros a desenvolverem capacidades para fazer face às necessidades atuais. Importa também salientar a complementaridade com a OTAN, nomeadamente “*Smart Defence*”, de modo a evitar a duplicação de meios desnecessariamente, assim como assegurar que os esforços de desenvolvimento de capacidades realizadas pela UE e OTAN são compatíveis e reforçam-se mutuamente (Grand, 2013).

Simultaneamente, a Agência Europeia de Defesa foi reforçada e a Comissão Europeia adoptou duas diretivas sobre os gastos na defesa, intervindo, pela primeira vez, na área dos gastos da defesa, com a elaboração do “*defence package*” que resulta da necessidade de uma melhoria da forma como os Estados gerem as aquisições militares. Este pacote integra duas novas diretivas: a primeira sobre adjudicações nos domínios de defesa e segurança, reforçando a abertura e a concorrência nos mercados de defesa dos Estados-Membros⁴⁶, a segunda relativa às transferências intracomunitárias de bens relacionados com a defesa facilitando a troca de produtos, tecnologias e serviços na área da defesa, reduzindo os obstáculos burocráticos postos em prática pelas autoridades nacionais⁴⁷. Segundo Alessandro Marrone, a longo-prazo, estas duas diretivas podem ter um resultado na cooperação, na medida em que reforçam a integração do mercado europeu de defesa, contudo, o impacto das diretivas vai depender da sua implementação por parte dos Estados (Marrone, 2012).

Por iniciativa da Alemanha, Polónia e França, a carta de Weimar, de 06 dezembro de 2010, dirigida à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de

⁴⁵ Informação constante no artigo “Pooling and sharing, German-Swedish initiative Food for Thought Paper” que data de, Novembro de 2010.

⁴⁶ Conforme Directiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Julho de 2009, relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE (Texto relevante para efeitos do EEE): <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:216:0076:0136:pt:PDF>. Consultado a 15/09/2013.

⁴⁷ Conforme Directiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, relativa à simplificação das condições das transferências de produtos relacionados com a defesa na Comunidade (Texto relevante para efeitos do EEE), Maio 2009, Bruxelas: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32009L0043:PT:NOT>. Consultado a 15/09/2013.

Segurança, propõe um conjunto de iniciativas concretas de forma a fazer avançar a Política Comum Segurança e Defesa (PCSD), a cooperação UE-OTAN, as capacidades permanentes de planeamento e de conduta civil-militar, o desenvolvimento de grupos táticos, bem como o desenvolvimento das capacidades militares europeias. Esta ação pode ser vista como dos primeiros passos que foram dados em direção à formulação e implementação do conceito “*Pooling and Sharing*”, após o processo de Ghent lançado em Setembro de 2010.

De entre as várias iniciativas desenvolvidas no âmbito do “*Pooling and Sharing*” foi estabelecido um Código de Conduta que visa apoiar os esforços cooperativos dos Estados-Membros da UE no desenvolvimento de capacidades de defesa. As ações definidas devem ser implementadas a nível nacional e têm caráter voluntário, alinhadas com as políticas de defesa de cada Estado-Membro. Neste Código de Conduta o conceito “*Pooling and Sharing*” deve ser considerado como uma forma de partilha de oportunidades, e de promoção da expansão dos programas nacionais a outros Estados-Membros. Fica também estabelecido que deve ser considerado o uso conjunto de capacidades já existentes nos Estados-Membros, de modo a otimizar os recursos disponíveis, iniciativa esta extensível a todo o ciclo de vida de um recurso, ou seja, abrangendo a cooperação em I&D e a minimização do número de variantes do mesmo equipamento, em ordem à otimização dos potenciais ganhos, melhoria de interoperabilidade e racionalização da procura. Em relação ao investimento, os Estados-Membros devem aproveitar as eficiências geradas pelo conceito “*Pooling and Sharing*”, de modo a apoiar o desenvolvimento de capacidades, empenhando-se a alocar os investimentos necessários para apoiar o desenvolvimento de capacidades futuras, incluindo I&D, aproveitando maiores sinergias com políticas europeias. São ainda estabelecidas algumas ideias no que diz respeito à coerência para que os projetos se desenvolvam harmoniosamente e em conformidade com os objetivos estabelecidos, entre elas o aumento de transparência, a partilha de conhecimento e boas práticas no desenvolvimento de cooperação de capacidades, assim como troca de informação através da EDA e “*prosecução de coerência entre os clusters regionais de cooperação, que incluem iniciativas bilaterais e iniciativas multinacionais já em curso para evitar grandes lacunas ou possível duplicação e partilhar as melhores práticas,*

utilizando a EDA como uma plataforma de troca de informações”⁴⁸. Através deste Código de Conduta a AED actua como estrutura para a coordenação e transparência entre clusters regionais assim como um meio para reforçar e facilitar sinergias e identificar as melhores práticas⁴⁹.

Desde a criação da EDA em 2004, esta, tem assumido um papel fundamental na identificação e apoio a projetos de mutualização e partilha e também de programas desenvolvidos pelos Estados-Membros da UE. Destacam-se os esforços desenvolvidos com vista à obtenção de sinergias nas áreas civis e militares, promover as melhores práticas, e trabalhar em colaboração com as indústrias de defesa europeia.

A EDA, embora tenha sido criada no âmbito da UE e se trate de uma instituição intergovernamental, tem tido um sucesso muito limitado por razões inerentes ao Tratado de Funcionamento da União Europeia, artigo 346 (ex 296.º do Tratado da Comunidade Europeia), devido à regulamentação existente, o que leva a que o sucesso dependa das políticas governamentais nacionais. De igual modo esta agência tem tido orçamentos muito limitados que não têm permitido dar o salto pretendido.

A agência está dividida em quatro setores: Capacidades; Investigação e Tecnologia; Armamento; e Mercado e Indústria (*The Impact of the Financial Crisis on European Defence, 2011*).

O conceito de “*Pooling and Sharing*” pode ser visto como uma versão mais integrada e sofisticada da “*Smart Defence*”, uma vez que depende da efetiva liberalização do mercado de defesa europeu e uma europeização progressiva dos orçamentos de defesa nacional (Faleg e Giovannini, 2012).

São várias as personalidades europeias que consideram que “*Pooling and Sharing*” é a única forma de resolver as insuficiências de capacidade da Europa em tempos de austeridade orçamental. Contudo, para que tal suceda é essencial pensar a longo prazo.

⁴⁸ Pursue coherence between regional clusters of cooperation, including bilateral and ongoing multinational initiatives, to avoid major gaps or possible duplication and to share best practice, using EDA as a platform for information exchange. In <http://www.eda.europa.eu/docs/news/code-of-conduct.pdf>.

⁴⁹ Relatório Final de Preparação do Conselho Europeu de Dezembro de 2013 da Alta Representante, Catherine Ashton, de Outubro de 2013, Bruxelas pp.19.

Segundo Camille Grand, este sucesso a longo prazo só é possível através de três elementos essenciais. O primeiro diz respeito ao desenvolvimento do “*Pooling and Sharing*” numa base de modelo único e seguindo uma perspectiva prática, ou seja, tendo em conta o número de países participantes em cada projeto, defendendo que grupos mais pequenos serão mais bem sucedidos dada a facilidade de um consenso para a partilha de um interesse comum. O segundo e terceiro elemento dizem respeito à proximidade geográfica e política, permitindo ganhos a níveis financeiros (Grand, 2013). Tendo em consideração estes elementos, Camille Grand defende que “*European Union (EU)-wide projects are unlikely to succeed*” (Grand, 2013). São vários os desafios que os Estados-Membros têm que ter em conta, nomeadamente a questão da disponibilidade das capacidades. Têm que ser criadas garantias que assegurem que um Estado pode utilizar, de forma incondicional e quando necessário, o conjunto de bens que adquiriu conjuntamente com os demais. Caso contrário, o Estado, sentir-se-à relutante no momento de aquisição e partilha de meios. Vários Estados europeus consideram difícil a partilha do símbolo que representa a soberania nacional, como seja o de um exército ou uma força aérea próprios. Como enuncia a Alemanha nas suas diretrizes de política de defesa de 2011 “*As forças armadas são uma ferramenta indispensável de uma política externa e de segurança do nosso país. (...) As Forças Armadas são a base da vontade e de preparação de uma nação para se defender.*”⁵⁰, acrescentando ainda “*Dependências mútuas para e sobre as operações só podem ser aceites na medida necessária para a execução de tarefas*”⁵¹. Contudo, estão a ser feitos esforços a vários níveis, em ordem à realização e concretização dos projectos a que os Estados-Membros se têm proposto. Os Estados necessitam de incentivos para “*pool and share*” das suas capacidades militares, e para tal, muito tem contribuído a Agência Europeia de Defesa, através da criação de um grupo de “*experts*” que procurará identificar oportunidades e dificuldades na implementação de medidas e programas de cooperação entre os Estados.

Através da teoria da vantagem comparativa de David Ricardo, ou seja, ganhos mútuos de especialização, a UE poderia beneficiar de exércitos mais eficientes e eficazes em termos de custos.

⁵⁰ Conforme Diretrizes da Política de Defesa Alemã, do Ministério de Defesa Alemão, de 2011. Berlin, p-8.

⁵¹ Conforme Diretrizes da Política de Defesa Alemã, do Ministério de Defesa Alemão, de 2011. Berlin, p-12.

A iniciativa de “*Pooling and Sharing*” teve início com a apresentação de 313 propostas de projetos, as designadas “*Initial Findings*”, que englobam varias áreas de atuação e que são dinamizadas, quer pelas Forças Armadas, quer pelas Direcções-Gerais dos Ministérios da Defesa Nacional. Após a sua análise, foi elaborado um documento com os “*Final Findings*” que reduzem para 229, as 313 atividades inicialmente propostas. De entre os vários projetos apresentados, alguns integram um conjunto de atividades em curso com outros países, algumas delas já reguladas através da existência de Memorandos de Entendimento (MoU) ou Acordos Técnicos (TA). Estas atividades surgem como proposta visando a possibilidade de ampliar a sua participação a partir da adesão/inclusão de outros Estados-Membros, tendo como objetivo a partilha de custos para alcançar objetivos comuns.

A EDA criou uma ferramenta que permite obter visibilidade sobre o conteúdo das atividades propostas, bem como sobre os Pontos de Contacto (POC) das mesmas, a denominada, “*Collaborative Database*” (CoDaBa).

No âmbito da UE, existem diversos projetos que têm feito progressos e que representam soluções europeias para os requisitos europeus de capacidade, como por exemplo, a formação em helicóptero, o reabastecimento aéreo, o apoio médico, e a formação e a vigilância marítima. De entre os vários projetos, o desenvolvimento de capacidades de reabastecimento ar-ar surgem como uma das prioridades da EDA, afim de serem colmatadas as falhas identificadas na operação. Também no domínio do apoio médico têm sido desenvolvidos projetos que visam colmatar falhas no que respeita às capacidades médicas de apoio a operações militares, destacando-se a necessidade de criação de hospitais de campanha bem equipados, assim como o projeto de criação de uma Unidade Médica Modular Multinacional que conta com a participação de dezasseis dos Estados-Membros da UE. Outra área de projetos da EDA refere-se ao Programa de Treino com helicópteros em ambientes assimétricos, procurando solidificar e harmonizar boas técnicas de uso de meios aéreos em ambientes operacionais complexos. No plano da mobilidade estratégica e do apoio logístico tem-se procurado desenvolver uma frota de transporte aéreo que conta já com o apoio de 12 Estados-Membros com a assinatura de uma Declaração de Intenções.

Em Novembro de 2011, no *Steering Board* da EDA, foram identificadas e aprovadas diversas áreas de cooperação prioritárias. Todos os projectos têm o potencial de desenvolvimento estruturado e das onze oportunidades apresentadas, nove fizeram progressos significativos:

- ***Helicopter Training Programme (HTP)*** - este projeto tem tido um desenvolvimento significativo, tendo como principal objetivo fornecer um quadro aos Estados-Membros, que lhes permita desenvolver, consolidar e partilhar as melhores práticas para enfrentar os desafios de ambientes operacionais modernos. Dentro deste projeto existem ainda um conjunto de diversos outros sub-projetos relacionados com treino e exercícios. Participam no mesmo os seguintes países (AT, BE, CZ, DE, EE, EL, FI, FR, HU, IT, LU, NL, PT, SE, SI & UK);
- ***Maritime Surveillance (MARSUR)*** - com a Finlândia como Nação Líder, este projeto visa criar uma imagem comum coerente da situação marítima da UE e ao mesmo tempo maximizar a interoperabilidade através do uso de melhores práticas. O domínio marítimo suporta 90% do comércio mundial, sendo, portanto, um elemento crucial para a prosperidade contínua da Europa;
- ***European Satellite Communication Procurement Cell (ESCPC)*** - este projeto conta com a participação de 5 Estados-Membros (FR, IT, PL, RO, UK), numa base de pay-per-use, com possibilidade de adesão de futuras nações;
- ***Medical Field Hospitals – Multinational Modular Medical Units (M3U)*** - este projeto com a participação de Itália como Nação Líder e com 15 Estados-Membros a assinarem a Carta de Intenções (AT, BE, BG, CY, CZ, DE, EL, ES, FI, FR, HU, NL, RO, SE e SI). Este projeto irá estabelecer um hospital de campanha altamente flexível, com equipamentos de alta qualidade e pessoal médico altamente preparado;
- ***Air-to-Air Refuelling (AAR)*** - este projeto foi criado com o objetivo de um aumento global da capacidade, reduzir a fragmentação da frota e de uma otimização do uso de ativos. Nove Estados-Membros contribuem para essa capacidade (BE, FR, EE, ES, HU, LU, NL, PL, PT), além da Noruega na qualidade de Estado parceiro;

- ***Pilot Training*** - este projeto atraiu um interesse significativo por parte de diversos Estados. A França ofereceu-se para Nação Líder no treino de tripulações de transporte e a Itália no de tripulações de caça. Procura-se também harmonizar o treino de voo militar. Participam 14 Estados-Membros no total (AT, BE, CZ, DE, EE, EL, ES, FI, FR, HU, IT, LV, PT e SE);
- ***European Naval Logistics and Training*** - visa melhorar a partilha de instalações já existentes, realizando economias e ganhos de eficiência, além de melhorar a utilização dos recursos específicos e sinergias civis e militares. A Irlanda assume a liderança deste projeto;
- ***European Multimodal Transport Hubs*** - objetivo deste projeto é desenvolver um conceito europeu para aumentar a eficiência e a relação custo-eficácia dos ativos de transporte da Europa (ar, terra, mar), no apoio de operações militares, civis e de socorro;
- ***Smart Munitions*** - este projeto tem verificado uma evolução positiva, contudo, necessita de apoio e compromisso por parte dos Estados-Membros. Visa aumentar o acesso dos Estados-Membros a capacidades de munições inteligentes e diminuir os custos totais, assim como pretende aumentar a interoperabilidade e permutabilidade de munições.

Estes dois projetos, embora tenham sido aprovados, necessitam ainda de atrair um maior apoio por parte dos Estados-Membros:

- ***Future Military Satellite Communications (MILSATCOM)*** - visa uma cooperação entre os vários Estados-Membros detentores de MILSATCOM, assim como a partilha através da extensão desses meios a outros Estados-Membros;
- ***Intelligence Surveillance and Reconnaissance (ISR)*** - este projeto visa superar as insuficiências atuais das capacidades Europeias em Informações, Vigilância e Reconhecimento, melhorando as redes e o desenvolvimento de novas capacidades.

Para além dos projetos atrás mencionados, quatro novos projetos foram aprovados no *Steering Board* sobre capacidades de 11 de Outubro de 2012:

- **CyberDefence** - é uma área que tem assumido uma grande importância face às ameaças atuais. A UE procura torná-lo acessível e disponível a todos os Estados interessados no treino e exercícios em ciberdefesa;
- **C-IED - Future Route Clearance Capability (FRCC)** - visa a identificação de um entendimento comum em diversos conceitos de FRCC, com o objetivo de uma mutualização de capacidades que poderá providenciar ganhos e benefícios operacionais significativos. Itália como Nação Líder;
- **NH90** - Com muitos Estados-Membros a estarem apetrechados com os NH90, surge aqui uma oportunidade para iniciativas de cooperação visando a redução dos custos associados à sua logística e operação, através da partilha de experiências, processos e dados. Conta com a participação de BE, DE, FI, IT, NL, PT, SE, NO, AUS e NZ;
- **European Air Transport Training (EATT)** - este projeto situa-se no âmbito do European Air Transport Fleet (EATF), e visa aumentar a interoperabilidade e consciência tática entre os utilizadores de transporte aéreo tático (C-130, C-160, C-295) na área de operações e treino, começando por trabalhar a padronização dos procedimentos.

Os Estados-Membros também se têm comprometido no desenvolvimento de outros projetos, entre eles:

- **Counter Improvised Explosive Device (C-IED)** - este projeto destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e assegurando a existência de um plano e respetivo *staff* para Contra-IED, assim como o desenvolvimento de novos sistemas para Contra-IED em apoio às missões da PCSD;
- **Ammunition** - é um setor-chave que afeta muito a capacidade operacional das forças armadas europeias, razão pela qual os EM têm efectuado esforços para reforçar uma maior cooperação ao nível do setor da indústria de munições;
- **Remotely Piloted Aircraft Systems (RPAS)** - sendo uma área que já provou o seu valor em termos da esfera militar, também agora a EDA pretende promover este projeto para

aproveitar as sinergias entre as áreas militar e civil, maximizar a dupla utilização de tecnologias, criar economias de escala e ampliar a abordagem global na área de desenvolvimento de capacidades. Neste âmbito, foi estabelecido, em Junho de 2012, um programa de investimento conjunto em desenvolvimento e tecnologia (*Research & Technology Joint Investmen Programme - JIP*) em RPAS, mas apenas assinado no *Steering Board* da EDA em 19 de Novembro de 2013, por AT, BE, CZ, DE, FR, IT, ES e UK;

- ***Joint Investment Programme on CBRN Protection (JIP-CBRN) within European Framework Cooperation (EFC)*** - destina-se a desenvolver tecnologias e conceitos para futuras capacidades CBRN (*Chemical, Biological, Radiological and Nuclear*);
- ***E-Quip: Government-Government Platform*** - é um projeto que estabelece a criação de uma plataforma de mercado *online* não-comercial, em ordem a habilitar os Estados-Membros participantes a troca de informação acerca dos recursos disponíveis.

Também o setor da indústria europeia de defesa é uma área fundamental a ter em conta, pois os efeitos da crise também aí se têm feito sentir, originando iniciativas por parte dos EM e da EDA. Ambos têm unido esforços, com vista a apoiar Pequenas e Médias Empresas (PME's) através do Plano de Ação para as PME, assim como do portal *EDA Procurement Gateway*, facilitando o acesso à informação e a oportunidades de negócios. A EDA tem também apoiado os EM a implementar a Diretiva 2009/81/EC, de forma a agilizar os processos de aquisição. Como afirmou Catherine Ashton no Relatório final sobre a Política Comum de Defesa e Segurança de preparação para o Conselho Europeu de 2013, a 15 de Outubro de 2013, e cita-se: “*Europe’s defence industries are not only importante for our security, by providing capabilities for our armed forces, but also for jobs, growth and innovation*”(Ashton, 2013: 2).

No âmbito do “*Pooling and Sharing*”, ao contrário da “*Smart Defence*” não existe uma listagem exaustiva, nem uma sistematização de projetos, pois encontramos iniciativas que passam por meros acordos de aquisição comuns até projetos mais substanciais como a capacidade de reabastecimento aéreo.

Como referido, dada a multiplicidade de projetos desenvolvidos no âmbito da UE, em diversas áreas específicas, assim como projetos que integram outros projetos maiores, a elaboração de listagem completa tornar-se-ia exaustiva, não estando disponível e extrapolando o âmbito deste trabalho.

O conceito de “*Pooling and Sharing*” é um conceito antigo que apareceu na Estratégia Europeia de Segurança de 2003, segundo a seguinte frase “*Systematic use of pooled and shared assets would reduce duplications, overheads and, in the medium-term, increase capabilities*”⁵².

A definição de “*Pooling and Sharing*” baseia-se essencialmente em três componentes: conjugação de aquisição de armas e serviços ou instalações de pesquisa conjuntas (por exemplo, o avião de transporte A400M); partilha, através da integração total ou parcial das estruturas de força, tais como instalações de treino, ou a definição de unidades conjuntas, e a especialização. (Faleg e Giovannini, 2012: 2)

O “*Pooling and Sharing*” é considerado a única alternativa funcional no desenvolvimento de capacidades partilhadas. Sendo uma iniciativa conduzida pelos Estados-Membros é fundamental que se procure manter o ímpeto do seu desenvolvimento.

O mercado europeu de defesa caracteriza-se por uma multiplicidade de indústrias nacionais, cada uma com as suas formas de proteccionismo e respetivos interesses nacionais, o que dificulta o desenvolvimento de ganhos através de uma cooperação e parcerias entre os diversos Estados. Contudo, a EDA tem procurado incentivar uma maior cooperação entre os Estados-Membros no setor da defesa, e para isso muito contribuíram as Diretivas 2009/43/EC e 2009/81/EC, visando a simplificação das regras de transferências de produtos de defesa entre Estados-Membros e a abertura do mercado a contratos de defesa e segurança, respetivamente. Quanto às dimensões e posicionamento no mercado, tendo em conta que 2/3 das empresas europeias de defesa são de pequena dimensão, resulta daí uma dispersão de tamanho e fragmentação de estruturas responsáveis por uma certa ineficácia económica, vulnerabilidades que têm levado os estados a

⁵² Conforme consta documento “A Secure Europe in a better world” da Estratégia Europeia de Segurança de 12 Dezembro 2003 pp. 12.

estabelecer consórcios multinacionais e *joint-ventures*, os quais têm permitido que as empresas nacionais mantenham a sua identidade (Faleg e Giovannini, 2012).

Na comunicação “*Para um sector europeu da defesa e da segurança mais competitivo e eficiente*” adoptado pela Comissão Europeia, a 24 de Julho de 2013, esta apresenta um conjunto de ações para ajudar a enfrentar os grandes desafios do sector da defesa europeia. A Comissão Europeia propõe, como primeira iniciativa, o reforço do mercado interno, através do estabelecimento de um mercado aberto e competitivo que incentive a inovação e a diversidade dos fornecedores, assim como o investimento interno. Recomenda também a promoção de uma indústria mais competitiva através de um apoio especial às PME, assim como a exploração das sinergias entre os domínios civis e o reforço da inovação. Pretende também o desenvolvimento de capacidades, não militares para proteção civil, gestão de crises, proteção de fronteiras externas e vigilância marítima, como também, ligação entre o espaço e a defesa, nomeadamente, uma maior conexão entre as atividades espaciais civis e militares. Por fim, propõe também a aplicação de políticas energéticas e instrumentos de apoio ao setor da defesa, assim como o reforço da dimensão e participação internacional das indústrias militares. Este comunicado visa beneficiar os Estado-Membros, permitindo o melhor uso dos recursos económicos de que dispõem, incentivando a especialização e a investigação, beneficia também as empresas ligadas ao sector da defesa através do reforço de apoios, assim como melhor acesso aos mercados, e por último, os contribuintes, devido aos gastos mais eficientes com a defesa.

A redução da parte do orçamento de Estado destinada à defesa tem implicações em varias áreas, entre elas, nas aquisições da defesa que foram significativamente reduzidas, quer através da diminuição do número de ativos a serem adquiridos, como do adiamento da sua aquisição, ou até mesmo, o cancelamento de alguns programas. Para além dos cortes orçamentais ao nível nacional, também a pouca troca de informação entre os Estados-Membros sobre as reduções a efectuarem ao nível da defesa e a fraca coordenação entre si, não possibilitou a prevenção do cancelamento de programas militares a desenvolver na UE, podendo advir desta falta de coordenação dos processos de tomada de decisão uma perda de capacidades militares por parte da EU. (Marrone, 2012)

As mais recentes iniciativas constam das conclusões do Conselho Europeu de Dezembro de 2013, as quais iniciam-se com a frase “*Pela primeira vez desde que o Tratado de Lisboa entrou em vigor, o Conselho Europeu debateu o tema da defesa, tendo identificado acções prioritárias para fortalecer a cooperação*”⁵³, evidenciando a crescente importância que as áreas da segurança e defesa têm vindo a assumir ao nível da União Europeia. Ficou também sublinhado que a Europa necessita de capacidades militares fortes e estruturadas e uma Base Industrial e Tecnológica de Defesa Europeia (BITDE) mais integrada, sustentável, inovadora e competitiva. Neste Conselho Europeu foram identificadas várias acções prioritárias que se articulam “*em torno de três eixos: aumentar a eficácia, a visibilidade e o impacto da PCSD; incrementar o desenvolvimento de capacidades e reforçar a indústria de defesa europeia*”⁵⁴. Em termos de desenvolvimento de capacidades, ficaram estabelecidos quatro programas-chave: *Remotely Piloted Aircraft Systems (RPAS)*, *Air-to-Air Refuelling*, *Satellite Communications and CyberDefence*. O Conselho apoiou também uma abordagem mais sistemática e de longo prazo para a cooperação através de uma maior transparência e partilha de informação no plano defesa, valorizando progressos alcançados na cooperação através do Código de Conduta da Agência Europeia de Defesa sobre “*Pooling and Sharing*”. Quanto ao fortalecimento da indústria de defesa, a EDA pretende trabalhar em estreita colaboração com a Comissão Europeia para desenvolver propostas para estimular o investimento em programas cooperativos de investigação, nomeadamente de dupla utilização, quer ao nível civil, quer da defesa, para desenvolver normas industriais no domínio da defesa e “*um roteiro para um regime abrangente de segurança do abastecimento à escala da UE*”⁵⁵. Assiste-se assim, a uma nova dinâmica na área da segurança e defesa que é primordial que se mantenha, com a EDA a assumir um papel fundamental para garantir que são alcançados resultados mais concretos e substanciais até à data do próximo Conselho Europeu em Junho de 2015.

⁵³ Conforme consta nas Conclusões do Conselho Europeu, EUCO 217/13, de Dezembro 2013, Bruxelas pp.1.

⁵⁴ Conforme consta nas Conclusões do Conselho Europeu, EUCO 217/13, de Dezembro 2013, Bruxelas pp.2.

⁵⁵ Idem. pp.10.

3.3 Aspetos a Salientar Associados às Iniciativas Desenvolvidas

Após o fim da guerra-fria, a Europa decidiu reduzir os gastos de investimento na área da defesa, devido ao clima de paz que se fazia sentir, implicando reduções drásticas nas Forças Armadas. Assim, esta redução não é algo novo, as circunstâncias em que se operam é que são diferentes.

Enquanto na Europa, os países têm reduzido significativamente os seus gastos na área da defesa, no resto do mundo assistimos a um aumento de 50% no investimento da defesa, com a China a destacar-se com um aumento em 189% e a Rússia 82% (Grand, 2012: 46). Com estes dados, e ainda que a OTAN seja responsável por dois terços dos gastos militares mundiais, é evidente o desafio com que o mundo ocidental se depara ao nível dos assuntos de segurança internacional. Como referenciou o antigo Secretário da Defesa americano Robert Gates, a Europa vive um verdadeiro risco de “desmilitarização”, uma vez que os países já não são capazes de providenciar meios e forças militares para operações da OTAN e da UE⁵⁶. Este é o grande desafio que a Europa enfrenta atualmente, pois os cortes que estão a ser efetuados podem ter resultados a curto prazo, mas não estão a ser ponderados os cenários futuros, onde a criação de novas capacidades exigirá um investimento avultado e superior ao que seria a manutenção dos meios e capacidades já existentes, pois a área da defesa está em constante evolução e aperfeiçoamento, com o “*custo dos novos sistemas de armas a crescerem sistematicamente na ordem de 6-8%*”⁵⁷, como afirma Faleg e Giovannini “*defence capabilities can quickly erode, but are very slow and difficult to rebuild*”(Faleg e Giovannini, 2012: 8).

Como Camille Grand afirma, existem alguns elementos de cooperação bem sucedidos no passado em assuntos de defesa que podem servir como lição para o sucesso da “*Smart Defence*”, porquanto uma cooperação bem-sucedida combina forte vontade política, uma visão clara de partilha do trabalho e ganhos financeiros ou industriais significativos. Outro elemento a ter em conta é o número e as semelhanças entre os países, sendo mais vantajoso

⁵⁶ Discurso do Secretário da Defesa Americano Robert Gates em Bruxelas no dia 10 de Junho 2011: <http://www.defense.gov/speeches/speech.aspx?speechid=1581>. Consultado a 16/10/2013.

⁵⁷ Informação constante nas conclusões do seminário “*O impacto da crise financeira Europeia na Defesa da UE*”: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/docs/pdf/Sem-CriseFinEur_23Nov11-Conclusoes.pdf. Consultado a 10/10/2013.

projetos com um número limitado de países similares (como exemplo, França e Reino Unido, países de Visegrad, países nórdicos). Por último, o tipo de meios a ser partilhado também é um elemento a ter em conta, pois é mais fácil partilhar instalações de manutenção, instalações de treino e facilitadores estratégicos, do que criar dependências em recursos críticos necessários para operações de combate (Grand, 2012: 47).

Embora se afirme que iniciativas como “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*” resultam em benefícios económicos, é necessário que esses ganhos financeiros sejam demonstrados numa base de caso-a-caso, assim como deve haver uma estreita relação e permanente diálogo com a indústria de defesa para que esses ganhos se verifiquem na prática.

As poupanças obtidas no âmbito do P&S e do SD só fazem sentido se constituírem um reinvestimento na área da defesa.

Como afirmou Anders Fogh Rasmussen, Secretário Geral da OTAN, na Cimeira de Chicago de 2012, “*Smart Defence is about deciding not just what we cut, but what keep, and where we place our priorities*”(NATO Review - Chicago Summit Issue, 2012: 5).

Num artigo da edição de julho / agosto de 2011 da revista *Foreign Affairs*, o Secretário Geral da OTAN escreveu: “*Smart Defence is about building security for less money by working together and being more flexible (...) Smart Defence also means encouraging multinational cooperation.*”⁵⁸

Importa salientar que a cooperação entre países não têm obrigatoriamente de considerar a partilha completa de capacidades, pode dizer respeito apenas à partilha de um dos vários vetores que compõem uma capacidade, por exemplo, o processo de aquisição, o treino ou a manutenção dos meios. Para além disso, a cooperação entre países deve começar por áreas pequenas e limitadas e, após o sucesso destas, evoluir para aspectos mais complexos. Outro fator a ter em conta e que determina o potencial sucesso dos projetos, é a paridade dos potenciais económicos dos participantes.

⁵⁸ Artigo do Secretário-Geral da OTAN, Anders Fogh Rasmussen na revista *Foreign Affairs* de Julho/Agosto 2011, pp. 2-6: <http://www.foreignaffairs.com/articles/67915/anders-fogh-rasmussen/nato-after-libya>. Consultado a 10/10/2013.

Como afirma Luís Tomé, a cooperação europeia em matéria de armamentos e capacidades militares não é fácil, pois existem diversos dilemas que o recém conceito de “*Pooling and Sharing*” pretende ultrapassar: países “pequenos” e “grandes” com diferentes realidades em termos militares; os Estados pretendem garantir a sua soberania criando alguma desconfiança e receio na hora de partilha ou cedência de capacidades, existe um tradicional proteccionismo das indústrias de defesa nacionais; e ainda existem alguns líderes de grandes países europeus que consideram que estas medidas de restrições financeiras visam o reforço da Aliança Atlântica (Tomé, 2013).

No dia 22 e 23 de Janeiro de 2014 realizou-se o 170º encontro dos Chefes de Defesa, Comité Militar, em que o debate se centrou no período de transição da OTAN com o fim das operações da ISAF. Neste contexto, a OTAN passou a dar mais atenção à formação e treino do que às operações. Também foram debatidos os vários projectos de “*Smart Defence*” que já se encontram operacionais, assim como a participação dos Estados nos mesmos, sendo todavia um processo lento, pois funcionando com base no princípio do consenso, exige uma concertação de interesses dos Estados.

Alguns dos projetos cooperativos que se têm vindo a desenvolver, não têm revelado progressos significativos como seria de esperar, devido a várias questões, entre elas, as de soberania que se prendem com a necessidade de especialização por parte de alguns Estados para que se possam alcançar economias de escala, como também o denominado problema do “*free-rider*”, em que alguns Estados pretendem obter os benefícios resultantes dessa cooperação sem oferecerem nada em troca (Valasek, 2011).

Tomas Valasek, investigador do Centro para Reforma Europeia criou e defende o conceito de “ilhas de cooperação” como possível forma de aumentar a cooperação entre os EM da UE no âmbito do *Pooling and Sharing* (Valasek, 2011). Mas para que se possa assistir a um sucesso dos projectos, o autor relembra que é necessário que existam diversas características facilitadoras dessa cooperação: similitude das culturas estratégicas, confiança e solidariedade, forças de tamanho e qualidade similar, condições equitativas para as empresas de defesa, clareza das intenções, seriedade das intenções e, ainda, baixo nível de corrupção (Valasek, 2011).

4 A Participação Portuguesa no âmbito da “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”

4.1 Enquadramento Prévio

Aquando da elaboração do plano de dissertação, pretendia para além da obtenção do conhecimento da temática, por via da revisão da literatura (Cap. II) e do estudo das iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE (Cap. III), sedimentar a situação relativamente a Portugal por via da realização de um conjunto de entrevistas a personalidades da área política e militar que tratam/trataram no seu dia a dia estas questões nos diversos fora, quer nacionais, quer internacionais.

Esta abordagem permitiria validar a informação escrita e verificar, com um maior grau de pormenor, a razão de um conjunto de decisões tomadas por Portugal neste âmbito, tendo dessa forma acesso a informação que não se encontra disponível em fontes abertas.

4.2 O Plano de Entrevistas e Respetivo Guião

O plano de entrevistas inicialmente contemplava os responsáveis pelos cargos que se indicam, quer na área política, quer na área militar.

Área Política
Ministro da Defesa Nacional
Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da Republica (PCDN)
Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional
Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa do Ministério da Defesa Nacional
Representante da Delegação da Comissão da União Europeia em Portugal

Quadro 35 - Entrevistas inicialmente planeadas na área política

Área Militar
Chairman do Comité Militar da OTAN
Chairman do Comité Militar da União Europeia
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Quadro 36 - Entrevistas inicialmente planeadas na área militar

Após a elaboração do Guião da Entrevista, face à informação que tinha sido recolhida para o Capítulo II e III, considerou-se que a maioria das questões estavam direcionadas para a realidade portuguesa, pelo que se optou por não entrevistar o Chairman do Comité Militar da OTAN e o Chairman do comité Militar da União Europeia, mas sim o Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE).

O guião da entrevista, ajustado face a um teste de leitura por três especialistas da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi constituído por onze questões, partindo do genérico para o específico, sendo a última questão relativa aos EUA, face ao seu peso enquanto aliado da OTAN.

Apresenta-se na tabela seguinte o guião das entrevistas:

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?
2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?
3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?
4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “ <i>Smart Defence</i> ” e “ <i>Pooling and Sharing</i> ”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?
5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “ <i>Smart Defence</i> ”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?
6 – Que iniciativas no âmbito do “ <i>Pooling and Sharing</i> ” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?
7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?
8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?
9 – Haverá relativamente à “ <i>Smart Defence</i> ” e “ <i>Pooling and Sharing</i> ” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?
10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?
11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN)

quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?
--

Quadro 37 - Questões que constituem o guião das entrevistas

Desta forma face à avaliação atrás referida, o quadro de entrevistas prevista para a área militar foi a seguinte:

Área Militar
Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea

Quadro 38 - Entidades seleccionadas/contactadas para entrevista na área militar

Embora tenham sido efetuados contactos pessoais e por e-mail a solicitar a concessão da entrevista e remetido o guião para todos os responsáveis dos cargos indicados, o resultado alcançado foi o seguinte:

Entidade	Local	Data de Realização	Observações
Ministro da Defesa Nacional			Obtida resposta escrita, submetida por e-mail pelo Chefe de Gabinete, em 17 de Fevereiro de 2014, 12:45
Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República	Assembleia da República	28 Feb de 2014, 11H00	Entrevista Presencial
Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional do Ministério da Defesa Nacional	Ministério da Defesa Nacional – Restelo - Lisboa	17 Jan de 2014, 17H00	Entrevista Presencial
Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa do Ministério da Defesa Nacional	Ministério da Defesa Nacional – Restelo - Lisboa	06 Feb de 2014, 11H30	Entrevista Presencial
Representante da Delegação da Comissão da União Europeia em Portugal			Não foi realizada, tendo sido obtida a seguinte resposta do representante da Delegação: <i>“concluo que as questões que se colocam são mais do âmbito de Portugal enquanto membro da NATO e da EU em matéria de Defesa do que em termos de</i>

Entidade	Local	Data de Realização	Observações
			<i>políticas destas organizações</i> e-mail datado de 23Jan14, 16:01

Quadro 39 - Entrevistas realizadas/respostas obtidas na área política

Entidade	Local	Data de Realização	Observações
Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia	Quartel General da OTAN – Representação Militar Portuguesa - Bruxelas	13 Fev de 2014, 15H00	Entrevista Presencial
CEMGFA – Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas	Estado-Maior General das Forças Armadas - Restelo - Lisboa	20 Jan de 2014, 17H00	Entrevista Presencial
CEMA – Chefe do Estado-Maior da Armada			Obtida resposta escrita, submetida por e-mail pelo Chefe da Divisão de Planeamento, do Estado-Maior da Armada, em 26 de Março de 2014, 17:00
CEME – Chefe do Estado-Maior do Exército			Não foi concedida, conforme e-mail do Chefe das Relações Públicas do Exército, de 24Fev14, 18:32
CEMFA – Chefe do Estado-Maior da Força Aérea	Estado-Maior da Força Aérea - Alfragide	18 Fev de 2014, 09H00	Entrevista Presencial

Quadro 40 - Entrevistas realizadas/respostas obtidas na área militar

4.3 O Posicionamento da Estrutura Política e Militar – Análise das Entrevistas

As entrevistas foram um contributo importante para a elaboração do trabalho e permitiram visualizar de forma pragmática, questões que estão evidenciadas em textos escritos de forma diferenciada.

Permitiram também a validação da questão central e das questões derivadas.

A análise das entrevistas é apresentada abaixo de forma qualitativa/descritiva e também através de quadro síntese, utilizando os seguintes atributos: Sim; Não; Sim e Não; Sim, mas questionando os resultados; Sim, salientando as virtudes dos pressupostos associados à designada “Defesa 2020”; Sim, com reservas em relação a determinados meios; Enumerou os projetos; Indica número de projetos; Fornece lista de projectos; Remete para lista de projetos a fornecer.

Apresenta-se a análise qualitativa/descritiva das entrevistas.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Todos os entrevistados responderam afirmativamente, salientando que a crise económica e financeira traduziu-se na diminuição dos orçamentos da defesa, devido à diminuição dos orçamentos globais, face às medidas de contenção da despesa implementadas pela generalidade dos países da OTAN e UE.

Foram referidos aspectos relacionados com a redução e cancelamento de encomendas, diminuição da aquisição de novos equipamentos, diminuição das capacidades, redução do número de efetivos, publicação de livro branco, crescimento zero na OTAN, criação de novas iniciativas que tragam menos despesa (CFI).

Do ponto de vista político, foi indicado que a reforma em curso em Portugal (reforma 2020), não deve ser entendida como um elemento que apenas serve para dar resposta ao constrangimento financeiro.

Foi salientado que se constata uma desvalorização da defesa e da segurança por parte da população, uma vez que não encaram a defesa como um elemento chave e essencial da sociedade.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Nesta questão todos os entrevistados referiram o facto de se terem verificado cortes gerais nos diversos orçamentos da defesa (investimento e funcionamento), em todos os países, inclusive nos EUA, onde a redução atingiu cerca de 5%.

Indicado que o único país onde não se verificaram cortes foi a Turquia, dado o seu posicionamento geográfico.

Do ponto de vista político, foi salientada a ideia da redução dos orçamentos se constituir como uma oportunidade efetiva para a reestruturação e modernização da defesa.

Referenciado o facto, de um conjunto de países estabelecerem o “*commitement*” de atribuir ao orçamento da defesa uma percentagem anual do PIB.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Nesta questão, embora todos os entrevistados tenham salientado que em Portugal nos termos da designada “Defesa 2020” a orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países da OTAN e UE, desta forma as respostas são positivas e concordantes, verificou-se no entanto que três entrevistados questionaram o resultado desta orientação, uma vez que se quer reestruturar antes de primeiro se construir e criar e que a teoria e prática não coincidem.

Salientado que o processo de reajustamento e cortes em Portugal foi iniciado mais cedo que em outros países, sendo referido que a LPM não tem sofrido qualquer revisão desde a data da publicação da última LPM (2006).

Do ponto de vista político refere-se que a reforma 2020, vem implementar um modelo que responderá ao desafio da mudança, visando obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com impacto no curto, médio e longo prazo.

Salientam-se conceitos como fazer o mesmo com menos dinheiro, menos quantidade mas mais qualidade, reestruturar e reformar com a finalidade de otimizar recursos e o produto operacional.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “Smart Defence” e “Pooling and Sharing”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

As respostas a esta questão não foram consensuais, verificando-se que 5 dos entrevistados colocaram algumas reservas às iniciativas, referindo que são uma resposta entre outras, não as únicas, surgem na altura da crise mas não são uma consequência desta, o impacto ainda não está quantificado e merecem reservas quando se fala de determinado tipo e capacidades.

Um dos entrevistados salienta a necessidade de grande prudência, não só pelo facto de a maioria das vezes os amigos aliados, na Europa, nem sempre o serem noutras partes do mundo, pelo que considerou necessário definir “instrumentos de ação críticos”, que são instrumentos indispensáveis à defesa autónoma do nosso país.

Em termos políticos a resposta é afirmativa, salientando-se que se trata de um novo nível de cooperação entre os respectivos Estados-Membros da OTAN e UE.

Foi salientado que projetos na área da defesa bilaterais ou multilaterais são os mais bem sucedidos, como é o caso do F16 European Participating Air Forces, ou o projeto de construção das fragatas FREMM. Por outro lado foi referido o facto de estas iniciativas apenas beneficiarem os grandes países, com uma indústria de defesa forte, em detrimento dos pequenos países, podendo levar à “ghettização” da produção militar por parte dos grandes países.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “Smart Defence”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Relativamente a esta questão, todos os entrevistados enumeram o conjunto dos projetos que Portugal lidera, Communications and Information Systems E-Learning Training Centers Network e Harbour Protection e aquele que recentemente foi proposto pela OTAN que Portugal assumisse a liderança – Treino e Formação em defesa cibernética.

Alguns dos entrevistados descrevem os projetos enquadrados nas seguintes classificações: projetos sob liderança nacional; projetos com participação ativa nacional, projetos com interesse declarado e projetos com algum interesse declarado, mas sem qualquer tipo de compromisso.

Em termos políticos é apresentada uma listagem exaustiva, com a finalidade do projeto e respetivos participantes, agrupados como se indica: projetos sob liderança nacional;

projetos em que Portugal participa; projetos em que Portugal mantém observação, projetos em que recentemente foi manifestado interesse adicional; projetos em que está em curso a avaliação do interesse nacional.

Um dos entrevistados apresenta um projeto que tem tido alguma expressão em Portugal e que se traduz no treino de helicópteros (Hot Blade), mas este trata-se de uma iniciativa no âmbito da P&S e não da SD.

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

Relativamente a esta questão embora a maioria dos entrevistados enumere um conjunto de iniciativas, verifica-se que nem sempre são as mesmas, prevalecendo em quase todas as respostas a indicação do projeto *Helicopter Training Programme, Maritime Surveillance Network* (liderados por Portugal) e do projeto *Air-to-Air Refueling* (acompanhado com interesse).

As diversas iniciativas são enquadradas da seguinte forma: iniciativas em que Portugal participa no âmbito da EDA e iniciativas que Portugal acompanha, sem qualquer tipo de compromisso.

Em termos políticos é apresentada uma lista exaustiva dos projetos, o seu objetivo, a indicação da liderança e dos restantes países que participam.

Considerando a especificidade da matéria, um dos entrevistados remete para a DGAEID, entidade a quem está atribuída funcionalmente o acompanhamento destas iniciativas e outro remete para lista a fornecer, que à data da conclusão deste trabalho não foi remetida.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

A maioria dos entrevistados concorda que parte destas iniciativas estão mais vocacionadas em termos regionais, uma vez que a proximidade regional facilita a cooperação e são muitas vezes iniciativas de unidade e interesse estratégico muito focalizado.

Como exemplo apresenta-se o caso do BENELUX em relação ao A400M, bem como algumas alianças entre os países nórdicos.

Em termos políticos refere-se que a cooperação regional poderá ser necessária numa fase inicial, mas que os projetos em que Portugal está envolvido vão muito para além da cooperação regional e este modo de ação leva a que a cooperação militar se estabeleça a duas velocidades.

Em relação a Portugal foram referidas situações particulares de cooperação regional com Espanha, Itália e França.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

As respostas a esta questão vão no sentido concordante, sendo referido que existem interesses e atitudes muito diferentes entre os países do Norte e Sul da Europa, que levam a muita prudência no que é partilhável e dessa forma todo o processo será muito lento.

Salienta-se também a dificuldade de conjugar as vontades dos 28 EM da UE, os quais tem diferentes sensibilidades de ameaça, necessidades e interesses, bem como distintas perceções dos seus respetivos papéis no mundo actual, sendo apresentado como um processo político, cultural e social.

Em termos políticos é afirmado de forma categórica que estas iniciativas se enquadram na partilha de responsabilidades, partilha de experiências, na rentabilização das capacidades existentes, mas nunca a partilha de soberania.

Refere-se que existem projetos e projetos, alguns mais sensíveis, mas os que estão em desenvolvimento não são assim tão sensíveis.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Todas as respostas são concordantes, referindo que existem capacidades que não são partilháveis e que relativamente a todo o processo deverá existir alguma cautela. Refere-se que a maioria dos projetos em desenvolvimento no âmbito da SD e P&S não estão nesta área de criticidade.

Salienta-se que a prudência resulta da necessidade de ter as capacidades mínimas definidas como instrumentos de acção críticos, para executar operações autónomas sempre e quando os interesses nacionais estejam em causa. Foram colocadas questões que comprometem a

partilha de capacidades, tais como: onde ficam as capacidades? Que país fica com as capacidades? Em que medida as posso utilizar? Como aceder as capacidades? Em que condições? Onde investir? Onde prescindir?

Em termos políticos a resposta é objectiva e refere que as capacidades que constituem os instrumentos de ação críticos, não são partilháveis e são constituídos pelos meios de reacção imediata, a defesa e vigilância aérea e marítima, a busca e salvamento, o treino e ensino Básico e o apoio sanitário de natureza territorial.

Como exemplo é apresentado o caso dos países bálticos que não dispõem de meios de defesa aérea, como tal, são os estados da OTAN que efetuam o policiamento e vigilância aérea, criando desta forma dependência.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Quatro das respostas apontam no sentido positivo e os restantes pensam que os benefícios não serão significativos, uma vez que o tecido empresarial de defesa é relativamente pequeno.

Salienta-se o facto de a indústria portuguesa desenvolver componentes muito pouco significativos dos projetos, quando considerados no seu todo. Ou seja, Portugal tem estado integrado na produção de sistemas militares, mas como fornecedor de partes e subsistemas, e não, como integrador de sistemas e vendedor final, sendo remetido desta forma para um papel secundário.

Em termos políticos foi referido que se tratou de uma das áreas prioritárias de trabalho no Conselho Europeu de Dezembro de 2013, tendo Portugal contribuído para que fosse decidido que a Europa deva desenvolver uma base tecnológica e industrial de defesa forte, saudável e competitiva, assente nas PMEs.

Relativamente ao projecto da SD “*Harbour Protection*”, existem algumas empresas portuguesas a participar no mesmo, tendo também sido relevado os sistemas integrados e comunicações desenvolvidos pela EID e os sistemas de apoio à decisão operacional, desenvolvidos pela Critical Software.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise

económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

A maioria das respostas é concordante, salientado que o orçamento de defesa dos EUA também sofreu reduções significativas relacionadas com a crise económica e financeira, nomeadamente o *deficit* orçamental das finanças públicas norte-americanas.

No entanto as respostas apontam que a redução não é só motivada pelo *deficit* orçamental das finanças públicas norte-americanas, mas essencialmente pela reorientação estratégica verificada, passando a centrar o seu pólo de ação na Ásia e Pacífico, reduzindo a presença na Europa.

Em termos políticos é indicado que a redução do orçamento atribuído à defesa norte-americana, decorre de dois fatores essenciais, em primeiro a reorientação geoestratégica em direção à Ásia e ao Pacífico, e o segundo, e não em ordem contrária, a crise financeira internacional.

Relativamente à redução militar na Europa, Portugal foi afetado diretamente através da redução do efetivo norte-americano na Base das Lajes.

De seguida apresenta-se o quadro síntese das entrevistas, utilizando um conjunto de atributos.

ENTIDADE /PERGUNTA	DGPDN	CEMGFA	DGAIED	MILREP	MDN	CEMFA	PCDN	CEMA
P1	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P2	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P3	Sim	Sim	Sim, mas questionando os resultados da designada “Defesa 2020”	Sim, mas questionando os resultados da designada “Defesa 2020”	Sim, salientando as virtudes dos pressupostos associados à designada “Defesa 2020”	Sim	Sim e Não	Sim, questionando os resultados da designada “Defesa 2020”
P4	Sim	Sim, com reservas em relação a determinados tipos de meios, apresen-	Sim	Sim e Não	Sim	Sim e Não	Sim e Não	Sim, com reservas

		tados como “instrumentos de ação críticos”						
P5	Enumerou os projetos	Enumerou os projetos	Enumerou os projetos	Indica número de projetos	Enumerou os projetos	Indica projetos relativos à Força Aérea	Fornecer lista de projetos reportado ao ano de 2012	Enumerou os projetos
P6	Enumerou os projetos	Remete para DGAEID	Enumerou os projectos	Enumerou os projetos	Enumerou os projetos	Enumerou os projetos	Remete para lista de projetos que iria facultar	Enumerou os projetos
P7	Sim	Sim	Sim	Sim e Não	Sim	Sim	Sim e Não	Sim
P8	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim, mas nunca a partilha de soberania	Sim	Sim	Sim
P9	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
P10	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
P11	Sim	Sim	Sim	Sim e Não	Sim e Não	Não	Sim	Sim

Quadro 41 - Resultado da análise das entrevistas utilizando um conjunto de atributos

Existem seis questões que obtêm o consenso, quer dos entrevistados da área política e da área militar, ou seja a P1, P2, P7, P8, P9 e P10.

Relativamente à P3 e P4, as quais se centram na reforma da defesa em curso em Portugal (a designada Defesa 2020) e na adequabilidade das iniciativas de P&S e SD respetivamente desenvolvidas pela UE e OTAN, as respostas são em sentido divergente, verificando-se que a área militar questiona e coloca maior prudência e preocupação em relação ao caminho que está a ser percorrido.

Em relação à P5 e P6, tratando-se dos vários projetos existe consenso, tendo sido indicados os mesmos projetos, verificando-se apenas diferenças de pormenor na sua caracterização, consoante os entrevistados.

Quanto à P11, o sentido das respostas também poderá ser considerado convergente, só que justificado por duas razões diferentes, a reorientação geoestratégica e, outra, a crise financeira internacional.

4.4 Projetos em que Participa Portugal

As orientações políticas relativas a esta matéria constam de documento produzido e aprovado pelo Ministro da Defesa Nacional⁵⁹, em 10/04/2012, conforme se transcreve:

“III ORIENTAÇÕES POLÍTICAS

a. Portugal deverá cooperar com outros países (a nível bilateral e/ou multilateral) no sentido de promover o desenvolvimento e a sustentação partilhada de capacidades, tendo em vista:

(1) Garantir a edificação de algumas capacidades num período de fortes restrições financeiras, minimizando custos de investimento e obtendo ganhos na sua sustentação;

(2) Obter retorno nos investimentos já efectuados, através da partilha de capacidades e atividades já existentes, com países que possuam objetivos comuns ou que delas não disponham;

(3) Garantir uma participação nacional adequada, na edificação de capacidades no seio da OTAN e da UE, eliminando duplicações e potenciando o emprego flexível de forças e meios.

b. A procura de parcerias estratégicas com outros países para a edificação de capacidades deverá privilegiar:

(1) A proximidade geográfica e afinidade cultural;

(2) O aprofundamento da política de cooperação regional, no domínio da defesa, já existente, preferencialmente no quadro bilateral;

(3) A integração da Base Tecnológica e Industrial de Defesa Nacional, com prioridade para o incentivo das componentes de Investigação e Desenvolvimento (I&D) de Defesa e para o desenvolvimento e exploração de capacidades com elevado potencial para a exportação;

(4) Países membros de organizações internacionais e multinacionais a que Portugal pertence (preferencialmente da OTAN, UE, CPLP, Iniciativa 5+5).

c. Portugal deverá, em permanência e de forma autónoma, garantir a defesa e a salvaguarda da soberania e do interesse nacionais, através de um conjunto de capacidades militares que permitam a atuação expedicionária nas áreas sob jurisdição nacional, e que se constituem pelos meios de reação imediata, defesa e vigilância aérea e marítima, busca e salvamento e treino e ensino básico.

d. No âmbito de projetos cooperativos, Portugal deve procurar a especialização, desenvolvendo atividades onde detém reconhecida competência, procurando cativar a participação de outros parceiros, numa perspetiva de otimização dos orçamentos da Defesa e na procura de retorno para os inerentes custos de sustentação. Neste

⁵⁹ Conforme ofício n.º 0303, de 14MAR2012, da Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional, que anexa projeto de orientações políticas relativas aos assuntos de “Pooling and Sharing” e “Smart Defence”.

desiderato, e no âmbito do P&S da UE, a Agência Europeia de Defesa (EDA) identificou desde já como potenciais áreas nacionais a explorar, o Combate em áreas Edificadas e a formação de Forças Especiais (nomeadamente, a Formação avançada em Paraquedismo).

e. Tendo em vista uma atuação uniforme, coerente e proficiente, a participação nacional em projetos cooperativos deve ser analisada de forma pragmática, dimensionada à atual realidade nacional, sendo limitada aos que concorrem para colmatar as lacunas de capacidades nacionais identificadas e aos decorrentes dos compromissos nacionais junto da OTAN, identificando-se como prioritárias as áreas de “Counter-Improvised Explosive Devices” (C-IED) e de Pilotagem Avançada.

f. Da combinação de critérios de especialização, priorização e cooperação deverão ser encontradas soluções que permitam uma nova abordagem à edificação e sustentação de capacidades, otimizando-se assim os limitados recursos financeiros.

g. Portugal deverá procurar assumir a liderança de um projeto numa das iniciativas em curso, preferencialmente de entre os que decorram de actividades em curso, ou em áreas onde seja mais viável a obtenção de retorno nos investimentos já efectuados.”

Nesta data no âmbito da SD, Portugal está envolvido em 12 projetos, quatro em cada um dos níveis (“Tier”), liderando dois desses projetos e tendo anunciado em novembro de 2013 que assumirá a liderança de um projeto relacionado com o treino e educação em *Cyber Defence*. Recentemente manifestou o interesse adicional na observação do projeto 2.79 e está em curso a avaliação do interesse nacional no projeto 1.19.

Passam a apresentar-se os projectos referidos no parágrafo anterior.

Os projetos em “Tier I” – Projetos em desenvolvimento em que foi identificada uma “Lead Nation” são os seguintes:

- **1.5 Centers of Excellence as hubs of Education and Training** - Destina-se à coordenação entre Centros de Excelência OTAN na Educação e Treino.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CAN, FRA, LTU, NLD, ROU, SVK, GBR, EST, TUR, CZE, **PRT**, POL

- **1.6 Communications and Information Systems E-Learning Training Centers Network** - (Liderança Portuguesa – ver detalhes ponto 4.5)

- **1.7 Individual Training and Education Programme** - Visa o estabelecimento e coordenação dos programas de educação e treino na OTAN.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CZE, FRA, HUN, ITA, LVA, LUX, NLD, NOR, ROU, SVN, ESP,
GBR, GRC, TUR, LTU, ALB, **PRT**

- **1.28 Harbour Protection** – (Liderança Portuguesa – ver detalhes ponto 4.5)

Os projectos em “Tier 2” – Projectos promissores com participantes identificados que ainda estão para ser lançados (não tem uma “Lead Nation”) são os seguintes:

- **2.6 Maritime Logistics Pool** - Destina-se à edificação de soluções às dificuldades operacionais das lacunas de navios reabastecedores de esquadra que afetam as operações aliadas.

Participantes: CAN, FRA, DEU, GBR, GRC, ITA, LTU, NLD, ESP, USA, ROU, **PRT**

- **2.18 Predicting Collective PGM Demand on Operations** - Destina-se ao Melhoramento e sincronização dos ciclos logísticos de munições guiadas de precisão (PGM).

Liderança: USA

Participantes: NATO: DNK, USA, **PRT**, NLD

Parceiros: AUS

- **2.33 Maritime Situational Awareness-Multinational Information Services** - Destina-se ao desenvolvimento e partilha de informação em ambiente marítimo (Comando e controlo).

Participantes: DEU, **PRT**, NLD, ESP, GRC, NOR, ROU, DNK, FRA, EST, ITA, TUR,
LVA, POL, BGR

- **2.47 Vulcano Ammunition** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades multinacionais afetas a munições navais de alta precisão (127mm).

Liderança: ITA

Participantes: ITA, NLD, TUR, **PRT**

Os projetos em “Tier 3” – Projetos que ainda são apenas ideias de cooperação, são os seguintes:

- **3.92 Technological Systems – Future ATM/CNS Systems Interoperability** - Destina-se ao desenvolvimento de sistemas militares de interface entre ATM/CNS.

Liderança: ATMC

Participantes: BGR, HRV, CAN, EST, DNK, GBR, GRC, HUN, LVA, ITA, LTU, LUX, NLD, NOR, POL, PRT, SVK, SVN, USA

- **3.137 Distributed Training and Exercises** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades de exercícios e treino na Aliança.

Liderança: ACT

Participantes: ALB, BGR, CAN, HUN, ITA, LVA, LTU, LUX, NOR, **PRT**, ROU, SVK, SVN, GBR, GRC, USA, EST, HRV, NLD, POL, TUR

- **3.139 Shared Scenarios** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades elaboração de cenários para exercícios e treino.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CAN, FRA, HUN, LVA, LTU, NLD, NOR, **PRT**, ROU, SVN, GRC, USA, ITA, EST, HRV, TUR

- **3.140 Non-Lethal Capabilities for Harbour and Port Protection** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades não letais na proteção de portos.

Liderança: ACT

Participantes: HUN, ITA, **PRT**, POL

Recentemente foi manifestado interesse adicional na observação do projeto:

- **2.79 Establishment of a Tactical Air Command and Control Training Centre** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades de treino do pessoal afeto aos sistemas táticos de comando e controlo aéreo.

Liderança: DEU

Participantes: DEU, NLD, LTU, EST, SVK, HUN, ITA, LVA, FRA, **PRT**

Está em curso a avaliação do interesse nacional no projeto:

- **1.19 Multinational Logistics Partnership-Fuel Handling** - Destina-se ao desenvolvimento de capacidades logísticas multinacionais afetas ao fornecimento de combustível em teatros de operações.

Liderança: FRA

Participantes: FRA, NLD, GBR, ESP, USA, CAN, CZE, HUN

Nesta data no âmbito do P&S, Portugal está envolvido nos seguintes projetos:

- **Helicopter Exercise Programme (PA-HEP)** - Pretende aumentar a capacidade disponível de helicópteros nas missões da PCSD. Numa primeira fase pretende-se desenvolver o treino de tripulações e prepará-las para missões combinadas em ambientes de elevada complexidade.

Em execução.

Liderança: EDA

Participantes: AT, BE, CZ, DE, EL, FI, HU, IT, LU NL, PT, SE

- **Exercício European Airlift Transport Training (EATF/EATT)** - Área de interesse estratégico a nível nacional e europeu, que permitirá suprir lacunas a nível de transporte tático e estratégico.

Portugal pretende acolher os exercícios em 2015 e 2016.

Liderança: EDA

Participantes: Em preparação

- **European Strategic Multi-Role Tanker Transport Initiative** - A EDA procura uma abordagem global na área do reabastecimento de aeronaves em voo, com três objetivos fundamentais, aumentar a capacidade geral, redução da dispersão da frota e otimização dos recursos disponíveis.

LOI assinada.

Liderança: EDA

Participantes: BE, ES, EL, FR, HU, LU, NL, PO, PT + NO

- ***Military Implementation of SESAR (MIOS)*** - Implementação do programa Single European Sky/Single Air Traffic Management Research com a criação de uma “célula SESAR”

Acordo a assinar brevemente.

Participantes: AT, BE, BG, HR, CZ, EE, EL, FI, FR, DE, IT, LV, LT, LX, NL, PL, **PT**, SK, SI, ES, SE, UK

Liderança: EDA

Participantes: Por definir

- ***Maritime Surveillance Networking (MARSUR)*** - A rede MARSUR possibilita a partilha de informação, seja no modo básico como no automatizado.

Portugal não participa na atual fase, prevendo rever posição em 2014, após apreciação de resultados.

Liderança: EDA

Participantes: FI, FR, IE, IT, MT, NL, PL, **PT**, SE, UK, BE, CY, DE, EL, ES

- ***Diplomatic Clearances for Participants Military Transport Aircraft in their respective National Airspace or Territory (DIC)*** - Acordo técnico relativo às autorizações de sobrevoo por aeronaves militares

Portugal para já não aderiu, mas acompanha o projeto.

Liderança: EDA

Participantes: BE, BG, CY, CZ, DE, EL, NL, RO, SK, SE + NO

- ***Joint Deployable Exploitation and Analysis Laboratory (JDEAL)*** - Reutilização do equipamento utilizado nas operações do Afeganistão.

Portugal participa no projeto e aderiu à LOI. O Programme Arrangement encontra-se em fase de estudo.

- ***Joint Investment Programme on CBRN Protection (JIP-CBRN) within European Framework Cooperation (EFC)*** - Para desenvolver tecnologia e conceitos para as futuras capacidades CBRN (2015 em diante). O programa engloba aspetos de deteção, proteção, descontaminação, desenvolvimento de modelos e simulação.

Projeto aprovado, protocolo em discussão.

Liderança: DE

AT, BE, CY, CZ, DE, ES, FR, IT, NL, NO, PL, **PT**, SE

- ***CIED Training*** - Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM's perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e assegurando a existência de um plano e respetivo staff para Contra-IED em apoio às missões da PCSD. Inclui treino e desenvolvimento de doutrina.

Participação no Centro de Excelência da OTAN.

Liderança: ES

Participantes: AT, EL, ES, FI, HU, IT, IE, LU, LV, PL, **PT**

- ***CIED Systems*** - Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM's perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e desenvolvendo novos sistemas para Contra-IED em apoio às missões da PCSD.

Não iniciado.

Participantes: EL, ES, FI, LU, **PT**

- ***Supply and Basic Logistic for Operations*** - Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação logística às missões.

Não iniciado.

Participantes: CZ, HU, IT, LU, PL, **PT**, SE, SK

- ***Maritime Logistic*** - Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação das missões a partir do mar.

Não iniciado.

Participantes: DE, IT, **PT**

- ***Fixed Wing Aircraft Pilot Training*** - Visa desenvolver um sistema de treino integrado para pilotos, englobando gestão do treino, doutrina, estruturas em terra, aeronaves, planeamento de missões e debriefing, apoio logístico e bases.

Não Iniciado.

Participantes: AT, BE, EL, ES, FI, FR, IT, **PT**, SE

- **Live Firing Áreas** - Projeto abrangente no âmbito das estruturas de apoio e de realização de fogos reais.

Não iniciado.

Participantes: EE, HU, LT, PL, **PT**

4.5 Projectos que Portugal Pretende Liderar/Lidera

No âmbito da SD, nesta data Portugal lidera dois projetos:

- **1.6 – Communications and Information Systems E-learning Training Centers Network** - Destina-se à edificação de uma rede de comunicações e sistema de informação nacional entre os centros de treino da NATO e de cada nação. Participação no Centro de Excelência.

Liderança: **PRT**

Participantes: ALB, GRC, ITA, LVA, NLD, PRT, ROU, GBR, TUR, HRV, POL

- **1.28 Harbour Protection** - Destina-se à edificação de um sistema multinacional de proteção de portos e bases navais.

Liderança: **PRT**

Participantes: NATO: GBR, ITA, PRT, TUR, DNK, ESP, DEU, ROU, FRA, HUN.

Parceiros: SWE, RUS, AUS

Durante a reunião de MDN de 22-23NOV13, o MDN anunciou que Portugal assumirá a liderança de um projeto de SD relacionado com o treino e educação em Cyber Defence, projeto directamente alavancado com a colocação da Escola OTAN de Comunicações & Sistemas de Informação, em Oeiras. Encontram-se em curso os trabalhos de estudo e preparação do referido projeto, o qual será objecto de apresentação formal à Aliança no 1.º trimestre de 2014.

No âmbito das iniciativas de P&S, embora Portugal nesta data não tenha assumido a liderança de nenhum dos projectos, importa salientar os projetos abaixo transcritos, dado o envolvimento⁶⁰ de Portugal:

- ***Helicopter Training Programme/ Helicopter Exercise Programme***. Portugal acolheu com grande sucesso, o exercício Hot Blade em 2012 e 2013 tendo já formalizado a sua intenção de continuar ligado ao projeto nos próximos 10 anos, durante os quais irá receber mais 2 exercícios Hot Blade, procurando, assim, baixar os custos de treino das tripulações e minimizar o contributo financeiro a prestar para o HEP. Portugal acolherá os exercícios de 2014 e 2018;
- ***European Air Transport Fleet (EATF)***. Área de interesse estratégico a nível nacional e europeu, que permitirá suprir lacunas a nível de transporte tático e estratégico, estando estruturado em 3 fases, encontrando-se, neste momento, a decorrer a 1ª fase que abrange treino e exercícios comuns, o último dos quais, o exercício *European Airlift Transport Training 2012* (EATT 2012), realizado na Base Aérea de Saragoça, de 10 a 21 de junho de 2013, e a constituição de *Ad-Hoc Working Groups (Strategy and Development; Diplomatic Clearances; Operations and Training; Tactical Air Transport)* com objetivos diversos que passam pela implementação e aumento da utilização de sistemas de informação, pela exploração dos mecanismos de troca evitando a duplicação de recursos e por iniciativas como exercícios e treinos conjuntos. Por Despacho do MDN, de 30 de Setembro de 2013 foi autorizada a realização do exercício EATT em Portugal, no ano de 2015;
- ***Military Implementation of SESAR (MIOS)***. Na reunião do Comité Director da EDA, ocorrido em formato de Ministros de Defesa em 11 de Abril de 2013, relativamente à implementação do programa *Single European Sky/Single Air Traffic Management Research* (SES/SESAR), foi aprovado o estabelecimento de um Programa de Categoria A "*Military Implementation of SESAR (MIOS)*", criando uma "célula SESAR" que terá como objetivo facilitar o desenvolvimento das diversas tarefas associadas ao Programa. Nesta data, Portugal, através da Força Aérea, encontra-se em fase de *staffing* para a possibilidade de aderir ao *Programme Arrangement* desta iniciativa de Categoria A,

⁶⁰ Conforme apontamento produzido pelo POC P&S da DGPDN, datado de Fevereiro de 2013.

cuja formalização ocorreu a 18 de novembro de 2013. A assinatura do *Programme Arrangement* (PA) está prevista ocorrer em Março de 2014;

- ***Maritime Surveillance* (MARSUR).** Tem contado com a participação ativa da Marinha Portuguesa no desenvolvimento do programa, a rede MARSUR possibilita a partilha de informação, seja no modo básico como no automatizado. No entanto esta partilha é realizada através de uma rede não-classificada e portanto inibidora dos Estados disponibilizarem informação pertinente, normalmente tratada com carácter de confidencialidade.

5 Conclusões

5.1 Resumo das Principais Conclusões

A crise económica e financeira, sentida na Europa a partir de 2008, levou a que alguns países, os que estavam mais vulneráveis às perturbações do sistema financeiro internacional, tivessem que pedir ajuda externa, para poder financiar as suas economias, através da assinatura de memorandos de entendimento, com a Troika, ou seja, Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional.

Dos critérios de convergência instituídos pelo Tratado da Comunidade Europeia, os que tiveram um desempenho mais crítico no conjunto dos países europeus, foram as situações relativas às finanças públicas (défice público anual e a dívida pública) e taxas de juro de longo prazo.

De acordo com o estudo “*The impact of the financial crises on European Defence, 2011*”, publicado pela UE, o indicador relativo ao défice público e dívida pública bruta, excede os valores definidos nos critérios de convergência para a maioria dos países, independentemente de se enquadrarem nas Categoria A, B ou C, ou seja, classificação utilizada no estudo para agrupar os países em função dos seus orçamentos de defesa, contribuições para as capacidades da UE e, também, o tamanho das respectivas indústrias de defesa. Apenas três países estão dentro dos parâmetros estabelecidos para os indicadores (Suécia pertencente à Categoria A e Estónia e Luxemburgo pertencentes à Categoria C).

A análise da situação relativamente aos países que constituem a OTAN, permite constatar também a situação de crise económica e financeira que vêm enfrentando, dado que 22 dos países da UE pertencem também à OTAN e, por outro lado, a informação publicada pela OTAN (Communiqué PR/CP 2012-04-13 047) permite verificar que, em 2011, 15 dos aliados viram o PIB diminuir, atingindo valores negativos em alguns deles. Se nos reportarmos a 2009 essa situação de crise é ainda mais acentuada, pois dos 28 países membros, 26 tiveram um crescimento negativo do PIB.

A análise do peso relativo das despesas da defesa em relação ao PIB no âmbito da UE, permite concluir que 18 países veem diminuir essa percentagem (7 da Categoria A, 7 da Categoria B e 4 da Categoria C). Em relação ao número de efectivos a tendência é semelhante, diminuindo em 11 países, mantendo-se em 9 e aumentando ligeiramente em 7.

Se nos reportamos à OTAN, constata-se que em 18 países se verificou uma diminuição da despesa da defesa em relação ao PIB e que o desajustamento estrutural ao analisarmos a distribuição orçamental por categorias de despesas (Pessoal, Operação e manutenção e Investimento) é grande, apresentando 15 membros da Aliança valores superiores ao padrão definido, 55%.

Relativamente a Portugal foram analisadas as despesas da defesa, no período de 2001 a 2012, com a criação de série pela autora e quando disponível analisada a informação de 2013 e os valores previstos no orçamento para 2014. Procedeu-se a uma análise a preços correntes e a preços constantes, dos diversos orçamentos que financiam a defesa (orçamentos de funcionamento e orçamentos de investimento), designadamente: OE – Orçamento de Estado; PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central; LPM – Lei de Programação Militar; e LPIM – Lei de Programação de Infraestruturas Militares.

Em relação ao OE, foram feitas diversas análises, salientando-se: a variação anual das despesas da defesa, a comparação das despesas da defesa, despesas públicas e PIB, peso das despesas da defesa nas despesas públicas e no PIB em percentagem, PIB por habitante e despesas da defesa por habitante, despesas globais da defesa, e distribuição das despesas por capítulos do MDN.

A análise das despesas da defesa a preços constantes no período de 2001 a 2012, permite concluir que existem ciclos compostos por cerca de cinco anos, em que as mesmas crescem atingindo valores muito idênticos aos valores cinco anos atrás, baixando de seguida no quinquénio seguinte. Essa constatação pode ser evidenciada se nos centrarmos nos anos de 2005 e 2010. Verificamos que as despesas da defesa em relação ao PIB têm apenas uma amplitude de 0,2 %, situando-se entre 1,1 e 1,3 %. Analisado o PIB por habitante e despesas da defesa por habitante, apuramos também um decréscimo para o período. A

análise das despesas por natureza permite também constatar um desajustamento estrutural, estando as despesas com o pessoal acima dos 65% na maioria dos anos.

Se nos centrarmos nas despesas por capítulos, verificamos uma diminuição dos orçamentos do EMGFA, Marinha, Exército e Força Aérea, a favor dos Serviços Centrais do Ministério da Defesa Nacional.

Para os orçamentos de Investimento constata-se igual tendência de decréscimo, sendo de relevar que a LPM já não é revista desde o ano da sua publicação e tem sido anualmente sujeita a reduções (cativações) por via do OE, na ordem dos 45%.

Os efeitos da crise económica e financeira, com expressão na redução dos orçamentos afetos à área da defesa, levaram a que os vários países implementassem planos de redução e reorganização das suas forças armadas, diminuindo o número de efetivos, a estrutura de forças, a redução de capacidades e meios, o cancelamento de encomendas, a recalendarização das aquisições, a redefinição do nível de ambição e participação em missões internacionais, o prolongamento da vida útil dos meios, e a racionalização das aquisições com a finalidade de obter sinergias através da criação de capacidades conjuntas, entre países.

Desta forma, no âmbito da OTAN e com grande relevância na Cimeira de Chicago, em 2012, foram dados passos e iniciados os trabalhos para a implementação da “*Smart Defence*”, que incentiva os Aliados a cooperarem no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares. Nesta data encontra-se sedimentada uma lista de projetos, dividida em três níveis, os denominados “*Tier*”, que identificam o nível de desenvolvimento e integração do projeto, ou seja, no “*Tier 1*” já esta identificada uma “lead nation” e os países que participam já se encontram identificados, no “*Tier 2*”, estão os projetos promissores com participantes identificados que ainda estão por lançar e no “*Tier 3*”, apenas ideias de cooperação.

No âmbito da UE também foi desenvolvida uma iniciativa com o mesmo enfoque, a que se chamou “*Pooling and Sharing*”. Esta iniciativa embora não esteja estruturada da mesma forma que a “*Smart Defence*”, traduziu-se na apresentação de 313 propostas de projetos, as designadas “*Initial Findings*”, reduzidas posteriormente para 229, e que englobam várias

áreas de atuação. Em Novembro de 2011, no *Steering Board* da EDA, foram identificadas e aprovadas diversas áreas de cooperação prioritária, encontrando-se em desenvolvimento um conjunto de projetos.

Para aferir a participação portuguesa nestas iniciativas, SD e P&S, além da informação recolhida por via da revisão da literatura, foram realizadas um conjunto de entrevistas a personalidades das áreas política e da área militar funcionalmente envolvidos com estas questões, quer nas organizações nacionais, quer internacionais.

O guião, validado por três especialistas da Divisão de Planeamento Estratégico Militar do Estado-Maior-General das Forças Armadas, foi utilizado nas dez entrevistas solicitadas/realizadas, verificando-se a realização de 6 (seis) entrevistas presenciais (PCDN; DGPDN; DGAEID; MILREP; CEMGFA; CEMFA), a obtenção por escrito de 2 (duas) respostas (MDN; CEMA), a não concessão de uma entrevista (CEME) e a posição do representante da Delegação da Comissão Europeia, concluindo “*que as questões que se colocam são mais do âmbito de Portugal enquanto membro da OTAN e da UE em matéria de Defesa do que em termos de políticas destas organizações*” e “*estão longe dos temas de política que dominamos*”.

Dos trabalhos de revisão da literatura e das entrevistas, foi possível apurar que Portugal também acolheu e está a implementar projetos no âmbito da SD e iniciativas no âmbito do P&S. Nesta data, no âmbito da SD, Portugal está envolvido em 12 projetos, quatro em cada um dos níveis “*Tier*”, liderando dois desses projetos, e tendo anunciado, em novembro de 2013, que assumirá a liderança de um projeto relacionado com o treino e educação em *Cyber Defence*. Recentemente manifestou o interesse adicional na observação do projeto 2.79 (*Establishment of a Tactical Air Command and Control Training Centre*) e está em curso a avaliação do interesse nacional no projeto 1.19 (*Multinational Logistics Partnership – Fuel Handling*). Em relação ao P&S, embora não tenha assumido a liderança de nenhum dos projetos, participa com grande envolvimento nos seguintes: *Helicopter Training Programme/Helicopter Exercise Programme*; *European Air Transport Fleet (EATF)*; *Military Implementation of SESAR (MIOS)* e *Maritime Surveillance (MARSUR)*.

5.2 Contribuições Teóricas e Práticas a Salientar

A concretização deste trabalho, em termos práticos, permitiu avaliar os impactos da crise económica e financeira que afeta a Europa desde 2008, na Política de Segurança Coletiva, influenciando a área da defesa e criando em relação à mesma alguma vulnerabilidade, a qual pretende ser ultrapassada através das soluções/iniciativas implementadas pela OTAN e UE, soluções que também foram acolhidas por Portugal.

Considerando a metodologia de investigação adotada neste trabalho, o quadro 42, condensa as ações realizadas no cumprimento da mesma ao longo do desenvolvimento da dissertação:

Fase	Etapa	Ações
Ruptura	Pergunta de partida	Esta etapa foi marcada pela familiarização com o tema, tendo sido atendidas sessões de orientação para compreensão do tema a tratar.
	Exploração	De seguida o autor procedeu a leitura de diversa documentação produzida no âmbito da defesa, Anuários Estatísticos, Relatórios Trimestrais e Anuais da LPM, Relatórios do TC, estatísticas publicadas pela OTAN e UE, diversa legislação e artigos relacionados.
	Problemática	Análise das pesquisas realizadas e das entrevistas. Procedeu-se à definição do problema.
Construção	Construção do modelo de análise	Definido o problema, procedeu-se à concetualização das análises e hipóteses a testar.
Verificação	Observação	Foi feita a pesquisa utilizando dados primários e secundários, tendo grande relevância a informação recolhida através das entrevistas.
	Análise das informações	Nesta fase o autor verifica o valor do seu trabalho com a validação, ao analisar os resultados obtidos e as hipóteses formuladas.
	Conclusões	Apresenta o modo como o trabalho foi desenvolvido, os resultados alcançados, as limitações a que esteve sujeito e futuras linhas de investigação, aspetos que não ficaram respondidos.

Quadro 42 - Explicitação do trabalho realizado pelo autor relativamente às diversas etapas do modelo seguido

Em termos teóricos, conforme a tabela abaixo apresentada, permitiu a validação da metodologia inicialmente definida, a qual passou pela identificação do tema, a definição de uma questão central, três questões derivadas e três hipóteses.

Tema	Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação das hipóteses	Resposta à Questão Central
A crise económica e financeira na Europa e o seu	A crise económica e financeira que se verifica na	Qual o reflexo no âmbito da OTAN e UE?	H1 – Verificou-se um decréscimo dos orçamentos afectos à defesa	Face à informação recolhida e constante do	Da realização do trabalho resulta que a crise económica e

Tema	Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação das hipóteses	Resposta à Questão Central
<p>reflexo na Política de Segurança Coletiva: As novas iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE – “<i>Smart Defence</i>” e “<i>Pooling and Sharing</i>”</p>	<p>Europa, teve ou não reflexo na Política de Segurança Coletiva?</p>	<p>Que soluções / iniciativas foram identificadas ao nível da OTAN e UE?</p>	<p>e do número de efectivos militares e militarizados nos países da OTAN e UE.</p> <p>H2 – Foram implementadas iniciativas de cooperação entre os países da OTAN e UE, relativamente ao desenvolvimento, aquisição e manutenção das capacidades militares.</p>	<p>capítulo II – Revisão da Literatura, podemos constatar uma diminuição das verbas afetas à defesa uma vez que, quer no âmbito da UE, quer da OTAN, 18 países viram baixar o peso relativo das despesas da defesa em relação ao PIB (páginas 27 e 33). De igual modo verificamos que o número de efectivos diminui em 11 países da UE e 15 membros da OTAN apresentam um desajustamento estrutural ao analisarmos a distribuição orçamental por categorias de despesa (Pessoal, Operação e Manutenção e Investimento), o que tem levado a medidas de redução de pessoal (páginas 27 e 37) (Validada a Hipótese)</p> <p>Com relevância na Cimeira de Chicago, em 2012, foram dados passos e iniciados os trabalhos por parte da OTAN, para a implementação da “<i>Smart Defence</i>”, que incentiva os Aliados a cooperar no desenvolvimento, aquisição e manutenção de capacidades militares (páginas 65 e 66). Neta data a lista de projetos está sedimentada, encontrando-se à data de 1 de Dezembro de 2013, 147 projetos/propostas ativas. Destas, 67</p>	<p>financeira na Europa, teve reflexos na Política de segurança Coletiva, levando à diminuição dos orçamentos afetos à defesa, quer em termos de funcionamento e investimento, diminuição do número de efectivos, implementação de planos de redução e reorganização da Forças Armadas, redução de meios, cancelamento de encomendas, recalendarização das aquisições, o prolongamento da vida útil dos meios. Levou também à implementação de soluções / iniciativas de cooperação entre países, tendentes à racionalização das aquisições com a finalidade de obter sinergias através da criação de capacidades conjuntas. Estas soluções / iniciativas foram materializadas nos projetos de SD e P&S. A terminar, salienta-se que a crise traz consequências e dependências em termos da existência de reais capacidades, devido à partilha e também pelo facto de não se estar a efectuar a manutenção dos sistemas como necessário.</p>

Tema	Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação das hipóteses	Resposta à Questão Central
				propostas encontram-se no “Tier 3”, 53 propostas no “Tier 2” e 27 projetos já estão em curso “Tier 1”. Existem dois projetos que já se encontram finalizados (página 68). Em relação à UE também foram desenvolvidas iniciativas com o mesmo enfoque, a que se chamou “ <i>Pooling and Sharing</i> ”. Encontram-se identificados 229 projetos (página 78). (Validada a Hipótese)	
		Que soluções / iniciativas foram acolhidas por Portugal enquanto membro da OTAN e UE?	H3 – Portugal também acolheu e está a implementar projetos no âmbito das soluções / iniciativas desenvolvidas pela OTAN e UE	A revisão da literatura e o resultado das entrevistas permitiu identificar que Portugal está envolvido em 12 projetos no âmbito da SD, liderando dois deles (página 103) e participa ativamente em 4 projetos de P&S (página 109). (Validada a Hipótese)	

Quadro 43 - Validação da metodologia definida

5.3 Limitações do Estudo e Sugestões para Futura Investigação

Como principais limitações do estudo, refiro a inexistência de séries estatísticas, nomeadamente em termos orçamentais para o período inicialmente definido no projeto de dissertação, ou seja, 1990 a 2012. Essa situação foi ainda mais gravosa quando se pretendeu analisar os dados da despesa da OTAN e da UE, tendo-se constatado pela existência de séries de 5 anos para a UE (2005 a 2010) e 9 anos para a OTAN, sendo o último ano valores estimados de 2011.

Relativamente à UE, embora tenham sido feitos contactos com a responsável da unidade que procede a atualização da informação (European Union – External Action – Head of

Policy & Planing Unit), à data da conclusão deste trabalho ainda nem todos os países tinham fornecido os dados.

Outra limitação teve que ver com o facto de nem toda a informação relacionada com estas matérias, se encontrar disponível em fontes abertas. Muita da informação produzida, destina-se a utilização exclusiva das nações, verificando-se inclusive que alguma da documentação é classificada com graus de segurança definidos pela OTAN e UE, não estando por isso acessível, não podendo ser manuseada por quem não está devidamente credenciado, nem ser referenciada neste tipo de trabalhos.

Como sugestões para futura investigação, centrada no tema desenvolvido e nos resultados obtidos, apresento os seguintes títulos:

- Quais as potencialidades de cada projeto em que participa Portugal, no âmbito da “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, para o respetivo ramo das Forças Armadas;
- Análise de um projeto específico (SD ou P&S), começando por identificar a razão da sua apresentação (identificação da necessidade), a definição dos requisitos militares (convergência/divergência de interesses ao nível dos participantes), produção (sinergias/poupanças em termos de custos), sinergias na operação e manutenção e interoperabilidade;
- Análise da participação do tecido empresarial português, nos projetos definidos no âmbito da SD e P&S. Há ou não diferenças para os projetos liderados por Portugal e naqueles em que participa. Qual o efeito económico induzido pelos mesmos;
- Analisar quais as capacidades que os países (membros da OTAN e UE) consideram não partilháveis, utilizando os instrumentos de acção críticos definidos por cada um. Perceber quais as razões dessas escolhas e até que ponto estão condicionadas pelo posicionamento na OTAN/eu e na Europa e pela influência no quadro global.

Bibliografia

Livros e Publicações

- Anónimo (2011), Conclusões Seminário “*O impacto da crise financeira Europeia na Defesa da UE*”, Lisboa. Disponível em: http://www.aip.pt/irj/go/km/docs/eurodefense/docs/pdf/Sem-CriseFinEur_23Nov11-Conclusoes.pdf.
- Ashton, Catherine (2013), *Preparing the December 2013 European Council on Security and Defence. Final Report by the High Representative/Head of EDA on the Common Security and Defence Policy*, Bruxelas: EEAS.
- Barcikowska, A. (2013), “*Securing the future of European defence*”, ISSUE Alert, Nº 25, Paris: Institut d'Etudes de Sécurité de l'UE. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu>.
- Biscop, S. (2013), “*The European Council and Defence: The State of our Ambition*”, Policy Brief, Nº20, Oslo: Norwegian Institute of International Affairs (NUPI). Disponível em: <http://english.nupi.no/>.
- Biscop, S. e Coelmont, J. (2011), “*Pooling and sharing: From Slow March to Quick March?*”, em Security Policy Briefs, No. 23, Bruxelas: EGMONT-The Royal Institute for International Relations. Disponível em: <http://www.egmontinstitute.be>.
- Biscop, S. e Coelmont, J. (2012), “*Military Capabilities: From Pooling & Sharing to a Permanent and Structured Approach*”, em Security Policy Briefs, Nº 37, Bruxelas: EGMONT-The Royal Institute for International Relations. Disponível em: <http://www.egmontinstitute.be>.
- Constantinescu, M. (2011), “*Defense and Security Effects of the Economic Crisis*”, Journal of Defense Resources Management, No.2 (2), Brasov: Journal of Defense Resources Management. Disponível em: <http://journal.dresmara.ro>.
- Darnis, J.-P. (2013), “*The European defence industry's future: how European?*”, Policy Paper, Nº 67, Madrid: FRIDE.

Dickow, M. et al. (2011), Marcin, “*Weimar Defence Cooperation –Projects to Respond to the European Imperative*”, Les Notes de L’IRIS, Paris: Institut de Relations Internationales et Strategiques.

EDA (2012), *Code of Conduct on Pooling & Sharing*, Bruxelas: EDA.

EDA (2012), *Defence Data: EDA Participating Member States in 2011*, Bruxelas: EDA.

EDA (2012), *EDA’s Pooling & Sharing, EDA fact sheet*, última actualização Março 2012, Bruxelas: EDA.

EDA (2013), *Defence Data in 2011*, Bruxelas: EDA.

Faleg, G. e Giovannini, A. (2012), “*EU Defence Policy after Chicago: Going Smart?*” em CEPS Commentary, Londres. Disponível em: <http://www.ceps.eu>.

Faleg, G. e Giovannini, A. (2012), “*The EU between Pooling & Sharing and Smart Defence. Making a virtue of necessity?*”, em CEPS Special Reports, Nº 61, Bruxelas: Centre for European Policy Studies. Disponível em: <http://www.ceps.eu>.

Ferreira Nunes, I. (2013), *A Política Externa E De Segurança Comum E O Conselho Europeu De Dezembro 2013*, Idn Brief, Lisboa: IDN

Ferreira, J. A. (2013), “*Uma outra abordagem ao programa SmartDefence da OTAN – Uma hipótese ambiciosa para Portugal. Um Centro de treino conjunto e integrado da OTAN*” em *Jornal de Defesa e Relações Internacionais*, Lisboa.

Gates, R. M. (2011), “*The Security and Defense Agenda (Future of NATO)*”, OTAN, Bruxelas, 10 Junho 2011. Discurso. Disponível em: <http://www.defense.gov>.

Grand, C. (2012), “*Smart Defense*” em *Smart Defense and the Future of NATO: Can the Alliance Meet the Challenges of the Twenty-First Century?*, Conference Report and Expert Papers, Chicago: The Chicago Council on Global Affairs.

Grand, C. (2013), “*Pooling and Sharing: conditions for long-term success*”, Bruxelas: Fondation Pour La Recherche Stratégique.

- Hammond, P. (2012), “*NATO: The Case for Collective Defense in the 21st Century*”, Atlantic Council, Washington, 5 Janeiro 2012. Discurso. Disponível em: <http://www.atlanticcouncil.org>.
- Hazelzet, H. (2013), “*The added value of CSDP operations*”, ISSUE Brief, Nº 31, Paris: Institut d'Etudes de Sécurité de l'UE. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu>.
- Hildreth, S.A. e Ek, C. (2011), “*Missile Defense and NATO's Lisbon Summit*”, CRS Report for Congress, Washington: Congressional Research Service, Disponível em: <http://www.loc.gov/crsinfo/>.
- House of Lords - European Union Committee (2012), *European Defence Capabilities: lessons from the past, signposts for the future*, HL Paper 292, Londres: Authority of the House of Lords. Disponível em: <http://www.publications.parliament.uk>.
- Hox, J. J. e Boeijs, H. R. (2005), “*Data Collection, Primary vs Secondary*”, em Encyclopedia of Social Measurements, volume 1, Philadelphia: Elsevier, pp. 593 – 599.
- Kempin, R. (2013), “*How to maintain hard capabilities in times of budget cuts?*”, Policy paper, Nº66, Paris: Notre Europe Jacques Delors Institute.
- Kempin, R. (2013), “*How to maintain hard capabilities in times of budget cuts?*”, Policy Paper, Nº 66, Madrid: FRIDE.
- Keohane, D. (2013), “*Strategic Priorities for EU Defence Policy*”, Policy Paper, Nº 63, Madrid: FRIDE.
- Kington, T. e Müller, A. (2011), “*Italy, Germany Make Their Own Pacts*”, em Defense News, Washington. Disponível em: <http://www.defensenews.com>.
- Kothari, C. R. (2005), *Research methodology: methods & techniques*, 2nd edition, New Delhi: New Age International.
- Laar, M. (2012), “*How austerity is deepening Europe's crisis*”, Europe's World, Nº21, Bruxelas, pp.30-35. Disponível em: <http://europesworld.org>.

- Lawrence, A. (2011), “*Europe’s Defence in Times of Economic Crisis, Diplomaatia*”, Diplomaatia, Nº89, Tallin: International Centre for Defence Studies & SA Kultuurileht. Disponível em: <http://www.diplomaatia.ee/>.
- Major, C., Mölling, C. e Valasek, T. (2012), “*Smart but too cautious: How NATO can improve its fight against austerity*”, Centre for European Reform, Londres. Disponível em: <http://www.cer.org.uk>.
- Marrone, A. (2012), “*Defence Spending in Europe in Light of the Economic Crisis*”, IAI Working Papers, Nº 1227, Roma: Istituto Affari Internazionali. Disponível em: <http://www.isn.ethz.ch>.
- Ministério Federal da Defesa da República Federal da Alemanha (2011), *Germany: Defence Policy Guidelines 2011*, Berlim. Disponível em: http://www.nato.diplo.de/contentblob/3150944/Daten/1318881/VM_deMaiziere_180511_eng_DLD.pdf.
- Mölling, C. (2012), “*Pooling and Sharing in the EU and NATO*”, em SPW Comments, Nº. 2012/ C18, Berlim: Stiftung Wissenschaft und Politik (German Institute for International and Security Affairs – SWP). Disponível em: <http://www.swp-berlin.org>.
- Mölling, C. e Brune, S.-C. (2011), *The impact of the financial crisis on European Defence*, Policy Department Directorate-General for External Policies, Bruxelas: European Parliament.
- Moreira, A. (2010), “A Crise, a Segurança, a Mudança”, em Estudos Século XX, n.º 10, Coimbra: pp. 16-29.
- Mulin, J. (2012), “*Pooling and Sharing is an art not a science*”, Issue May – July 2012, European Defence Matters, Bruxelas: EDA, pp. 12-14.
- Nogueira, J. M. F. (2013), “*A Cimeira de Chicago*”, Revista de Marinha, Lisboa. Disponível em: <http://www.revistademarinha.com>.

Norton-Taylor, R. (2012), Philip Hammond: army will lose regiments and rely more on reserves, *The Guardian*, 7 Jun. Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk>.

Novotný, A. (2012), “Smart Defence – A New Way Of Looking at The Capabilities of the Alliance, em: Majer, M. – Ondrejcsák, R. – Tarasovič, V. (eds.): Panorama of global security environment 2012. Bratislava: CENAA, pp. 155-167

O’Donnell, C. M. (2013), “*Time to bite the bullet on European defence*”, Centre for European Reform, Londres. Disponível em: <http://www.cer.org.uk>.

OTAN (2012), *Chicago Summit Declaration*, Bruxelas: OTAN

OTAN (2012), *NATO Review – Chicago Summit Issue*, Bruxelas: OTAN.

OTAN (2012), *Summit Declaration on Defence Capabilities: Toward NATO Forces 2020*, Bruxelas: OTAN.

Pintat, X. (2013), “*From Smart Defence to Strategic Defence: Pooling and Sharing from the start*”, Defence and Security Committee Report, NATO Parliamentary Assembly, Bruxelas: OTAN

Pisani-Ferry, J. (2011), “*How to Stop Fragmentation of the Eurozone*”, Bruxelas: Bruegel. Disponível em: <http://www.bruegel.org>.

Pooling and Sharing, German-Swedish initiative Food for Thought Paper, November 2010, Berlin and Stockholm, European Imperative Intensifying Military Cooperation in Europe “Ghent Initiative”

Quivy, R. e Campenhoudt, L.V. (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais Trajectos*, 1ª ed., Lisboa: Gradiva.

Rasmussen, F. A. (2011), “*NATO After Libya, The Atlantic Alliance in Austere Time*”, Foreign Affairs, July/August 2011 Issue, Nova Iorque. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com>.

Saunders, M. L. P. e Thornhill, A. (2009), *Research Methods for Business Studentes*, 5th^a edition, Harlow: FT Prentice Hall.

- Savković M. (2012), “*Europe's Defence in Times of Austerity: Spending Cuts as a One-Way Street?*”, Belgrado: Belgrade Centre for Security Policy (BCSP). Disponível em: <http://www.bezbednost.org>.
- Silverman, D. (2013), *Doing Qualitative Research: A Practical Handbook*, 4th edition, SAGE.
- Sousa, M. J. e Baptista, C. S. (2011), *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios Segundo bolonha*, Lisboa: Factor.
- Tardy, T. (2013), “*Partnering in crisis management: ten years of EU-UN cooperation*”, ISSUE Brief, Nº 30, Paris: Institut d'Etudes de Sécurité de l'UE. Disponível em: <http://www.iss.europa.eu>.
- Techau, J. (2013), “*Will Europeans ever agree on the use of military force?*”, Policy Paper, Nº 65, Madrid: FRIDE.
- Teixeira, N. S. (2012), “*European Defense: past legacy, present changes, future challenges*”, EUI working paper RSCAS 2012/2013, Robert Schuman Centre for Advanced Studies Global Governance Programme, Florença: European University Institute.
- The Chicago Council on Global Affairs (2012), *Smart Defense and the Future of NATO: Can the Alliance Meet the Challenges of the Twenty-First Century?*, Conference Report and Expert Papers, Chicago: The Chicago Council on Global Affairs.
- Thomas, R. M. (2003), *Blending qualitative & quantitative research methods in theses and dissertations*, Thousand Oaks, California: Corwin Press.
- Tomé, J. (2013), “*Pooling and Sharing europeu – processo, necessidade e dilemas*”, em Janus 2013, Lisboa, pp. 166-167.
- Topala, O. (2011), “*How Common is CSDP? Solidarity and Mutual Defence in the Lisbon Treaty*”, ESR Briefing 4, Bruxelas: ISIS Europe.

Valasek, T. (2009), “*What the economic crisis will mean for European defence*”, Centre for European Reform, Londres. Disponível em: <http://www.cer.org.uk>.

Valasek, T. (2011), “*Governments need incentives to pool and share militaries*”, Centre for European Reform, Londres. Disponível em: <http://www.cer.org.uk>.

Valasek, T. (2011), “*Surviving austerity. The case for a new approach to EU military collaboration*”, Centre for European Reform, Londres. Disponível em: <http://www.cer.org.uk>.

Witney, N. (2013), “*Where does CSDP fit in EU Foreign Policy?*”, Policy Paper, N° 64, Madrid: FRIDE.

Youngs, R. (2011), “*European foreign policy and the economic crisis: what impact and how to respond?*”, Working paper, N°111, Madrid: FRIDE.

Legislação Portuguesa

Decreto-Lei n.º 215-A/2004. D.R. I Série-A. N.º 208 (2004-09-03) 5912-(2)-5912(9).

Despacho n.º 5408/2004. D.R. II Série. N.º 67 (2004-03-19) 4244-4247.

Lei n.º 50/98. D.R. I Série. N.º 188 (1998-08-17) 4012-4013.

Lei n.º 91/2001. D.R. I Série-A. N.º 192 (2001-08-20) 5352-5369.

Lei n.º 5/2001. D.R. I Série-A. N.º 264 (2001-11-14) 7216-7220.

Lei n.º 4/2006. D.R. 1ª Série. N.º 166 (2006-08-29) 6232-6235.

Lei n.º 66-B/2012. D.R. 1ª Série. N.º 252 (2012-12-31) 7424-(42)-7424(240).

Lei n.º 37/2013. D.R. 1ª Série. N.º 113 (2013-06-14) 3274-3299.

Lei Orgânica n.º 3/2008. D.R. 1ª Série. N.º 173 (2008-09-08) 6247-6250.

Resolução da Assembleia da República n.º 84/2012. D.R. 1ª série. N.º 127 (2012-07-03) 3379-3386.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013. D.R. 1ª Série. N.º 77 (2013-04-19)-2285-2289.

Documentos oficiais da União Europeia

Comissão Europeia (2009), Directiva 2009/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Maio de 2009, *relativa à simplificação das condições das transferências de produtos relacionados com a defesa na Comunidade* (Texto relevante para efeitos do EEE), Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:32009L0043:PT:NOT>

Comissão Europeia (2009), Directiva 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho de 13 de Julho de 2009, *relativa à coordenação dos processos de adjudicação de determinados contratos de empreitada, contratos de fornecimento e contratos de serviços por autoridades ou entidades adjudicantes nos domínios da defesa e da segurança, e que altera as Directivas 2004/17/CE e 2004/18/CE* (Texto relevante para efeitos do EEE), Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:216:0076:0136:pt:PDF>.

Comissão Europeia (2013), *Towards a more competitive and efficient defence and security sector*, COM(2013) 542 final, Bruxelas

Conselho Europeu (2003), *A Secure Europe in a better world - European Security Strategy*, Bruxelas.

Conselho Europeu (2013), *Conclusões do Conselho Europeu*, EUCO 217/13, Bruxelas

Defence Efforts Attempt of intrnational comparison, 2010 Edition, most comparisons focus on implemented budgets, eurodefense-france@wanadoo.fr.

União Europeia (1997), *Tratado da Comunidade Europeia*.

União Europeia (2010), *Tratado de Lisboa*.

União Europeia (2013), *Governança Económica da União Europeia*, Bélgica: Serviço das Publicações.

Documentos oficiais da Organização do Tratado do Atlântico Norte

Public Diplomacy Division, Press Release Communiqué de Presse - PR/CP 2012-04-13 047,
, Financial and Economic Data Relating to Nato Defence, B-1110 Bruxelles
Belgique, 2012.

Smart Defence. *Annex B – Project & Proposal - to DI(STR)(2012)0008 REV26 Updated
01 December 13*. Bruxelas, 2013.

Normas, manuais, regulamentos, circulares e directivas

Despacho n.º 006/CEMGFA/2013. Estado-Maior-General das Forças Armadas.
Orientações para a revisão do Conceito Estratégico Militar. Acessível no EMGFA,
Lisboa, 2013.

Dicionário da Língua Portuguesa (2003) 1ª edição, Porto: Porto Editora.

Diretiva Defesa Nacional – 2012. Presidencia del Gobierno Espanhol. Por una defensa
necesaria, por una defensa responsable. Madrid, 2012.

Relatórios científicos e técnicos

Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2005. Ministério da Defesa Nacional, Secretaria-
Geral. Lisboa, 2007.

Anuário Estatístico da Defesa Nacional – 2010. Ministério da Defesa Nacional, Secretaria-
Geral. Lisboa, 2012.

Conta Geral do Estado – Ano 2010. Ministério das Finanças e da Administração Pública,
Direcção-Geral do Orçamento. Lisboa, 2011.

Documento de Estratégia Orçamental – 2011 – 2015. Ministério das Finanças. Lisboa,
2011.

Relatório n.º 22/2012 – 2.ªS. Tribunal de Contas. *Auditoria de acompanhamento
permanente da LPM – Lei de Programação Militar*. Lisboa, 2012.

Relatório de Execução da Lei de Programação Militar – Ano 2007. Ministério da Defesa Nacional, Direcção-Geral de Armamento e Equipamentos de Defesa, Núcleo de Acompanhamento da execução da LPM. Lisboa, 2008.

Relatório de Execução da Lei de Programação Militar – Ano 2008. Ministério da Defesa Nacional, Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, Núcleo de Acompanhamento da execução da LPM. Lisboa, 2009.

Relatório de Execução da Lei de Programação Militar – Ano 2011. Ministério da Defesa Nacional, Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, Núcleo de Acompanhamento da execução da LPM. Lisboa, 2012.

Relatório de Execução da Lei de Programação Militar – Ano 2012. Ministério da Defesa Nacional, Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa, Núcleo de Acompanhamento da execução da LPM. Lisboa, 2013.

Cartas, ofícios e circulares

Bruxelas . European Defence Agency – Ofício n.º 2013/03-PPU 2013-12-19. *2012 Defence Data – Publication of National Data*. Acessível na EDA, Bruxelas, Bélgica.

Portugal. Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa (DGAEID) – Ofício n.º 508. 2013-02-06. *Execução Anual da Lei de Programação Militar para 2013*. Acessível na DGAEID, Lisboa, Portugal.

Portugal. Direcção-Geral de Política de Defesa Nacional (DGPDN) – Ofício n.º 0040. 2012-01-11. *Apontamento relativo ao encontro do Diretor da DGPDN, com o Adido de defesa Americano e o Conselheiro Político da Embaixada dos EUA em Lisboa*. Acessível na DGPDN, Lisboa, Portugal.

Portugal. DGPDN – Ofício n.º 0303. 2012-03-14. *Projeto de orientações políticas relativos aos assuntos de “Pooling and Sharing” e “Smart Defence”*. Acessível na DGPDN, Lisboa, Portugal.

Portugal. DGPDN – Apontamento datado de 2013-02. *“Pooling & Sharing” – Principais Desenvolvimentos*. Acessível na DGPDN, Lisboa, Portugal.

Seminários

IDN International Seminar “European Defense in the Context of the European Council of December” 16 e 17 Outubro 2013, IDN, Lisboa.

Consultas na Internet

Estados Membros da União Europeia. [em linha]. Disponível na internet: http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados-membros_da_Uni%C3%A3o_Europeia.
[Consultado em 20/12/2013].

Europa – Legislação e publicações. [em linha]. Disponível na internet: <http://eur-lex.europa.eu/homepage.html?locale=pt>. [Consultado em 10/12/2013].

Europa, Síntese da Legislação da União Europeia. [em linha]. Disponível na internet: http://europa.eu/legislation_summaries/other/125014_pt.htm. [Consultado em 20/12/2013].

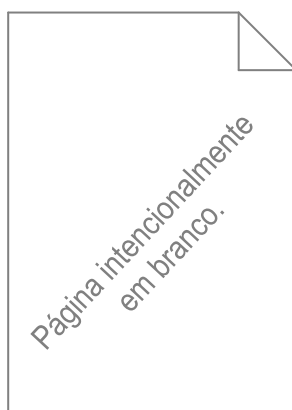
European Defence Agency. [em linha]. Disponível na internet: <http://www.eda.europa.eu/>. [Consultado em 10/12/2013].

Fundação Robert Schuman.. *Centro de Estudos sobre a Europa*. [em linha]. Disponível na internet: <http://www.robert-schuman.eu/>. [Consultado em 12/12/2013].

Governos Constitucionais – Governo de Portugal. *Programas do Governo*. [em linha]. Disponível na internet: <http://www.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais.aspx>. [Consultado em 04/12/2013].

NATO – Homepage. [em linha]. Disponível na internet: <http://www.nato.int/cps/en/natolive/index.htm> [Consultado em 20/11/2013].

Stockholm International Peace Research Institute. *Military Spending and Armament*. [em linha]. Disponível na internet: http://www.sipri.org/research/armaments/milex/milex_database [Consultado em 04/12/2013].



Anexo A1 - Entrevista realizada ao Diretor-Geral de Política de Defesa Nacional – Dr. Nuno Pinheiro Torres – Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 17 de Janeiro de 2014, 17H00

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Sim. A crise económica e financeira que abala a Europa teve reflexos, nomeadamente com o decréscimo dos orçamentos de estado, situação que se reflectiu na redução e cancelamento de encomendas, na diminuição de aquisição de equipamentos, assim como no cancelamento de investimentos programados que acabaram por não se realizar. No caso específico de Portugal, e face à situação vivida de dependência externa em termos de financiamento, verificaram-se cortes impostos pela TROIKA, exigindo esta uma redução do nível da despesa nas várias áreas que compõem o estado, não ficando a defesa de fora, o que obrigou a uma reformulação significativa de vários projectos. O reflexo que a crise económica e financeira trouxe à Política de Segurança Coletiva foi transversal aos vários países da UE, tendo França publicado o livro branco o qual de entre as várias medidas tomadas, se destaca com evidência a redução do número de efetivos. Também Inglaterra anunciou uma redução significativa do número de pessoal quer ao nível civil quer militar. No campo da OTAN e fazendo referência ao facto de a Força Internacional de Assistência para a Segurança no Afeganistão (ISAF) ter como data de término o final de 2014, nesta linha de orientação e devido aos efeitos da crise verificou-se a criação das Connected Forces Initiative (CFI) como forma de redireccionar os meios e gastos associados a esta missão para outras capacidades e investimentos. Esta iniciativa permite criar uma força bem equipada, preparada, composta por várias nacionalidades e capaz de operar eficientemente, verificando-se também na Europa ações conducentes à redução da despesa por efeitos da crise. A título de exemplo indico o exercício que se encontra em preparação e se realizará em 2015 (HVE – High View Exercise 2015) e que terá como anfitriões Portugal, Espanha e Itália.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

A crise económica e financeira levou a que se verificassem cortes gerais nos diversos orçamentos em todos os países, tal como já tinha referenciado na resposta anterior, sendo disso exemplo França e Inglaterra. Esses cortes nos orçamentos da defesa são também evidentes nos EUA com uma redução de cinco por cento na despesa, assumindo o valor de 525 mil milhões de dólares.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos

à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Em Portugal tem sido significativos os cortes na área da defesa, verificando-se inclusive que este processo de reajustamento e cortes foi iniciado em Portugal mais cedo do que em outros países. Os efeitos da crise económica e financeira têm sido sentidos de uma maneira geral em todos os países, quer membros da OTAN e UE, com excepção da Turquia (país membro da OTAN) que por sua vez tem aumentado os investimentos na área da defesa.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Sim. Estas iniciativas vêm permitir a possibilidade de obter sinergias e a redução dos gastos através da partilha dos custos. No entanto, não há milagres e não sendo uma solução cabal é sim, uma resposta entre outras. Estas iniciativas têm um impacto pequeno pois são projetos que tiveram início à dois ou três anos e ainda se encontram na sua fase inicial só sendo possível obter resultados daqui a 10 anos. Para além disso, o nível de sucesso dos projetos listados nestas iniciativas depende em grande medida do grau de empenhamento dos Estados, assim como da vontade de cooperação e partilha, o que por vezes não se verifica em diversas áreas (capacidades militares). Enquanto europeísta defendo a necessidade de uma integração política na UE, o que inevitavelmente levaria há criação de uma defesa única assim como uma política comum externa. Através da defesa única, seria possível reduzir gastos em equipamentos e meios, uma vez que seriam eliminadas as multiplicações de capacidades que existem. Mas, não seria uma tarefa fácil, uma vez que actualmente, embora existam projetos de aquisição de equipamentos conjuntos, por diversos Estados com a finalidade de reduzir os custos, esta tarefa a maior parte das vezes não é conseguida e os custos acabam por aumentar, pois cada Estado exige especificações próprias para os meios adquiridos, originando custos de manutenção muito elevados. A título de exemplo refiro como projetos de cooperação entre os Estados, o “Air-to-Air Refuelling” e ainda os UAV de média dimensão. Estes e outros projetos desenvolvidos em conjunto podem trazer benefícios para os Estados, contudo, o interesse nacional continua a prevalecer, levando a que os estados grandes queiram atrair para si os investimentos e os projetos, de modo a alimentar a sua indústria de defesa, deixando os estados mais pequenos à margem.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “*Smart Defence*”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Portugal tem estado empenhado neste processo e participa em vários projetos, destacando-se o “Harbour Protection” e o “Communications and Information Systems E-Learning Training Centers Network” projetos que Portugal lidera. Também têm sido desenvolvidas démarches no âmbito da iniciativa de Ciberdefesa, projeto no qual Portugal demonstra um especial interesse, tendo ocorrido e estando programadas um conjunto de reuniões e apresentações no início deste ano, relacionadas com essa intenção.

6 – Que iniciativas no âmbito do “*Pooling and Sharing*” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

De entre estas iniciativas destaco o projeto “Helicopter Training Programme”, “Maritime Surveillance Network” enquanto iniciativas lideradas por Portugal e a “Air-to-Air Refuelling” como um projeto que Portugal tem acompanhado com interesse.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Concordo. Este tipo de iniciativas têm um pendor mais regional. Como exemplo deste tipo de cooperação podemos apontar os países BENELUX, com a aquisição de aviões A400M, assim como respetiva manutenção e sustentação dos equipamentos em conjunto. Para além da questão geográfica enquanto fator facilitador na criação de cooperações entre estados, também as questões culturais têm importância, dando exemplo os países nórdicos, onde as suas características quer em termos de dimensão quer ao nível militar é idêntica e a partilha de meios está mais evidenciada. No entanto, considero que estas iniciativas são pequenos passos que os estados têm dado de modo a obter uma maior cooperação entre eles.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

Sim. A posição geográfica e a questão da “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, e uma vez que Portugal é soberano em determinadas áreas que não prescinde, entre elas, a busca e salvamento e também a vigilância marítima, estes processos podem ter um desenvolvimento mais lento em algumas iniciativas.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

O modo como estas iniciativas estão a ser desenvolvidas, ou seja, os projetos não são vinculativos pelo que desta forma, os Estados decidem participar ou não consoante as necessidades e lacunas que pretendam preencher. Como exemplo refiro o caso do projeto “Air-to-Air Refuelling” que não põe em causa a soberania dos Estados e ainda permite aos Estados passarem a poder contar com a existência deste meio, até então apenas disponível nos EUA. É necessário contudo alguma prudência face a certos projetos, no entanto os mesmos não põem em casa a soberania dos Estados uma vez que estes são livres de aderir ou não. Contudo, quando falamos no desenvolvimento de capacidades comuns e sua respetiva utilização, estas sim, podem ser postas em causa e necessitam de uma maior prudência uma vez que surgem questões como “como aceder às capacidades?”, “em que condições?”, “que país ficará com que capacidade?”. Entendo face à questão em análise que a União Europeia necessita de uma maior integração política, com consequentes implicações em termos da defesa através da criação de uma defesa única, assim como de uma política externa comum.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Para Portugal o impacto será pequeno uma vez que o tecido empresarial na área de defesa é relativamente pequeno com tendência a diminuir. Portugal poderá sentir alguns benefícios, contudo não serão significativos. As empresas devem mostrar quem têm capacidades e que são competitivas de modo a conseguirem ganhar os projetos. A análise do desenvolvimento de capacidades comuns, permite verificar que a indústria de defesa Portuguesa desenvolveu componentes muito pouco significativas dos projetos quando considerados no seu todo.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Sim. Também os EUA foram obrigados a reajustar o seu orçamento de defesa, devido aos efeitos provocados pela crise económica e financeira. Contudo, estes fazem reajustamentos diferentes e de outra grandeza face aos efectuados pela Europa. A mudança do seu centro estratégico para a Ásia/Pacífico não tem por base os efeitos da crise económica e financeira mas sim a nova dinâmica mundial, com a insurgência de novas regiões e estados enquanto potências militares. Neste contexto insere-se a região da Ásia/Pacífico, como região em conflito, destacando-se a China como potência militar regional. Assim, os EUA consideram fundamental a sua presença na zona, em vez de manter as tropas na Europa, região em paz e onde já não há guerras convencionais.

Anexo A2 - Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas – General Luís Evangelista Esteves de Araújo – Estado-Maior General das Forças Armadas, Av. Ilha da Madeira, Restelo, 20 de Janeiro de 2014, 17H00.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Para começar, diria antes política de segurança cooperativa e não coletiva, uma vez que no mundo atual, a génese da palavra coletiva já não se adequa, pois quase desapareceu, após a queda do muro de Berlim em 1989. A única vez que foi enunciada após o fim da guerra-fria em 1989, através do artigo 5º da OTAN, foi na sequência do ataque de 11 de Setembro de 2001 às Torres Gémeas de Nova Iorque. Após este considerando e respondendo à pergunta, claro que sim, a crise económica e financeira que abala a Europa terá consequências na área da defesa, nomeadamente menos investimentos, e com isto refiro-me mais especificamente à aquisição de novos equipamentos. Ainda não se sentem, verdadeiramente, esses reflexos, mas vão sentir-se.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Os efeitos da crise económica e financeira na área da defesa traduziram-se em orçamentos mais modestos em todos os países. Dos 28 países que constituem a OTAN, 22 são estados comuns às duas organizações, OTAN e UE. Os cortes orçamentais são evidentes, quer em termos de orçamentos de investimento quer de funcionamento. Também os EUA reduziram, drasticamente, os seus orçamentos de funcionamento.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Sim, Portugal tem sentido esse efeito, e exemplo disso é a LPM, Lei de Programação Militar, a qual tem sido sujeita a diversos cortes, sendo notório o impacto na redução dos investimentos. Em relação a LPM, verifica-se que não sofreu qualquer processo de revisão desde 2006 (Lei Orgânica n.º 4/2006, de 29 de Agosto), data da publicação da última LPM, ao contrário do que está legislado, que indica que deve ser revista de dois em dois anos.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “Smart Defence” e “Pooling and Sharing”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

O conceito “Smart Defence” deveria antes ser designado “Smarter Defence”, pois a designação oficial indicia que a anterior era desadequada. Estas duas iniciativas, “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” surgem na altura da crise mas não são uma consequência desta. Os políticos manifestam simpatia por estes dois conceitos, querendo utilizá-los como possível solução para a situação que se vive atualmente. Nesta conjuntura, os países mais pequenos têm que ser prudentes na utilização destas duas iniciativas e projetos a elas associados. É evidente que, estes dois conceitos beneficiam, principalmente, os países detentores de indústrias na área da defesa, sendo por isso, os principais interessados na realização e concretização de determinados projetos. Mais uma vez digo que os países têm que ter prudência, quando estão em causa instrumentos fatores considerados essenciais à sua defesa. Como CEMGFA defini os “instrumentos de ação críticos”, que são os instrumentos indispensáveis à defesa autónoma do nosso país, destacando, neste âmbito, a Força de Reação Imediata (FRI), uma força preparada para, num curto espaço de tempo, intervir em qualquer cenário de operações onde os interesses nacionais possam estar em causa. Há certos “instrumentos” que são indispensáveis aos países, pois “os nossos amigos e aliados na Europa, nem sempre o serão noutras partes do mundo”. Ainda que a Europa seja um espaço de livre circulação de pessoas, bens, serviços, as “fronteiras” continuam a existir nas nossas mentes e os interesses nacionais podem ser, eventualmente antagónicos. Mas, respondendo concretamente, as iniciativas de “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” são uma resposta adequada, mas não a única resposta. Os projetos comuns são importantes e interessantes, desde que os países participem desde o seu início, e não sirvam apenas para aquisição de equipamentos. A participação nestes projetos não deve ser entendida como uma contrapartida, mas sim, como uma participação industrial nas áreas deficitárias do país. Uma vez mais digo que Portugal deve ser prudente em relação às iniciativas “Smart Defence” e “Pooling and Sharing”, tendo sempre presente os interesses nacionais.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “Smart Defence”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Na “Smart Defence”, Portugal participa em vários projetos, liderando os projetos “Harbour protection” e “Communications and Information Systems E-Learning Training Centers Network”, e demonstra um especial interesse e participação em projetos relacionados com a Ciberdefesa.

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

Tratando-se de matéria atribuída funcionalmente à DGAIED – Direcção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa, remeto esta questão para o Director-Geral da DGAIED, Major-General Manuel de Matos Gravilha Chambel.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Recordo o conceito da OTAN “Regional Focus”, onde a base de ação e cooperação se centra no posicionamento geográfico, ou seja, muito focado ao nível regional. Esta ideia está muito presente nos países nórdicos, não só pela semelhança na dimensão como também na sua própria cultura. Exemplos disso são, a cooperação entre a Bélgica e a Holanda e mais a Norte da Europa, a cooperação militar entre a Dinamarca, a Noruega e a Suécia. Como disse, acima de tudo, é necessária muita prudência, deve haver cooperação, mas é essencial identificar uma correta atribuição de funções, de forma a existir uma cooperação e igualdade adequadas, face à dimensão dos países. A cooperação entre estados deve existir naquilo em que identificamos interesse, mas sempre com atenção e prudência.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

É essencial existir cooperação entre os países, mas para se alcançarem resultados satisfatórios nos projetos de cooperação, é inevitável existir uma confiança mútua profunda. A Europa, só será Europa, quando um açoriano se preocupar com o que se passa na Dinamarca e vice-versa. Até lá, cada pessoa é cidadão de um determinado país. Como é sabido, existem interesses e atitudes muito diferentes entre os países do Norte e do Sul da Europa, e por sua vez, os países do Sul, debatem-se com problemas de natureza variada, em consequência da situação estratégica nos países do Norte de África e na banda do Sahel. Considero que a situação atual nos países do Sul da Europa, impõe atitudes que requerem muita atenção e prudência nas decisões que se relacionam com a problemática da segurança da defesa.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Como já referi, e repito, temos de ter “instrumentos de ação críticos”, e a arte consiste em saber quais são. Não são partilháveis e destinam-se a executar operações autónomas sempre e quando os interesses nacionais estejam em causa.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Só pode ser assim. Não faz sentido, sequer, ser de outra maneira. A participação de um país em projetos cooperativos só deve concretizar-se, quando estiverem, claramente identificadas vantagens nessa participação, e desde o início, isto é desde a fase de projeto. Só, assim, terá mais-valias ao nível do tecido empresarial, podendo com isso trazer projetos de grande envergadura para o seu país, gerando riqueza e postos de trabalho, a par de transferências de tecnologias e de aquisição de conhecimentos sustentados nessas novas tecnologias.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Antes de mais é necessário compreender a posição geográfica dos EUA e a sua localização no globo. Quando nós olhamos para um mapa, estamos habituados a ver a Europa no centro do Mundo, mas quando estive a fazer uma comissão de serviço nos EUA, a primeira vez que olhei para o mapa exposto no gabinete, era diferente, tinha “outra geografia”, os EUA estavam no centro, onde eu estava habituado a ver a Europa. E, olhando para o mapa, é notório que os EUA são uma potência marítima, têm o oceano atlântico de um lado, mas não nos podemos esquecer que também têm o oceano pacífico do outro. Sempre tentaram estar presentes um pouco por todo o mundo, nomeadamente nos locais onde mais lhes interessa. Os EUA nunca esqueceram o Pacífico e a Ásia – as duas Coreias, o Japão, a própria China. Anteriormente os EUA estavam mais atentos e interessados nos acontecimentos que ocorriam na Europa, porque era onde poderia surgir o perigo, neste caso a ex-União Soviética. Atualmente, a Europa tem outros problemas, mas o cenário de conflito generalizado não existe. Neste contexto, os EUA alteraram o seu foco de atenção para a Ásia, onde tudo está em mudança e a uma velocidade vertiginosa. Também os EUA têm sido atingidos com a crise, e como tal, terão de proceder a ajustamentos orçamentais. Assim, irão, decerto, reduzir as suas forças mas não vão sair, não vão abandonar a Europa, querem antes forçar a Europa a ser mais responsável pela sua própria segurança e investir mais em defesa. Não nos podemos esquecer que as nações são constituídas por indivíduos, e o ser humano, na sua génese, é egoísta, e como tal, as nações são egoístas. Assim sendo, o interesse particular, neste caso, os interesses nacionais terão, sempre, tendência a prevalecer sobre os “interesses coletivos”.

Anexo A3 - Entrevista realizada ao Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa – Major-General Manuel de Matos Gravilha Chambel – Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 06 de Fevereiro de 2014, 11H30.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Sim, a crise económica e financeira teve impacto, manifestou-se numa obrigação dos países definirem qual “a percentagem do PIB que vão afetar a segurança e defesa”, e essa definição compromete os países. É necessário efetuar mudanças, criar alternativas. O facto de antes do surgimento real da crise os orçamentos para a defesa já vinham a sofrer reduções e consequentemente a gestão dos meios já estava a ser afetada. Com a declaração da crise a situação agravou-se e as iniciativas que se possam criar são circunstanciais e não resolvem! Há capacidades que já estavam com lacunas e nestas circunstâncias agravaram-se e para as readquirir na sua plenitude vai levar muito mais tempo, do que o tempo que se levou a perdê-las.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Tem-se verificado um “commitement” por parte dos países de ter uma determinada percentagem do PIB alocado à defesa. Esse “commitement” pode ser pouco, mas se há investimento então é útil. Em Portugal, há muito menos investimento e parte dos montantes que eram destinados a investimento são canalizados para sustentação. Ou seja, um menor investimento tem levado a que não sejam edificadas um conjunto de capacidades, caminhando-se para uma situação de rutura.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Na minha opinião pessoal e não enquanto Diretor-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa, a “Defesa 2020” é mais uma proposta que contempla demasiados aspetos teóricos e pouco aderentes à realidade, uma vez que na prática não se verificam alterações substanciais. Desde que me encontro a exercer estas funções, o Ministério da Defesa já foi reestruturado 3 vezes, resultando numa menor eficácia e nem sequer houve ganhos em termos de eficiência. Estamos em rutura de recursos. É necessário primeiro construir e criar para só depois reestruturar.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Perante o cenário de crise económica e de cortes orçamentais na área da defesa, uma cooperação mais eficiente poderá passar pela harmonização e definição conjunta de requisitos militares, bem como pela constituição de projetos colaborativos de investigação e desenvolvimento, de construção e aquisição de bens e tecnologias militares e de apoio logístico.

Considera-se que Portugal tem muito a ganhar com as potenciais possibilidades de Smart Defence (SD) e Pooling & Sharing (P&S), dado que, se por um lado, os constrangimentos orçamentais condicionam a aquisição e a utilização de determinados equipamentos, por outro lado, estes constrangimentos proporcionam um contexto favorável à partilha de capacidades, ou seja, à utilização de sistemas ou equipamentos sem deter efetivamente a sua propriedade, nem os inerentes elevados custos de sustentação, garantindo ainda um elevado grau de interoperabilidade. As iniciativas de SD e P&S existentes são exemplos de projetos cooperativos nos quais a continuidade e consolidação da participação de Portugal é desejável e vantajosa.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “*Smart Defence*”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

No âmbito dos projetos “Smart Defence” da OTAN e conforme consta do respetivo catálogo, o interesse nacional é o seguinte:

Projetos sob liderança nacional:

- Communications and Information Systems Training Centers Network;
- Harbour Protection.

Projetos com participação ativa nacional:

- Centers of Excellence as hubs of Education and Individual Training;
- Individual Training and Education Programme.

Projetos com interesse declarado:

- Defence AIDS Suite;
- Maritime Logistics Pool;
- Predicting Collective Demand and Operations;
- Maritime Situational Awareness- Multinational Maritime Information Services;
- Multinational Integrated Command and Control (NN ICC);

- Technological Systems: future ATM/CNS Systems Interoperability 3.137 – Distributed Training and Exercises;
- Non-Lethal Capabilities for Harbour and Port Protection;
- Shared Scenarios.

Projetos com algum interesse declarado, mas sem qualquer tipo de compromisso:

- Multinational Logistics Partnership - Fuel handling;
- Vulcano Ammunition;
- Establishment of a Tactical Air Command and Control Training Centre.

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

Portugal participa nas seguintes iniciativas do âmbito da EDA:

- European Strategic Multi-Role Tanker Transport Initiative;
- Helicopter Exercise Programme (Portugal acolheu em 2013 e acolherá em 2014 e 2018 os Exercícios HotBlade);
- Maritime Surveillance Networking;
- Single European Sky ATM Research;
- Joint Investment Programme on CBRN Protection;
- Supply and Basic Logistic for Operations;
- Maritime Logistic;
- Fixed Wing Aircraft Pilot Training;
- Live Firing Areas;
- CIED Training;
- CIED Systems.

Portugal acompanha, sem qualquer tipo de compromisso, as seguintes iniciativas:

- Cyber Defence;
- European Air Transport Fleet (Portugal revela-se disposto a acolher os exercícios de treino);
- Unmanned Aircraft Systems;

- Remotely Piloted Aircraft Systems;
- Ammunition;
- Ground Mobility Assurance;
- Satellite Communications;
- Naval Education and Training.

A posição nacional sobre as áreas cooperativas encontra-se perfeitamente clarificada. Refira-se que o interesse no acompanhamento destas e outras iniciativas tem vindo a ser avaliado com base nas prioridades de capacidades identificadas pelas Forças Armadas. Os projetos de P&S não enquadrados naquelas prioridades, apesar de puderem merecer o apoio político, não deverão comportar o envolvimento nacional direto, para que se mantenha o foco no que é essencial, privilegiando a qualidade em vez da quantidade.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

É uma tendência natural que a participação nas iniciativas seja feita de uma forma adequada e sustentada, fomentando a existência de forças multinacionais, tirando partido de alinhamentos regionais já existentes, criando sinergias em termos de interoperabilidade e partilha de custos.

Portugal apoia as sinergias, entre iniciativas bilaterais, sub-regionais, europeias e multilaterais. Exemplo desse apoio é encontrado no “position paper” assinado entre os Ministérios de Defesa de Portugal, Espanha e Itália e no “position paper” assinado entre o MDN e o MNE, ambos enquadrados na preparação do Conselho Europeu de dezembro de 2013. Em ambos os documentos é patente a perspetiva regional da cooperação existente entre as várias missões de PCSD e são considerados os desafios atuais que envolvem áreas como a ciberdefesa, marítima, energia e espaço, obrigando a uma ligação entre todas estas dimensões, de forma a ser dada uma resposta cabal às mesmas.

Um exemplo de sucesso de uma iniciativa com grande pendor regional é o treino de helicópteros, nomeadamente a iniciativa Helicopter Exercise Programme da Agência Europeia de Defesa, relativamente ao qual Portugal acolheu, com enorme sucesso, o exercício HotBlade 2012 e 2013, sendo que o mesmo irá acontecer em 2014 e finalmente em 2018.

Temos desenvolvido algumas iniciativas com Espanha, Itália, França as quais nesta data tem resultado em reuniões para concertar posições. Portugal quando entra e participa nos programas, fá-lo com qualidade e liderança. Temos vários nichos e somos bons em variadas questões que podíamos explorar.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

A posição geográfica de Portugal na charneira atlântica sempre constituiu uma mais-valia em relação aos restantes países atlânticos e regiões do mundo ligadas por mar, com as quais Portugal possui profundas ligações culturais. O Conceito Estratégico de Defesa Nacional, compreende entre os seus elementos fundamentais a valorização do posicionamento atlântico e a proteção do amplo espaço marítimo e dos recursos sob jurisdição nacional. Foi, aliás, essa importância geográfica que colocou Portugal entre o reduzido número de países membros fundadores da OTAN e é essa especificidade que nos permite oferecer à União Europeia um relevante contributo para a Política de Segurança e Defesa Comum.

Obviamente que a “soberania partilhada” requer confiança mútua face à difícil conjugação das vontades dos 27 EM, os quais possuem diferentes sensibilidades de ameaça, necessidades e interesses, bem como, com distintas perceções dos seus respetivos papéis no mundo atual, realidade que tem dificultado o normal desenvolvimento e otimização das iniciativas, sejam de âmbito marítimo, aéreo ou terrestre.

Não obstante, é unânime a necessidade de proteção do espaço marítimo da União Europeia por onde passa cerca de 90 % do seu comércio externo. A utilização dos nossos portos por mercadorias destinadas a mercados estrangeiros será, pois, um meio de incrementar a contribuição de Portugal para a União Europeia, e como tal de nos tornarmos mais relevantes, neste caso através da valorização do nosso posicionamento geoestratégico.

Com esse objetivo, a Estratégia de Segurança Marítima (Security Strategy for the Global Maritime Domain) providenciará uma aproximação integrada à área da segurança marítima baseada na análise estratégica da liberdade de movimento em mares e em pontos de estrangulamento internacionais, nomeadamente das questões relativas ao tráfico, emigração, terrorismo e segurança climática.

9 – Haverá relativamente à “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Portugal deve defender que tanto as iniciativas de SD como as de P&S traduzem-se em oportunidades de desenvolvimento de capacidades efetivas, credíveis e empregáveis a longo termo em missões e operações, sendo para isso necessário desenvolver uma postura de confiança e cooperação entre os EM, devendo ser assumido que apesar de uma crescente integração de capacidades poder levar à interdependência dos respetivos instrumentos militares, serão sempre salvaguardados aqueles que se entendam como capacidades de ação crítica inalienáveis ou partilháveis, acautelando-se também aspetos de soberania.

Não diria preocupações, mas alguma cautela.

Estes mecanismos são extremamente atrativos para os países e organizações que dispõem de maiores recursos e que, sobretudo, têm maiores capacidades. Para estes, o SD/P&S é uma excelente forma de conseguirem escoar produtos mas também de colaborar na edificação de capacidades.

Naturalmente que não nos podemos esquecer que do outro lado está alguém a quem surgiu uma necessidade, cujo caráter de urgência pode ser variável, mas que viu a sua necessidade satisfeita num prazo mais curto (expectavelmente, vejamos o exemplo do transporte estratégico) e a um custo (expectavelmente) mais baixo.

Ou seja, uma solução de “aparente” win-win.

Mas naturalmente que os recursos mais críticos não serão partilháveis. Não podemos esperar que tudo seja partilhado! Portanto, teremos de acautelar minuciosamente aquilo que podemos partilhar e aquilo que os outros parceiros têm para partilhar. Não podemos esquecer que estamos a falar, na maioria das vezes, de material militar cuja classificação de segurança poderá, em última análise, comprometer um estado.

Por outro lado, há que acautelar também a parte legal das transferências deste tipo de material.

Pensamos que temos soberania, mas com a lacuna de capacidades na prática não temos soberania. Soberania é considerada pelo facto de ter 50 capacidades mas todas parciais? Isto é o mesmo que não ter soberania. Há uma evidente perda de soberania com as capacidades parciais/partilhadas.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Sem dúvida que sim. Temos de mobilizar cada vez mais a indústria nacional para ter um papel ativo na cadeia logística e da produção de sistemas militares ou de duplo uso com interesse para a defesa.

Tipicamente, Portugal tem estado integrado na produção de sistemas militares, mas como fornecedor de partes e subsistemas, e não, como integrador de sistemas e vendedor final. Naturalmente que isto remete para um papel secundário, embora não o devamos considerar um papel menos relevante ou menos dignificante.

A constituição de “clusters” tecnológicos nacionais, integrados em redes internacionais, e a especialização inteligente (Smart Specialization) são apontados, pela comissão europeia, como fatores essenciais de desenvolvimento do tecido empresarial, tecnológico e académico.

Um recente estudo encomendado pela Agência Europeia de Defesa identifica um elevado número de barreiras que limitam as oportunidades de cooperação, como sejam, o desejo de preservar os interesses nacionais, o receio de comprometer a segurança da cadeia logística dos equipamentos ou a necessidade de manter a soberania sobre as suas operações e sobre os seus meios militares.

Todos estes fatores nos tocam e, de facto, encontramos algumas evidências de que nem sempre resultam como esperado (como é o caso dos grandes programas europeus nomeadamente o A400M). Mas também encontramos evidências de sucesso (Fragatas tipo M, F-16, etc.) e mostramos sempre a nossa abertura, sendo essencial que as entidades

supranacionais que promovem estas iniciativas tenham em conta critérios como: A possibilidade de adquirir e operar equipamentos a preços “razoáveis” por todos os estados; A possibilidade de preservar e/ou desenvolver as competências nacionais; A cooperação política para ultrapassar impedimentos legais.

Portanto, encontramos aqui uma série de fatores cujo alinhamento favorável permitirá trazer benefícios e desenvolver as infraestruturas tecnológicas nacionais, seja na área puramente de defesa, como na área do duplo uso.

Com o declínio dos orçamentos de defesa e com a fragmentação dos mercados europeus, levando a uma desnecessária duplicação de capacidades e despesa, arriscando a própria Europa a perder especialização crítica bem como autonomia e áreas chave, torna-se cada vez mais premente reforçar a competitividade e a capacidade de inovação no setor da indústria, vital para a garantia de segurança como base sólida das capacidades da defesa. Em consequência, torna-se necessário a definição de prioridades na ótica da despesa que deverá ser feita de forma sensata procurando por isso, aumentar a cooperação e um uso mais eficiente dos recursos.

Neste contexto, Portugal deverá acompanhar e participar em capacidades, num período de fortes restrições financeiras, minimizando custos de investimento e obtendo ganhos na sua sustentação, privilegiando o envolvimento das PME cujas capacidades possam ter aplicação ao nível da indústria de defesa, bem como privilegiando a nossa vocação marítima.

O reforço da BTIDE é uma prioridade como forma de fazer frente aos desafios futuros que se colocam, pelo desenvolvimento da política industrial, pelo apoio à competitividade (standards híbridos) e pelo apoio às PME, consideradas impulsionadoras da inovação através da especialização seja pelo acesso aos fundos estruturais que permitem o desenvolvimento de capacidades, seja pela criação de “centros regionais de excelência” onde são partilhadas atividades de investigação e inovação aproveitando-se, de forma mais abrangente, as sinergias civis e militares. É na área das PME que Portugal poderá vir a beneficiar, face à constituição do atual tecido empresarial, ajudando a reduzir a tendência para a concentração das indústrias de defesa, num número reduzido de EM.

O problema das Pequenas e Médias Empresas (PME) é que muitas vezes são acarinhadas e incentivadas a participar contudo nem sempre o incentivo à sua participação é bem-intencionado, pois grandes empresas por vezes pretendem facilitar actividade mas não como parceiros. Na minha opinião o tecido empresarial terá benefícios mas para isso as PME têm que ganhar dimensão, associando e consorciando-se para trabalhar com o grande tecido empresarial europeu. Mas a nível nacional a capacidade de cooperação é difícil, pois existe um sentimento individualista muito demarcado.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Os EUA mesmo em crise, gerem melhor o processo de defesa, fruto de uma cultura institucional diversa. Os EUA são uma superpotência e como tal o seu interesse é global,

contrapondo-se a um interesse europeu limitado ao espaço europeu e suas fronteiras, ou seja, um interesse regional. No caso dos EUA a sua presença é global, e mesmo quando esta presença não se faz sentir com meios e capacidades próprias no terreno de forma prática, tem parceiros. A Europa por sua vez nunca desenvolveu projetos cooperativos de impacto global, pois não é esse o seu interesse. Os interesses são diferentes, e como tal as ações também serão diferentes. A questão de defesa é algo sensível, e na Europa, o cidadão olha para os orçamentos de defesa como orçamentos de despesa e não como orçamentos de investimento. Ainda que estejam a ser gastos recursos financeiros, está a ser utilizado para criar e manter capacidades e meios considerados essenciais para a manutenção da soberania de um Estado.

Anexo A4 - Entrevista realizada ao Tenente-General João Luis Ramirez Carvalho Cordeiro, Chefe da Missão Militar Portuguesa junto da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia, OTAN Headquarters, Bruxelas, 13 de Fevereiro de 2014, 15H00.

Antes de iniciar a entrevista, gostaria apenas de dizer que a defesa e segurança sai caro, mas é algo essencial para todos os países e também para a soberania de um Estado.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Sim. Surgiram os livros brancos franceses, ingleses, holandeses que visam contrariar e colmatar as dificuldades e restrições económicas e financeiras que se têm vindo a sentir. Houve necessidade de se proceder a ajustes. A OTAN a partir de 2012 estabeleceu crescimento 0, ou seja, um orçamento mais baixo que a inflação, obrigando à reestruturação de estruturas e redução de pessoal. Temos verificado o aparecimento de várias iniciativas para contrariar a crise e o seu efeito. A capacidade de resposta das forças militares tem sido adaptado à conjuntura actual, verificando-se uma redução e diminuição do investimento, sustentação e treino das forças. O conjunto dos países da União Europeia entre 2001 e 2010 gastaram 60 mil milhões de euros na defesa, mas esta despesa é vista como um investimento. Atualmente, existe uma multiplicidade de ameaças em várias partes do globo exigindo uma adequação às circunstâncias. Os meios estão mais caros e estamos mais dependentes da defesa, e para reestruturar e reformar é necessário investir pois é uma área que exige muitas peculiaridades.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Sim. Todos os Estados têm efetuado cortes, procurando reajustar estruturas, e chegar à forma mais adequada de como responder às mesmas necessidades mas com menos meios. Há necessidade de reorganizar funcionamento, investimento e operações, as três grandes áreas de defesa. Também os países onde existe superavit têm efetuado cortes, como é o caso da Alemanha, pois está ligado à importância que o país dá a esta área, ou seja, a defesa.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Sim. Cada país alinhou consoante cultura e estruturas. O objetivo principal é fazer o mesmo com menos dinheiro. Como tal, Portugal efectuou a revisão do conceito estratégico, identificando quais os interesses permanentes e quais os interesses estruturais. Contudo, embora definido o conceito estratégico, assim como delineada a designada “Defesa 2020”, qual será a ligação entre os dois? Será que os meios, objectivos e designação vão bater certo? Pergunto, a Defesa 2020 onde leva? Ninguém sabe. E na prática como vai ser? Quais os meios, quais as necessidades?

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “Smart Defence” e “Pooling and Sharing”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Sim e não. Sim, uma vez que é um instrumento/mecanismo que pretende conseguir economias de escala, mais eficiência e eficácia na produção de capacidades militares. Não é um conceito novo. Na Força Aérea Portuguesa (FAP) já existe há vários anos, nomeadamente através do European Participation Air Forces (EPAF), e que se tem traduzido num grande sucesso. A meu ver, estas iniciativas são uma resposta, uma possibilidade. Não, pois há uma relutância por parte das nações na questão da soberania, e penso que levará muito tempo a ser ultrapassada, se é que algum dia será verdadeiramente ultrapassada. Importa também referir que são maiores os custos por não se ter as capacidades do que para as manter. Alguns países querem arranjar soluções através de frameworknations, ou seja, os ditos grandes querem seguir o seu interesse e depois os mais pequenos ir atrás. Há que ter em conta, que a especialização não é uma questão fácil, pois de certa forma limita o campo de ação de um país. Assim, penso que estas iniciativas não são a solução adequada, pois variam consoante contexto. Os estados devem ser co-produtores de defesa e segurança.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “Smart Defence”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Relativamente aos diversos projetos, enquanto há projetos que acompanhamos de longe com regularidade, mas não participamos, há outros, em que Portugal participa mas de forma light, e há ainda outros, os quais lideramos. No caso da Smart Defence destaca-se essencialmente o projeto de ciberdefesa, que Portugal tem mostrado um grande interesse e empenhamento neste projeto, tentando aprender com a Estónia. Para além deste, lideramos 3 projetos.

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

O principal objetivo destes programas é a não duplicação de meios assim como flexibilizar os meios com uma maior rentabilização. No âmbito do Pooling and Sharing existem 11 projetos aprovados pelos 27 Estados-Membros participantes da EDA (European Defence Agency). Destes, destacam-se o treino de helicópteros, em que Portugal poderá ter uma maior participação. Ainda no ano passado foi realizado em Portugal o exercício “Hot Blade” e teve muito sucesso, mostrando a efectiva interoperabilidade dos meios, o que levou a EDA a escolher Portugal novamente como o destino de realização do exercício deste ano. Outro projeto que Portugal tem participado mas de forma light, é o European

Air Transport Fleet, relativamente ao qual vamos realizar um exercício em 2015. Portugal também mostrou interesse em participar no Air-to-Air Refuelling através de uma carta de intenções, contudo, ainda falta definir, a que nível, como e que compromissos assumir. Considero que Portugal tem tido mais retorno em termos de iniciativas no âmbito de Pooling and Sharing do que ao nível da NATO, onde os custos são superiores aos benefícios. Outro exemplo claro de sucesso e que Portugal tem beneficiado é o FRONTEx.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Sim e não. Considero que o cariz regional é forte sim, e em determinadas áreas é mais vantajoso, como é o caso do EUROMARFOR. No entanto, há muitos projetos que não têm base regional. Há oportunidades em determinadas perspetivas regionais. Mas a questão regional para Portugal seria limitada a Espanha. Penso que outro factor a ter em conta é a cultura e a própria história, e verificamos que as culturas nórdicas são mais benéficas a desenvolver este género de iniciativas de cariz mais regional.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

Sim. É um processo político, cultural e social. Há países dispostos a abdicar de algumas formas. Há países com aspirações à liderança, procuram soluções para terem poder e defender os seus próprios interesses. Penso que é um processo muito lento e que vai demorar muito tempo. E será que chegaremos mesmo a uma solução? As necessidades dos países variam assim como os seus meios e o seu nível de investimento.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Considero que há necessidade de prudência em termos de perspetiva nacional e de todas as nações, nomeadamente as mais pequenas. Existem capacidades partilháveis mas até certo nível. Pois há certas questões que surgem como, onde ficam as capacidades? Em que medida as posso utilizar? O principal objetivo é gastar melhor e ter maior retorno, ou seja, onde investir? Onde prescindir? A palavra-chave é priorizar.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Sim, mas se essas empresas agarrarem as oportunidades. Há uma tendência para se verificar que os países mais fortes lideram os projetos, com as empresas nacionais a participarem e a defenderem os seus próprios interesses. No caso português, existem empresas nacionais a participar no projecto Harbour protection.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Sim e não. Os EUA também sentiram os efeitos da crise e tiveram que fazer ajustes. Mas os interesses americanos e a forma como olham para o mundo é diferente. E neste momento, o seu ponto estratégico é a Ásia. A Europa tem que aprender a tomar conta de si, e para isso tem que criar os meios necessários para se defender. Na minha opinião a crise pode ter afetado a mudança e reestruturação dos EUA, mas não foi o fator essencial. Mais importante foi a mudança estratégica, ou seja, o que passou a ser considerado o seu principal interesse, a Ásia e também a África. Os EUA são o único actor global, que também sofreram com a crise e tiveram que dar resposta a esta nova conjuntura.

Anexo A5 – Entrevista realizada a Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional – Dr. José Pedro Aguiar-Branco, Ministério da Defesa Nacional, Av. Ilha da Madeira, Restelo – Lisboa, 17 de Fevereiro de 2014, 12H45.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

A Defesa Nacional tem evidentemente em atenção os compromissos a que Portugal está obrigado no quadro do apoio económico-financeiro prestado pelas Instituições internacionais, sendo parte ativa do esforço nacional de contenção da despesa pública, através de contributos concretos para o esforço de consolidação orçamental.

Mas ver a atual reforma em curso, a Reforma 2020, como servindo apenas para dar respostas ao constrangimento financeiro é redutor.

Por exemplo, atualmente a garantia da segurança nacional promove-se, cada vez mais, longe das nossas fronteiras tradicionais, dos tradicionais limites geográficos dos Estados. E é por esta razão que as orientações constantes da Reforma refletem a necessidade de uma adequação à conjuntura atual e caracterizam-se por um espírito reformista, com vista a imprimir um novo fôlego à Defesa Nacional, no sentido de:

- Manter a participação ativa do nosso País em missões internacionais e de se reforçar o relacionamento com a OTAN e com as estruturas europeias responsáveis pela Política Comum de Segurança e Defesa;
- Mas também de reorganizar e racionalizar a estrutura superior das Forças Armadas, passando a dispor de um comando operacional efetivo de modo a que se possa responder de modo cabal aos novos desafios.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

A crise Económica e Financeira traduziu-se na generalidade em orçamentos mais pequenos, aliás como em todas as outras áreas de governação. Mas está a constituir-se numa oportunidade para cada um dos países reestruturar e modernizar a sua estrutura de Defesa à luz dos novos desafios e também tem sido uma oportunidade efetiva, para se estabelecerem novas pontes de cooperação e de rentabilização de recursos e capacidades existentes, onde a Smart Defence e o Pooling and Sharing são os exemplos mais evidentes.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos

à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Como referido anteriormente ver a Reforma 2020 apenas como uma consequência dos constrangimentos financeiros é redutor, pois o que principalmente se pretende é modernizar e aumentar a capacidade de resposta, e é nesse sentido que A Reforma “Defesa 2020” vem implementar um modelo que responderá ao “desafio da mudança” definido no Programa do Governo, visando obter ganhos de eficiência, economias de escala e vetores de inovação com impacto no curto, médio e longo prazo.

Procura, igualmente dar resposta a um dos vetores de ação estratégica do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que identifica como linhas de ação prioritárias a adaptação e racionalização das estruturas e a rentabilização de meios e capacidades.

Tem como ponto decisivo a definição e implementação de um modelo sustentável para a Defesa Nacional e para as Forças Armadas.

O sucesso da reforma passa pela racionalização da despesa militar, estabelecida em dois conjuntos de medidas:

- O primeiro conjunto destinado a reorganizar e racionalizar o Ministério da Defesa Nacional e a Estrutura Superior das Forças Armadas;
- O segundo conjunto destinado a racionalizar os recursos humanos das Forças Armadas, privilegiando sempre a Componente Operacional.

Em termos de orientações para o planeamento estratégico de defesa estipula-se como nível de ambição três conjuntos de forças e meios, com a seguinte prioridade:

- Uma Força de Reação Imediata (FRI) orientada para missões de evacuação de cidadãos nacionais em áreas de crise ou conflito e de resposta nacional autónoma em situações de emergência complexas, constituída com elevada prontidão;
- Um conjunto de Forças Permanentes em Ação de Soberania orientadas para missões essencialmente de defesa do território, de interesse público e resposta a catástrofes, no território nacional e nas áreas de jurisdição ou responsabilidade nacional;
- E um Conjunto Modular de Forças para resposta a compromissos internacionais nos quadros da defesa coletiva e da segurança cooperativa.

Define em 1,1% do PIB como compromisso orçamental estável para a Defesa Nacional.

Adequa o efetivo máximo das Forças Armadas entre 30.000 e 32.000 militares, incluindo os militares na situação de reserva e na efetividade de serviço.

Determina o levantamento da capacidade de ciberdefesa nacional.

Redimensiona o dispositivo territorial tendo como objetivo final uma redução efetiva de 30% ao nível dos comandos, unidades, estabelecimentos e demais órgãos das Forças Armadas.

Consagra a dependência hierárquica dos Chefes de Estado-Maior dos Ramos em relação ao Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, relativamente à prontidão, emprego e sustentação da componente operacional do sistema de forças, constituindo-se para este efeito, o CEMGFA, como o único interlocutor militar do Ministro da Defesa Nacional.

Estabelece-se o objetivo, a médio prazo, de criação do Instituto Universitário Militar, integrando os atuais Instituto de Estudos Superiores Militares, Escola Naval, Academia Militar e Academia da Força Aérea.

Determina a reestruturação e redimensionamento dos serviços centrais do Ministério da Defesa Nacional, concentrando num único serviço a Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar e a Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas de Defesa.

Redimensiona os quadros do pessoal civil do conjunto da Defesa Nacional para cerca de 70% do atual, até ao final de 2015.

Esta é uma reforma fundamental para a Defesa Nacional, porque abrange simultaneamente as suas diversas estruturas de topo e as Forças Armadas, e é essencial para que possamos manter o nível de participação, com as necessárias condições e equipamentos ao desempenho das diferentes missões no âmbito da nossa Ação Externa.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Essas importantes iniciativas são muito mais que uma das respostas adequadas à pressão da crise.

Estas iniciativas abrem novas janelas de oportunidade no desenvolvimento de capacidades ao nível da OTAN e da UE e colocam o nível de cooperação entre os respetivos Estados-membro num novo patamar.

E de tal modo é assim, que no imediato os projetos inerentes a estas iniciativas comportam invariavelmente custos iniciais, sendo o economizar de recursos financeiros obtido a médio prazo.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “*Smart Defence*”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Atualmente Portugal está envolvido em 10 projetos no âmbito da SD, assumindo a liderança de 2:

- 1.6 Communications and Information Systems E-Learning Training Centers Network

Destina-se à edificação de uma rede de comunicações e sistema de informação nacional entre os centros de treino da NATO e de cada nação. Participação no Centro de Excelência.

Liderança: PRT

Participantes: ALB, GRC, ITA, LVA, NLD, PRT, ROU, GBR, TUR, HRV, POL

- 1.28 Harbour Protection

Destina-se à edificação de um sistema multinacional de proteção de portos e bases navais.

Liderança: PRT

Participantes: NATO: GBR, ITA, PRT, TUR, DNK, ESP, DEU, ROU, FRA, HUN.

Parceiros: SWE, RUS, AUS

Portugal participa ainda nos projetos:

- 1.5 Centers of Excellence as hubs of Education and Training

Destina-se à coordenação entre Centros de Excelência NATO na Educação e Treino.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CAN, FRA, LTU, NLD, ROU, SVK, GBR, EST, TUR, CZE, PRT, POL

- 1.7 Individual Training and Education Programme

Visa o estabelecimento e coordenação dos programas de educação e treino na NATO.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CZE, FRA, HUN, ITA, LVA, LUX, NLD, NOR, ROU, SVN, ESP, GBR, GRC, TUR, LTU, ALB, PRT

Portugal mantém observação nos projetos:

- 2.6 Maritime Logistics Pool

Destina-se à edificação de soluções às dificuldades operacionais das lacunas de navios reabastecedores de esquadra que afetam as operações aliadas.

Participantes: CAN, FRA, DEU, GBR, GRC, ITA, LTU, NLD, ESP, USA, ROU, PRT

- 2.18 Predicting Collective PGM Demand on Operations

Destina-se ao Melhoramento e sincronização dos ciclos logísticos de munições guiadas de precisão (PGM).

Liderança: USA

Participantes: NATO: DNK, USA, PRT, NLD

Parceiros: AUS

- 2.33 Maritime Situational Awareness-Multinational Information Services

Destina-se ao desenvolvimento e partilha de informação em ambiente marítimo (Comando e controlo).

Participantes: DEU, PRT, NLD, ESP, GRC, NOR, ROU, DNK, FRA, EST, ITA, TUR, LVA, POL, BGR

- 3.137 Distributed Training and Exercises

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades de exercícios e treino na Aliança.

Liderança: ACT

Participantes: ALB, BGR, CAN, HUN, ITA, LVA, LTU, LUX, NOR, PRT, ROU, SVK, SVN, GBR, GRC, USA, EST, HRV, NLD, POL, TUR

- 3.139 Shared Scenarios

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades elaboração de cenários para exercícios e treino.

Liderança: ACT

Participantes: BGR, CAN, FRA, HUN, LVA, LTU, NLD, NOR, PRT, ROU, SVN, GRC, USA, ITA, EST, HRV, TUR

- 3.140 Non-Lethal Capabilities for Harbour and Port Protection

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades não letais na proteção de portos.

Liderança: ACT

Participantes: HUN, ITA, PRT, POL

Recentemente foi manifestado interesse adicional na observação dos projetos:

- 2.79 Establishment of a Tactical Air Command and Control Training Centre

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades de treino do pessoal afeto aos sistemas táticos de comando e controlo aéreo.

Liderança: DEU

Participantes: DEU, NLD, LTU, EST, SVK, HUN, ITA, LVA, FRA, PRT

- 2.47 Vulcano Ammunition

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades multinacionais afetas a munições navais de alta precisão (127mm).

Liderança: ITA

Participantes: ITA, NLD, TUR, PRT

Está em curso a avaliação do interesse nacional no projeto:

- 1.19 Multinational Logistics Partnership-Fuel Handling

Destina-se ao desenvolvimento de capacidades logísticas multinacionais afetas ao fornecimento de combustível em teatros de operações.

Liderança: FRA

Participantes: FRA, NLD, GBR, ESP, USA, CAN, CZE, HUN

A NATO propôs que Portugal assumisse a liderança de um projeto SD na área do treino e formação em defesa cibernética. Esta proposta possui uma grande relevância face à ligação com a futura Escola CIS da NATO em Oeiras e com a liderança nacional do projeto 1.6 - Communications and Information Systems E-Learning Training Centres Network, que aborda os centros de treino para sistemas de informações e comunicações. Esta matéria foi objeto de decisão favorável estando já em curso os trabalhos de estudo e preparação do referido projeto, que será alvo de uma apresentação formal à Aliança ainda neste trimestre.

6 – Que iniciativas no âmbito do “*Pooling and Sharing*” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

Portugal subscreveu o Código de Conduta P&S (CoC) e deverá por isso observar as disposições, apesar do carácter não vinculativo.

Atualmente Portugal está envolvido nos seguintes projetos no âmbito do P&S (13):

- Helicopter Exercise Programme (PA-HEP)

Aumentar a capacidade disponível de helicópteros nas missões da PCSD. Numa primeira fase pretende-se desenvolver o treino de tripulações e prepará-las para missões combinadas em ambientes de elevada complexidade.

Liderança: EDA

Participantes: AT, BE, CZ, DE, EL, FI, HU, IT, LU NL, PT, SE

- Exercício European Airlift Transport Training (EATF/EATT)

Área de interesse estratégico a nível nacional e europeu, que permitirá suprir lacunas a nível de transporte tático e estratégico.

Portugal pretende acolher os exercícios em 2015 e 2016.

Liderança: EDA

Participantes: Em preparação

- European Strategic Multi-Role Tanker Transport Initiative

A EDA procura uma abordagem global na área do reabastecimento de aeronaves em voo, com três objetivos fundamentais, aumentar a capacidade geral, redução da dispersão da frota e otimização dos recursos disponíveis.

Liderança: EDA

Participantes: BE, ES, EL, FR, HU, LU, NL, PO, PT + NO

- Military Implementation of SESAR (MIOS)

Implementação do programa Single European Sky/Single Air Traffic Management Research.

Liderança: EDA

Participantes: Por definir

- Maritime Surveillance Networking (MARSUR)

A rede MARSUR possibilita a partilha de informação, seja no modo básico como no automatizado.

Portugal não participa na atual fase, prevendo rever posição em 2014, após apreciação de resultados.

Liderança: EDA

Participantes: FI, FR, IE, IT, MT, NL, PL, PT, SE, UK, BE, CY, DE, EL, ES

- Diplomatic Clearances for Participants Military Transport Aircraft in their respective National Airspace or Territory (DIC)

Acordo técnico relativo às autorizações de sobrevoo por aeronaves militares.

Portugal para já não aderiu, mas acompanha o projeto.

Liderança: EDA

Participantes: BE, BG, CY, CZ, DE, EL, NL, RO, SK, SE + NO

- Joint Investment Programme on CBRN Protection (JIP-CBRN) within European Framework Cooperation (EFC)

Para desenvolver tecnologia e conceitos para as futuras capacidades CBRN (2015 em diante). O programa engloba aspetos de deteção, proteção, descontaminação, desenvolvimento de modelos e simulação.

Liderança: DE

Participantes: AT, BE, CY, CZ, DE, ES, FR, IT, NL, NO, PL, PT, SE

- CIED Training

Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e assegurando a existência de um plano e respetivo staff para Contra-IED em apoio às missões da PCSD. Inclui treino e desenvolvimento de doutrina.

Liderança: ES

Participantes: AT, EL, ES, FI, HU, IT, IE, LU, LV, PL, PT

- CIED Systems

Destina-se ao desenvolvimento das capacidades dos EM perante uma campanha IED, potenciando recursos existentes e desenvolvendo novos sistemas para Contra-IED em apoio às missões da PCSD.

Participantes: EL, ES, FI, LU, PT

- Supply and Basic Logistic for Operations

Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação logística às missões.

Participantes: CZ, HU, IT, LU, PL, PT, SE, SK

- Maritime Logistic

Projeto abrangente no âmbito do apoio e sustentação das missões a partir do mar.

Participantes: DE, IT, PT

- Fixed Wing Aircraft Pilot Training

Visa desenvolver um sistema de treino integrado para pilotos, englobando gestão do treino, doutrina, estruturas em terra, aeronaves, planeamento de missões e debriefing, apoio logístico e bases.

Participantes: AT, BE, EL, ES, FI, FR, IT, PT, SE

- Live Firing Areas

Projeto abrangente no âmbito das estruturas de apoio e de realização de fogos reais.

Participantes: EE, HU, LT, PL, PT

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Essa é de facto a perceção inicial e até por questões de afinidade e de custos operacionais resulta melhor numa fase inicial a cooperação regional. Mas se analisarmos, por exemplo, os projetos onde Portugal está envolvido vemos que a participação nos projetos vai muito para lá da mera cooperação regional.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

No âmago destas iniciativas está uma partilha de responsabilidades, uma partilha de experiências, uma rentabilização de capacidades existentes e um desenvolvimento de novas capacidades, mas nunca a partilha de soberania.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Evidentemente que Portugal teve essa preocupação e em tempo desenvolveu um estudo que lhe permitiu definir ao nível operacional um conjunto de “capacidades não partilháveis” - Instrumentos de Ação Críticos que se constituem pelos meios de reação imediata, a defesa e vigilância aérea e marítima, a busca e salvamento, o treino e ensino básico e o apoio sanitário de natureza territorial.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Evidentemente que sim.

E essa foi uma das áreas prioritárias de trabalho no recente Conselho Europeu de Dezembro. Tendo Portugal contribuído para que fosse decidido que a Europa deva desenvolver uma base tecnológica e industrial de defesa forte, saudável e competitiva, tendo sido muito importante o reconhecimento do papel das pequenas e médias empresas neste mercado, pois têm vindo a desempenhar uma ação relevante como fonte de inovação.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Apesar de a Estratégia de Defesa dos EUA (JAN2012) indicar as linhas gerais através das quais a política externa norte-americana se orientará, nomeadamente quais as áreas geográficas prioritárias (China e Irão, Ásia-Pacífico e Médio Oriente), o anúncio por parte de Leon Panetta (Secretário da Defesa) em 27JAN2012, relativamente às prioridades orçamentais de Defesa para o período 2013-2017, completa o quadro informativo relativo à evolução do panorama estratégico norte-americano. Sendo perceptível que a redução do orçamento atribuído à Defesa norte-americana decorre de dois fatores essenciais, em que o primeiro é a reorientação geoestratégica em direção à Ásia e ao Pacífico, e o segundo, e

não em ordem contrária, é a crise financeira internacional e o défice orçamental das finanças públicas norte-americanas.

Anexo A6 – Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior da Força Aérea - General José António de Magalhães Araújo Pinheiro – Estado-Maior da Força Aérea, Av. da Força Aérea Portuguesa, Alfragide, 18 de Fevereiro de 2014, 09H00.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Sim, pois uma menor disponibilidade financeira reflete-se nas atividades políticas e na consecução dos diversos objetivos traçados, bem como na capacidade dos estados para contribuir para o esforço comum em termos de intervenção externa.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Sim, bastante, esses efeitos traduziram-se numa clara redução dos orçamentos, que, naturalmente, tem impacto na prontidão e no treino.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Sim. Com esta conjuntura passou a ser essencial adequar as estruturas e forças a um contexto de intervenção diferente. Menos quantidade, mas mais qualidade. A intervenção passou a ser diferente, as capacidades “pesadas” utilizadas na Guerra-fria passaram a ser substituídas por forças armadas mais adequadas a intervenções no âmbito das missões de paz, por exemplo. Todos os aliados encetaram processos de reestruturação e reforma com a finalidade de otimizar recursos e o produto operacional.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Penso que são variadas, ou seja, umas sim, outras não tanto. Estas iniciativas não são novas, mas o que se tem verificado mais frequentemente são projetos ao nível bilateral e multilateral de forma a encontrar soluções para otimizar os gastos financeiros. Um exemplo do qual Portugal faz parte, é o EPAF (F16 European Participating Air Forces), onde existe uma cooperação entre Portugal, Bélgica, Holanda, Dinamarca e Noruega relativamente à exploração do F-16. No âmbito da OTAN e UE, há países que vêm estas

iniciativas com interesse mas também os há com alguma reserva. Estas iniciativas para terem sucesso necessitam de resultar numa partilha efetiva em que todos sintam lucrar. Há programas que são benéficos e trazem mais-valias efetivas (NAEW, AAR – Air to Air Refuelling). Contudo, no âmbito da OTAN e UE, nem tudo é partilhável, e estas matérias são revestidas de uma grande carga de decisão política. Mas aí também poderá surgir outra questão, a soberania é partilhável? Considero que estas duas iniciativas são muito semelhantes. No caso português, é necessário também ter em conta o fator geográfico, uma vez que há projetos que embora pudessem ser interessantes e ter benefício para Portugal, o facto de nos encontrarmos no extremo sudoeste implica custos acrescidos que não facilita a participação.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “Smart Defence”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Os projetos nos quais Portugal participa dependem do interesse nacional e dos recursos disponíveis. Mas existem programas ao nível da ciberdefesa, da vigilância cooperativa, do treino (o Hot Blade é um bom exemplo), do reabastecimento em voo, e outros em que temos interesse. Quanto à liderança de projetos, em termos da Força Aérea não antevemos nenhum.

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

A Força Aérea Portuguesa foi abordada para participar em projetos que ainda estamos a estudar (reabastecimento em voo, transporte, ISR). A participação nestes projetos depende essencialmente do interesse nacional e da capacidade que tenhamos para contribuir de forma satisfatória. Ao nível da Agência Europeia de Defesa, Portugal (a Força Aérea) tem cooperado em projectos no âmbito do treino de helicópteros (Hot Blade) e em 2014 de Transportes (na BA11).

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Sim, poder-se-à dizer que a proximidade regional facilita. São iniciativas de unidade de interesse estratégico. E é importante não esquecer, o interesse estratégico de dois países pode não coincidir quando o cenário muda. Ao nível das operações é possível encontrar formas de dividir encargos entre os vários países que participam nas missões, e assim economizar. A cooperação entre Portugal e Espanha no domínio da Defesa Aérea, particularmente na vigilância e policiamento aéreo ou na fiscalização de actividades ilegais na fronteira sul são bons exemplos. Naturalmente Portugal e Espanha mantêm uma forte ligação e consultas frequentes em assuntos de interesse mútuo. Verifico que algumas iniciativas se têm desenvolvido de forma lenta e mais ao nível bilateral. Penso que é um processo que ainda vai evoluir muito.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

A posição e profundidade estratégica de Portugal fazem com que o nosso espaço seja muito importante. Existem áreas onde a partilha de soberania pode não ser do interesse dos estados. Na minha opinião, a soberania não se partilha. Considero que há coisas que não são partilháveis, como é o caso da defesa e da política externa. Para além disso, os interesses variam de país para país, há sempre a tendência dos países maiores tentarem influenciar os mais pequenos na defesa do seu próprio interesse. Como já disse anteriormente, a Smart Defence e o Pooling and Sharing pressupõe contacto direto de modo a juntos ser criada uma mentalidade de partilha. É evidente que as dificuldades financeiras limitam a participação, pois quem não está não é visto e quem não está não conta. Há projetos que Portugal até poderia eventualmente ter interesse em participar, mas presentemente não há meios, nem capacidade financeira e por isso aguarda-se melhor oportunidade (também não basta ser visto. É preciso estar!).

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Na minha opinião há capacidades que não são partilháveis. E é necessário prudência no modo,....deixe-me dizer de outra maneira, o Pooling and Sharing pode levar a que se percam capacidades consideradas críticas . Os países bálticos não dispõem de meios de defesa aérea, como tal, entretanto, são os estados da OTAN que efetuam o policiamento e vigilância aérea, o que cria sempre uma dependência. Penso que é essencial assegurar que não dispensamos as capacidades críticas que vão nos fazer falta para exercermos a nossa soberania (Defesa Aérea, Busca e Salvamento e Patrulhamento Marítimo).

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Tenho algumas dúvidas e não vejo como estas iniciativas poderão trazer benefícios significativos. Na minha opinião o benefício seria se fossem produzidos produtos novos, ou seja, qualidade e inovação, ou se estas iniciativas suscitasse mais contractos para empresas nacionais. Pelo que conheço, não identifico nada concreto.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Sim. Os EUA também sofreram cortes significativos nos orçamentos da defesa, o que levou a uma mudança ao nível estratégico. Os EUA sempre se mostraram desconfortáveis com a dependência da Europa das suas capacidades militares. Os EUA são uma superpotência, serão a superpotência, ainda que outros países estejam a desenvolver os seus meios como é o caso da China, passando a assumir um papel mais relevante no cenário internacional. Deste modo, os EUA reorientaram a sua estratégia para a região do Pacífico. Com a crise económica e financeira, quer os EUA quer a Europa foram atingidos, o que se repercutiu numa menor capacidade para financiar a Defesa, mas, os EUA sempre afirmaram que a Europa deve aumentar os seus recursos afetos à defesa e ser mais autónoma em termos militares . Em resumo, a conjuntura actual claramente também afetou

os EUA originando uma mudança e adaptação estratégica, mas também de meios e de dispositivos. Como exemplo, os EUA reduziram os programas de aquisição de novas aeronaves, diminuíram a sua presença militar na Europa, sendo que a redução na base das Lajes é um exemplo que nos toca diretamente.

Anexo A7 – Entrevista realizada ao Presidente da Comissão de Defesa Nacional da Assembleia da República, Dr. José de Matos Correia, Assembleia da República, Palácio de São Bento, Lisboa, 28 de Fevereiro de 2014, 11H00.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Sim, esta crise trouxe reflexos na Política de Segurança Coletiva, mas mais do que isso, trouxe várias consequências em diversas questões de segurança e defesa. Assistiu-se a uma redução dos orçamentos de Estado, com um exemplo evidente dos EUA, a reduzirem drasticamente o seu orçamento de defesa. De uma maneira generalizada houve cortes quer nos orçamentos de investimento, com o cancelamento de programas de aquisição de meios, como também ao nível da manutenção e funcionamento. Mas penso que a crise não é a única e principal razão para estes cortes que se têm verificado, mas a consequência é a desvalorização da defesa e da segurança por parte da população, que não a encaram como um elemento chave e essencial da sociedade. Um exemplo são os serviços secretos, onde também se têm efetuado cortes, pois as pessoas acreditam que não é preciso gastar dinheiro nesta área. Mais do que a crise, a forma como a sociedade encara a defesa é consequência destes cortes que se têm verificado.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Os cortes têm-se feito sentir nos diversos países, uns cortes maiores outros menores consoante os países, mas essa redução é transversal, com uma ou outra exceção, o caso da Turquia, dada a sua localização geográfica. Mas tem-se efetuado reduções em ambos os orçamentos, de investimento e de funcionamento.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

Sim, claro. O governo definiu em 1,1% (+ ou - 0,1) do PIB como compromisso orçamental estável para as despesas em defesa, tendo procedido ao cancelamento de vários programas de investimento e aquisição de meios. Também a LPM foi reduzida. Sim, a orientação que Portugal está a seguir encontra-se alinhada com a redução dos gastos dos outros países.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “Smart Defence” e “Pooling and Sharing”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

As iniciativas Pooling and Sharing e Smart Defence, são projetos cooperativos no domínio da defesa, mas não são conceitos novos. No entanto, a dimensão actual é que é outra. Não há dinheiro, portanto pede-se aos estados que contribuam voluntariamente para participarem nos projetos. Estando numa situação económica e financeira difícil, ou seja, não havendo dinheiro, estes projetos são uma vantagem, pois permitem desenvolver capacidades que de forma isolada seria difícil, contudo é necessário ter cuidado para não se chegar a uma “ghettização” da produção militar por parte dos grandes países. Estes projetos de cooperação são uma mais-valia, mas os países mais pequenos têm que ter atenção ao tipo de participação que lhes é exigido e os benefícios que retiram dessa parceria. Os grandes países podem aproveitar-se da participação dos mais pequenos, limitando-os a uma contribuição diminuta. Ou seja, aos pequenos países são-lhes atribuídas tarefas de menor relevância, ficando os grandes países com os trabalhos mais significativos, e acabam por beneficiar substancialmente desses projetos.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “Smart Defence”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

Relativamente às iniciativas no âmbito da Smart Defense, faculto a lista recebida do GAB/MDN, através do ofício n.º 2013/CG, P.º 722/90 (1) 14/2102, de 17/05/2012, na sequência da audição de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional na Comissão de Defesa Nacional no dia 02 de Maio de 2012.

A referida listagem que se transcreve, contempla a seguinte informação: Identificação do Projeto, Descrição, Justificação para a participação de Portugal e Observações:

“Identificação do Projeto	Descrição	Justificação participação de Portugal	Observações
1.5 – Centres of Excellence as Hubs of E&IT	Dar aos Centros de Excelência OTAN um papel de liderança nas questões de Educação e treino na OTAN e nos seus Estados-membros.	Exército está a desenvolver o COE Aeroterrestre havendo a intenção de o candidatar CoE NATO.	Nada a referir
1.6 – CIS E-Learning Trainig Centres Network	Criação de uma rede entre os Centros de Treino Nacionais de Comunicações e Informações de sistemas (CIS)	PRT foi indicado pelo ACT como potencial nação líder em função da “Academia CISCO” a funcionar na Escola Prática de Transmissões do Exército. Havendo interesse militar e político de Portugal assumir a liderança de pelo menos um projeto Smart Defence (SD), considerou-se	Portugal lidera o projeto (despacho de S. Ex ^a o MDN)

“Identificação do Projeto	Descrição	Justificação participação de Portugal	Observações
		a escolha deste projeto para tal desiderato.	
1.7 – Individual training and Education Programme (ITEP)	Estabelecimento e partilha de um programa de Educação e Treino Individual.	Uma vez que está relacionado com 1.6, considerou-se importante manifestar o interesse em participar ativamente na elaboração do “catálogo” de atividades de treino da Aliança (Education and Training Opportunities Catalogue ETOC), disponibilizando atividades formativas nacionais.	Nada a referir
1.17 – Jet Aircraft upgrade to be NATO Universal Armaments Interface (NUAI)	Compromisso (Carta de Intenções, Memorando de Entendimento) dos países interessados em implementar e adaptar o “interface” universal de armamento dos Estados Unidos num padrão OTAN, que será gerido por um processo de certificação e direcção comum, (“System Interface Control Plan”).	Pretende-se com este projeto agilizar o processo de integração de sistemas e armamento nas aeronaves de combate. Permite poupar tempo e custos normalmente associados a IED. Evita duplicação de esforços. Num futuro próximo só estarão disponíveis para emprego sistemas e armamento que funcionem através deste protocolo.	Nada a referir
1.19 – Multinational Logistics Partnership – Fuel handling	Parceria logística multinacional para funções de apoio ao teatro de operações em termos de transporte/fornecimento de combustível de forma a construir uma capacidade adicional de projeção de combustível no teatro.	O acompanhamento deste programa foi considerado por apresentar vantagens ao nível de logística – combustível.	Nada a referir
2.6 – Maritime Logistics Pool	Providenciar soluções simples para colmatar as persistentes lacunas de Navios de Reabastecimento de combustível conhecidos com AOR (“Auxiliary Oilier Replenishment”) para operações	Navio Português NRP Bérrio está em fim de vida, só se prevendo a sua substituição a partir de 2018; neste contexto, todos os projetos que permitam a utilização de reabastecedores de outros países são de interesse para Portugal, sendo que a moeda de pagamento, poderá ser horas de outros meios (SUBs ou FFGHs) ou mesmo	Nada a referir

“Identificação do Projeto	Descrição	Justificação participação de Portugal	Observações
	marítimas.	dinheiro.	
2.18 - Predictive Collective Demand on Operations	Incrementar e sincronizar a logística da s munições guiadas de precisão (PGM – “Precisiopn Guidede Munitions”) com base nas lições aprendidas na operação “Unifield Protector” (Líbia).	O acompanhamento deste programa foi considerado por apresentar vantagens ao nível de logística – PGMs.	Nada a referir
2.30 – distributed Training and Exercices (DTE)	Criação de uma capacidade alida alargada de Treino e Exercícios.	Foi reconhecida a necessidade de aquilatar o real interesse deste projeto para as FA e dos projetos a ele associados. Este projeto tem associado o subprojecto 2.31 Shared Scenarios.	Nada a referir
2.31 - Shared Scenarios	Catálogo e partilha via um portal da internet, de cenários e outros recursos para exercícios.	Usufruir do aceso a cenários de exercícios já desenvolvidos pela NATO e pelos aliados e partilhar os cenários de exercícios nacionais já desenvolvidos.	Nada a referir
2.33 – Maritime Situational Awareness – Multinational Maritime Information Services	Desenvolvimento de uma abordagem coletiva à partilha de informação e recursos dos serviços de informações Marítimas de Comando e Controlo (Maritime Situational Awareness – MAS)	Decorre da Doutrina de Política Naval em vigor o Conhecimento Situacional Marítimo; o envolvimento da Marinha neste projeto contribui para a manutenção das capacidades da Marinha a este nível.	Nada a referir
2.35 – Non-Lethal Capabilities for Harbour and Port Protection	Desenvolvimento e demonstração dos padrões OTAN das capacidades não-letais (“Non-Lethal Capabilities” – NLC) para os sistemas de proteção dos portos, de forma a permitir aos países a aquisição de elementos interoperáveis que possam ser embalados e montados como um sistema “Plug and Play” personalizado	Portugal participa desde há alguns anos, através da Marinha, no projeto do CNAD (Conferece of National Armaments Directors) sobre o mesmo tema, mas de âmbito mais alargado (harbour Protection), sendo nesse projeto a nação líder; face à reação existyente entre os dois projetos (SD e CNAD) entendeu-se haver todo o interesse em participar.	Antecipa-se que este projeto seja englobado no 2.38 de âmbito mais alargado sobre este tema.

“Identificação do Projeto	Descrição	Justificação participação de Portugal	Observações
	para os navios e/ou infraestruturas portuárias que pretende proteger.		
2.38 – Harbour Protection	Desenvolver um Sistema Multinacional de Proteção dos portos.	Envolvimento como nação líder no projeto do CNAD do mesmo âmbito (Proteção portuária).	Em avaliação liderança de Portugal. Ainda não foi tomada qualquer posição formal sobre a participação neste projeto.”

6 – Que iniciativas no âmbito do “Pooling and Sharing” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

Remete para lista de projetos que faculta.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Há uma tendência natural para a proximidade, mas é um erro pensar desta forma, pois remete para a ideia que se pretende eliminar de uma Europa a 2 velocidades, ou seja, ter uma cooperação militar a 2 velocidades, onde os grandes países têm vários benefícios com a participação limitada dos mais pequenos que por sua vez não têm mais-valias significativas ao aderirem a esses projectos. As iniciativas de Pooling and Sharing e Smart Defence devem ser projectos cooperativos que envolvam todos os países, e não uma forma de “ghettizar” os países que não se encontram geograficamente localizados em determinada posição.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

Existem projetos e projetos. Existem projetos mais sensíveis que levam a que os protagonistas queiram deixar essa parte mais protegida e de acesso limitado a países terceiros. No entanto, existem diversos projetos que não exigem um elevado grau de especialização, originando uma maior participação por parte dos países. Os projetos que se têm vindo a desenvolver não são “sensíveis” ao ponto que possam pôr em causa a soberania de um país, deste modo, os países podem participar sem grandes reservas.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

O âmbito dos projetos são diferentes, e como já referi, se for para beneficiar alguns e deixar os outros de fora, não são vantajosos. Ou todos ganham ou então não vale a pena. Pois está-se a poupar de um lado, mas depois só outros é que vão beneficiar desses projectos. Certamente há domínios em que estes projetos não vão funcionar. Os projetos de Pooling and Sharing e de Smart Defence são de organizações diferentes e como tal, são diferentes. No caso da OTAN, os EUA ainda que tenham reduzido substancialmente o seu orçamento, não cortaram no investimento. A capacidade tecnológica dos EUA é uma mais-valia e como tal é uma área onde não vão cortar. Nos domínios de questões sensíveis os Estados não vão partilhar as suas capacidades, começando por interesses maiores como as capacidades tecnológicas. Mas os projetos que se tem vindo a desenvolver, são projetos mais práticos em termos de visibilidade e existe uma maior utilização prática por parte de todos. Os países têm reservas e têm segredos, nomeadamente no desenvolvimento e produção de meios militares que com isso pretendem ter benefícios, através da sua venda a outros países, sendo por isso essencial manter em segredo essa informação.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Fazendo referência à questão anterior, as empresas podem ter determinados meios e pensar em vendê-los, contudo, por vezes, por razões políticas, essas capacidades que eram consideradas como “vendáveis” e que poderiam ser uma mais-valia para a empresa, acabam por não ser adquiridas. No caso português, existe um empresa militar portuguesa que por vezes também trabalha com outros que não são militares, mas ao nível nacional ainda se mantém muito a ideia de insourcing, ou seja, procura-se ter uma auto-suficiência das Forças Armadas. Existem produtos em que há mais-valia quando o desenvolvimento de capacidades é efetuado com empresas externas ou até mesmo com empresas que não são militares. Um dos fatores de escolha dos projetos que Portugal decidiu liderar e até mesmo participar foi os benefícios no tecido empresarial, e contribuirá positivamente se essa oportunidade for bem explorada. É essencial evitar o risco de os maiores beneficiarem, e os mais pequenos apenas contribuírem.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Os EUA têm procedido a grandes reestruturações ao nível orçamental, nomeadamente ao nível da defesa, existindo mesmo uma alteração da noção da participação dos EUA no mundo. Para além disso, a Europa deixa de ser um centro importante, redirecionando-se agora para a zona do Pacífico e da Ásia. Mas penso que este posicionamento dos EUA já foi antecipado, no Conceito Estratégico da OTAN aprovado na Cimeira de Lisboa, onde a OTAN passou a assumir um papel de global player e não de “security provider” como até então tinha-se vindo a assistir. Existe uma alteração da estratégia global de segurança dos EUA, passando a assumir outro papel menos orientado para o Continente Europeu.

Anexo A8 – Entrevista realizada ao Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Luís Manuel Fourneaux Macieira Fragoso, Terreiro do Paço, Lisboa, 26 de Março de 2014, 17H00.

1 – A Crise Económica e Financeira que abala a Europa desde 2008, veio trazer ou não reflexos na Política de Segurança Coletiva?

Em génese a política de defesa constitui um reflexo de como as ameaças afetam objetivos e interesses, não estando estritamente relacionada com as disponibilidades financeiras. Assim, não se pode dizer que a crise determine a formulação da política per si, mas sim que afetará a sua posterior operacionalização, porque vai incidir sobre as opções estratégicas. As restrições, ou melhor os constrangimentos financeiros, porque a decisão de atribuir mais ou menos recursos a uma determinada opção assenta na definição de prioridades, vão condicionar a estratégia genética, e influenciar a estratégia operacional. Menos dinheiro significa menos meios e escolhas mais limitadas, o que faz aumentar o fosso entre as necessidades e as capacidades (lato sensu) para intervir. Atendendo a que é competência do poder político definir quer os objetivos de segurança (coletiva), quer os orçamentos de defesa, tal discrepância resulta no acentuar de lacunas e no aumento do risco.

Neste contexto, têm-se procurado desenvolver soluções de natureza cooperativa, que visam aproveitar sinergias e potenciar economias de escala para assim reduzir o investimento exigido individualmente aos Estados, e de cariz colaborativo, que se focam na concertação na ação para diminuir o esforço operacional pedido a cada país.

2 - Os efeitos da crise Económica e Financeira na área da Defesa, traduziram-se em orçamentos mais modestos, quer em termos dos orçamentos de funcionamento, quer em termos dos orçamentos de investimento, no conjunto dos países da OTAN e UE?

Ao suscitar junto da opinião pública um maior escrutínio das despesas públicas numa conjuntura em que a defesa não é percecionada como uma necessidade prioritária quando comparada com outras funções do Estado, os orçamentos são negativamente afetados.

Este é um problema que, tal como a pergunta sugere, é transversal a todos os países da UE, pese embora a realidade seja diferente de caso para caso.

3 - Em Portugal esse efeito tem sido sentido na área da Defesa, quer em termos orçamentais (funcionamento e investimento), quer em termos da implementação de medidas restritivas de contenção de despesas? Estou a lembrar-me concretamente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2013, a designada “Defesa 2020”, que preconiza um conjunto de medidas orientadas para a diminuição dos recursos afetos à área da Defesa. Esta orientação está alinhada com o percurso seguido pelos restantes países (OTAN e UE)?

O orçamento consignado à defesa é exíguo por uma conjugação de fatores: primeiro porque as despesas com pessoal absorvem uma percentagem significativa do orçamento de funcionamento; segundo porque se gerou a (falsa) ideia de que as reduções no orçamento de Operação & Manutenção (O&M) não afetaram a atividade das forças armadas, ou que esta, num contexto de ausência de beligerância, se encontra a níveis adequados para prosseguir os objetivos imediatos de defesa.

A diretiva designada como «Defesa 2020», que estabelece uma restrição orçamental para a defesa, calculada em função da variação do PIB, pretende corrigir o atual modelo de repartição das parcelas de Despesas com Pessoal, O&M e Investimento, promovendo um maior equilíbrio entre estes agregados. Nesta lógica, os potenciais ganhos obtidos com a diminuição dos recursos humanos seriam consignados ao orçamento de O&M. Todavia, efetuada a análise aos dados orçamentais da última década e à evolução dos recursos humanos regista-se uma dissonância entre os aspetos concetuais e a realidade.

A preços correntes, quando comparado os valores das despesas com pessoal entre 2009 e 2014 verifica-se que os valores diminuíram em termos absolutos 3%, por efeito conjugado da redução em 11% das despesas estritas com vencimentos e outros abonos e aumento de 116% da contribuição para a Caixa Geral de Aposentações, cujo pagamento se iniciou nesse ano, não obstante os efetivos terem sido reduzidos em 2 366 elementos. Por outro lado, neste mesmo período o orçamento de O&M sofreu uma redução de 40%.

Se ao nível do investimento os cortes se traduzem na manutenção de capacidades e tecnologias existentes, em prejuízo da inovação e do desenvolvimento de novas soluções genéticas e operacionais, já ao nível dos orçamentos de funcionamento a relativa incompressibilidade das rubricas de pessoal – pese embora o já referido processo continuado de redução dos recursos humanos que, por exemplo na Marinha, se traduziu num decréscimo de perto de trinta por cento nos últimos dez anos – vai fazer incidir os cortes sobretudo na O&M. A par de um envelhecimento dos meios e da falta de manutenção, a redução de verbas afeta também o treino e, por consequência, a segurança da operação. Na realidade, a redução do orçamento de O&M tem sido dramática para a Marinha, sendo absolutamente vital que este ciclo se inverta no muito curto prazo.

Em génese, a Defesa 2020 não preconiza um menor volume de recursos orçamentais orientados à defesa. Ademais, tem o mérito de assumir com transparência um compromisso político que pretende fixar o orçamento da defesa em função do PIB em taxas que têm vindo habitualmente a ser praticados, o que permitirá manter os orçamentos dentro de valores relativamente estáveis.

A questão crucial na Diretiva 2020 é assim a de adequar o orçamento das forças armadas aos rácios de referência recomendados como “boas práticas” e tem por detrás algum trabalho de benchmarking, o que permite dizer que as orientações nela constantes estarão em linha com o que tem sido feito noutros países aliados.

No entanto, a realidade a que atrás se alude traduz uma constatação em que teoria e prática não coincidem.

4 – Considera que as iniciativas desenvolvidas no âmbito da OTAN e UE, “*Smart Defence*” e “*Pooling and Sharing*”, são a resposta adequada à crescente pressão da crise económica e financeira na Defesa da Europa?

Tais iniciativas inserem-se na lógica de partilha a que se alude na pergunta 1. Entendidas como uma forma de racionalizar investimentos e de concertar ações, têm de ser abordadas com alguma cautela porque são passíveis de fazer aumentar a interdependência e de resultar em perda de autonomia no que respeita à defesa de cada Estado. Essa perda de autonomia significaria transferir determinadas capacidades para terceiros, resultando em alienação de soberania.

A SD e o P&S são úteis quando é possível encontrar determinados nichos de especialização, que possam relevar o papel de um determinado Estado, ou para o desenvolvimentos de sistemas que requerem elevados graus de interoperabilidade (como as tecnologias de informação e comunicação, os sistemas e equipamentos de comunicações, etc.), ou ainda para diminuir os custos de construção de meios complexos (como é exemplo o projecto das fragatas FREMM). No entanto pode ser uma abordagem perigosa quando incide sobre a disponibilidade de capacidades nucleares (como os meios que integram a capacidade oceânica de superfície da Marinha), por potenciarem a formação de directórios que são dominados pelos países económica, tecnológica e politicamente mais «fortes».

Até agora os casos SD e P&S bem-sucedidos restringem-se a projetos de cooperação bilateral ou multilateral regional que já existiam antes destas iniciativas e cujo âmbito está geograficamente definido.

5 – Que iniciativas foram acolhidas por Portugal no âmbito da “*Smart Defence*”, ou seja, quais os projetos em que foi demonstrado interesse nacional de adesão? Destes quais os projetos que Portugal pretende/poderá liderar?

A SD foi lançada no âmbito da edificação de capacidades através de abordagens multinacionais e inovadoras. Portugal manifestou interesse em participar em onze propostas de projetos SD liderando três deles: o projeto Harbour Protection, sob coordenação técnica da Marinha e que visa a edificação de uma nova Capacidade de proteção portuária, e os projetos CIS E-Learning Training Centres Network e Cyber Defence Education & Training, ambos sob coordenação do Exército.

6 – Que iniciativas no âmbito do “*Pooling and Sharing*” foram acolhidas, ou poderá acolher Portugal? Destas quais as que Portugal pretende/poderá liderar?

De acordo com a informação atualmente disponível, Portugal não lidera nenhum projeto de P&S. A abordagem inicial de Portugal em relação ao P&S foi inscrever programas já com Memorandums of Understanding (MoU) estabelecidos (eg: M-class frigates group, MK 46 Torpedo Partnership Committee, 76/62 Oto Melara), na tentativa de, com a entrada de novos interessados, reduzir custos associados aos projetos. Posteriormente, a European Defence Agency (EDA), entidade “facilitadora” do P&S, identificou algumas áreas de projetos de maior dimensão. Destes, Portugal tem participado apenas nas atividades do projeto Maritime Surveillance Networking (MARSUR), um sistema integrado de vigilância marítima baseado numa rede de troca de informação entre Centros de Operações Marítimas dos países Membros.

7 – Considera ou não que este tipo de iniciativas, estão mais vocacionadas para a cooperação regional (existem alguns exemplos bem sucedidos mas com grande pendor regional)?

Os casos de sucesso de SD e de P&S estão realmente associados a projetos de cariz regional. No entanto, para minimizar custos de investimento, promover o desenvolvimento e a sustentação partilhada de capacidades militares e evitar duplicações, teremos que alargar a ambição para projetos de maior dimensão, em que a proximidade geográfica e a afinidade cultural deixarão de ser a base de negociações.

8 – A posição geográfica de Portugal e a ideia subjacente a este tipo de iniciativas de “soberania partilhada” e necessidade de confiança mútua, poderá ou não ser um fator que faça andar todo este processo de forma muito lenta?

Não se considera que os processos de P&S e SD possam ser enquadrados no âmbito de uma “soberania partilhada”, mas sim no âmbito da defesa coletiva. Se até aqui a componente genética de uma capacidade militar, da NATO ou da UE, resultava da agregação de meios e forças individualmente edificados pelos países membros, as iniciativas P&S e SD introduzem a possibilidade dos determinados elementos das capacidades (doutrina, treino, interoperabilidade, material, infra-estruturas, etc.), poderem ser gerados de forma integrada.

Assim, os aspetos geográficos nacionais não relevam para o seu desenvolvimento e implementação.

9 – Haverá relativamente à “Smart Defence” e “Pooling and Sharing” algum tipo de preocupação? Haverá capacidades que não são partilháveis? Há necessidade de alguma prudência?

Apesar destes conceitos terem vindo a ser frequentemente apresentados, quer no seio da UE, quer na OTAN, como a solução para o desenvolvimento de Capacidades militares na atual conjuntura económica internacional, existem preocupações e riscos associados à dependência excessiva nas cooperações multinacionais, em detrimento da edificação de capacidades próprias. São exemplo disso, o eventual benefício dos países com fortes indústrias de Defesa, a «obrigatoriedade» de especialização dos países em determinadas Capacidades que poderão eventualmente não ser ajustadas à defesa dos seus interesses nacionais e as decisões de natureza política e económica preferirem concentrar-se em capacidades que, embora sendo importantes coletivamente, não servem os propósitos nacionais. A SD e o P&S comportam várias questões de fundo que merecem uma ponderação cuidada na medida em que estão diretamente relacionadas com a esfera de soberania nacional. Nesta matéria há que destacar áreas cruciais como a da prioridade entre as diferentes categorias de capacidades, a da renúncia à aquisição de determinadas capacidades, a do recurso a fundos comuns para financiar o desenvolvimento e aquisição de capacidades mais onerosas, a especialização em certas áreas com as inerentes relações de dependência e, por fim, o burdensharing, não apenas em função de critérios financeiros, mas também do produto operacional de país.

10 – Partilha a opinião que a aceitação e concretização de algumas destas iniciativas por Portugal, trarão benefícios significativos no tecido empresarial e à infraestrutura tecnológica da defesa?

Os processos de SD e P&S poderão naturalmente trazer benefícios para o tecido empresarial e à ITD nacional por permitirem envolver tais atores no desenvolvimento de capacidades num mercado alargado. Contudo, isso só será uma realidade se as empresas nacionais conseguirem tornar-se competitivas relativamente às suas concorrentes externas, ou se for possível encontrar um nicho de especialização em que PRT seja único ou parte nuclear, ou ainda se conseguirem estabelecer parcerias estratégicas para reduzir as dificuldades de uma participação isolada.

Neste particular importará ter em consideração que a indústria de defesa é uma «área de negócio» muito competitiva, onde a indústria nacional não tem grandes capacidades. Exceções serão porventura os sistemas integrados de comunicações desenvolvidos pela EID, produto que equipa as Marinhas de vários países aliados e amigos, e os sistemas de apoio à decisão operacional, desenvolvidos pela Critical Software, que integram dados e informação de diferentes sistemas de informação no domínio marítimo.

Uma estratégia nacional terá assim de atender aos três pressupostos atrás mencionados, e seguir critérios para a priorização de áreas de potencial interesse, acautelando também que o esforço permita, através da complementaridade entre as duas iniciativas, obter um adequado investimento de escala e ganhos tecnológicos (uso militar-civil) que vão também de encontro àquilo que são as necessidades nacionais.

11 – Para terminar, podemos ou não concluir que o mesmo caminho (efeitos da crise económica e financeira) é seguido pelos EUA, enquanto membro da Aliança (OTAN) quando apresenta o novo Conceito Estratégico de Defesa dos EUA para o Séc. XXI (mensagem do Presidente Obama a 05JAN12)?

Os EUA reduziram significativamente o seu orçamento de Defesa, alterando o enfoque da sua estratégia de defesa. Todavia, o processo de SD não é o suporte de base para a manutenção da capacidade militar dos EUA.